

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG
CAMPUS CORA CORALINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

OZIMO MENDONÇA NETO

PATRIMÔNIO, APAGAMENTO, INVENTARIAÇÃO E USOS: um olhar geográfico sobre o Setor Tradicional de Planaltina (DF)



OZIMO MENDONÇA NETO

PATRIMÔNIO, APAGAMENTO, INVENTARIAÇÃO E USOS: um olhar geográfico sobre o Setor Tradicional de Planaltina (DF)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia/PPGEO, da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Estudos Ambientais e Territoriais do Cerrado.

Linha de pesquisa: Dinâmica Territorial do Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos.

Goiás (GO), 2023

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor

Nome completo: OZIMO MENDONÇA NETO

Email: ozimo.neto@aluno.ueg.br

Dados do trabalho

Título: "PATRIMÔNIO, APAGAMENTO, INVENTARIAÇÃO E USOS: um olhar geográfico sobre o Setor Tradicional de Planaltina (DF)".

Tipo

Tese Dissertação

Curso/Programa: Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Cora Coralina.

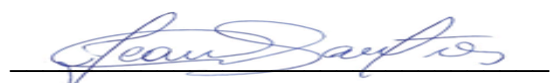
Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goías, 17 de abril de 2023.


Assinatura autor


Assinatura do orientador

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

M539p Mendonça Neto, Ozimo.
Patrimônio, apagamento, inventariação e usos : um olhar geográfico sobre o Setor Tradicional de Planaltina (DF) [manuscrito] / Ozimo Mendonça Neto. – Goiás, GO, 2023.
122 f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2023.

1. Setor Tradicional - Planaltina, DF; 1.1. Geografia. 1.2. História e memória. 1.3. Patrimônio. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 72.025.3(817.4)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu
UEG CÂMPUS CORA CORALINA
Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000
Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 02/2023

Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e três às oito horas, realizou-se o Exame de Defesa de dissertação do mestrando **Ozimo Mendonça Neto**, intitulado: **“PATRIMÔNIO, APAGAMENTO, INVENTARIAÇÃO E USOS: um olhar geográfico sobre o Setor Tradicional de Planaltina (DF)”**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Jean Carlos Vieira Santos (Presidente - PPGEO/UEG), Shirley Cristina dos Santos (UFMA) e Lorraine Gomes da Silva (PPGEO/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo mestrando e seu(sua) orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos proclamou que a dissertação encontra-se aprovada (X) ou não aprovada () ou aprovada com ressalva () e com as seguintes exigências (se houver): *Sem exigências*.

Cumpridas as formalidades de pauta, às 10:57 horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

Goiás-GO, 05/04/2023.



Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos (Presidente)



Prof.(a) Dr.(a) Shirley Cristina dos Santos (UFMA)



Prof.(a) Dr.(a) Lorraine Gomes da Silva (PPGEO/UEG)

EGOÍSMO

Sinto falta de você.
Mas o que sinto falta é de tudo o que é seu e que me falta.
Sinto falta de minhas faltas que em você não faltam.
Sinto falta do que eu gostaria de ser e que você já é.
Estranho jeito de carecer, de parecer amor.

...



...

Acessei o baú de minhas razões inconscientes
E descobri um motivo para não continuar mentindo.
Hoje eu quero lhe confessar o meu não amor,
Mesmo que pareça ser.
Eu não tenho o direito de adentrar o seu território
Com o objetivo de lhe roubar a escritura.
Amor só vale a pena se for para ampliar
o que já temos.

...

Perdoe-me se meu amor chegou tarde demais,
Se meu querer bem é inoportuno e em hora errada.
É que hoje eu quero lhe confessar meu desatino,
Meu segredo tão desconcertante;
Ao dizer que sinto falta de você
Eu sinto falta é de mim mesmo.

Pe. Fábio de Melo

A Antônia de Sousa Mendonça, *in memoriam*.

Minha eterna avô, madrinha e mãe.

AGRADECIMENTOS

Gratidão àqueles que vieram antes de mim, gratidão àqueles que pisaram nessas terras antes dos meus antepassados, gratidão àqueles que ajudaram a construir a história e os alicerces de Planaltina, a cidade que em 2023 é a minha morada. Gratidão aos Santos que me acompanham, a Nossa Senhora Aparecida, o meu Senhor do Bonfim, a Nossa Senhora de Fátima, e acima de tudo e de todos, gratidão a Deus, pela vida que me deste e através dela (re)existir.

A construção do conhecimento e a produção da ciência é coletiva, ao finalizar este estudo precisamos reconhecer o auxílio e o empenho direto ou indireto dos professores que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás que durante cerca de dois anos estavam disponíveis para transmitir o conhecimento que detêm.

Dessa forma, agradeço imensamente aos professores do PPGEIO por cada aula ministrada, por cada dúvida tirada, pelos incentivos e pela disposição, aqui representados por Auristela Afonso, Diego Nascimento, José Carlos de Souza, Patrícia Romão, Patrick Martins, Ana Carolina Marques, Edevaldo Souza, Ricardo Gonçalves, Tathiana Salgado, Douglas Santos e Vera Salazar.

Não poderia deixar de agradecer a professora Lorraine Silva, que muito me estima e que vejo através de suas falas a disponibilidade, o carinho e o amor pela “Educação”. A educação inclusiva, a educação que prioriza as minorias, ou melhor, que reconhece o conhecimento e respeita a grandiosidade delas, seja no meio acadêmico, em uma aldeia indígena, no seu próprio lar ou em apenas mensagens trocadas pelo WhatsApp.

Aproveito a oportunidade para agradecer o orientador que recebi de presente e que durante todo o processo da construção, da escrita e do desenrolar, tanto do projeto de pesquisa como da dissertação, de forma sensível, honesta e paciente esteve ao meu lado. Muito obrigado professor Jean Carlos Vieira Santos, e desejo do fundo do coração que todos os discentes que sonham em se tornar mestres ou doutores tenham o senhor como exemplo de professor e orientador. Seus comentários, correções, sugestões e ensinamentos fizeram esse caminhar leve e seguro.

Aos colegas da turma de mestrado de 2021, agradeço a Pollyana pelo retorno nesta caminhada, a Judi pelas apresentações nos seminários, aprendi muito com

você, a José Dantas que conheço dos encontros da Geografia e que nesta etapa somou bastante, a Eliezer por ser um ótimo representante, pelo amigo Warley Gonçalves, você é perfeito amigo! E, com muito carinho e amor, agradeço a Karla Teixeira, a melhor cronista, escritora, mãe e empresária que já conheci na vida. Mulher, a sua força é indescritível.

Aos meus familiares agradeço, por acreditarem e depositarem fé em mim, gratidão pelo apoio financeiro e pelas ligações. Mesmo distante vocês continuam me amando. Muito obrigado Mamãe (Rosânia Cunha Mota), por não desistir de nenhum de seus filhos, por cuidar, perseverar e sonhar por um futuro melhor para cada um de nós, o seu sorriso é único.

Agradeço ao meu pai (Gilson de Sousa Mendonça), que talvez no passado não tenha sido um excelente pai, mas que com a segunda oportunidade que teve, agora como avô, se transformou em um maravilhoso pai-avô e que com muito carinho e esforço vem cuidando dos meus sobrinhos e afilhados: Carlos Eduardo, Carlos Gabriel e agora a Sabrina; contribuindo dessa forma para acalmar o meu coração aflito.

Sou grato a outros dois seres humanos muito especiais que sempre cuidaram de mim. Um deles recentemente teve que partir para o encontro do Pai Poderoso, a Dona Antônia, que agora cuida de mim lá de cima e que não precisa mais se preocupar com os problemas da vida terrena, muito obrigado e perdão por não ter finalizado esse ciclo antes da sua partida. Ao meu avô e pai, aquele que me deu de herança o seu próprio nome e sobrenome, Ozimo Mendonça, não tenho palavras ou formas de agradecer por tudo o que fizeste e por tudo que faz, não apenas por mim, mas por todos. Eu te amo, vovô.

Agradeço com muito carinho e entusiasmo a minha segunda família, a família SOL. Eles queriam tanto a finalização deste mestrado que talvez mereçam um agradecimento especial. Gratidão a professora Shirley Cristina dos Santos que já foi orientadora, que é a minha terceira mãe, aquela que pega no meu pé para o crescimento pessoal e profissional. Gratidão a Luís Mancini, o meu terceiro pai, que me acolheu em seu lar juntamente com seu outro filho, o Steve Jobs. Sem a sua leveza e sem os momentos de descontração, meus dias e minhas noites não seriam tão felizes, muito obrigado a vocês dois, vocês são excelentes anfitriões e seres humanos.

Reinaldo Silva, meu companheiro há quase 9 anos. Sem você, a minha vida seria chata! Sem você, o meu recorte de pesquisa não seria Planaltina! Sem você, talvez eu não teria três gatos que fizeram desse processo solitário em algo coletivo. Sem você, talvez eu estaria em outro lugar. Sem você, talvez eu não teria feito esse mestrado. Mas com você, eu construí tanta coisa e é com muito amor que compartilho, ou melhor, nós construímos muita coisa. Cada viagem, cada bem material conquistado, cada memória, cada sonho só existem porque eu tenho você, porque eu tenho a Tibine, o Luci e o Elfo. O amor por vocês é infinito, gratidão, Reh.

Existem tantos a serem mencionados aqui neste texto, pessoas e amigos dos vários cantos do Brasil, que fizeram e fazem parte da minha história. Entretanto, não poderia deixar de mencionar quatro outras pessoas, que somam e me mantêm em pé. Agradeço a Andreza Louzeiro, pelas reuniões via videochamada, pelas dicas e pelo amor à minha pessoa. Agradeço a Naizinha, pelo incentivo e por compartilhar das minhas angústias. Agradeço a Nayara Marques, por ter participado de uma visita de campo e por sempre retornar à Planaltina, o sofá está te esperando. E, a Thiara Rabelo, por acalmar meu coração quando mais precisei, além de compartilhar seu testemunho em relação às obras de Deus. Eu amo vocês!

Presto meus agradecimentos aos amigos que fiz em Planaltina e que fazem parte da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Gratidão a Adeilton e Leonio Matos, seres humanos que são apaixonados pelo Centro Histórico de Planaltina e que me forneceram vários materiais. Antônia, Ariadna e Victor Afonso, vocês três se preocuparam e se mostraram disponíveis quando precisei nesses últimos meses, gratidão.

Por fim, agradeço a outra amiga que a Geografia e a rede de ensino planaltinense me proporcionaram, Raquel Arruda. A amizade e o carinho por todos é sua marca registrada, durante esses últimos anos vem me mostrando que a vida é feita de ciclos, que precisamos às vezes perder para ganhar. E, ao amigo de infância, Higor Pinho, pelas longas conversas motivacionais, por ser um exemplo de força e perseverança, e dessa forma contribuir como espelho para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

“Eu procuro por mim tal qual o artesão procura sua arte escondida nos excessos da matéria bruta de seu mármore”.

(Pe. Fábio de Melo)

RESUMO

A Região Administrativa de Planaltina é considerada o único núcleo urbano do Distrito Federal preexistente à construção de Brasília, atual capital do Brasil, anexada no final do século XX às suas terras e que antes pertencia ao território goiano. A história dessa localidade foi marcada pelo apogeu, mas principalmente pela decadência do período pós-mineração em Minas Gerais e entorno, e pela atividade agropecuária do Centro-Oeste. As memórias dessa cidade histórica estão registradas em seus casarões, ruas, praças, celebrações e festividades ao longo de quase dois séculos, que produzem assim diversas paisagens culturais e transformações nas relações socioespaciais do Setor Tradicional de Planaltina. O objetivo geral desta dissertação é compreender a partir do olhar geográfico, o Setor Tradicional de Planaltina, demonstrando o sentido de lugar presente em seus aspectos históricos, patrimoniais e culturais. O presente estudo segue uma abordagem qualitativa com foco na observação direta e na análise de registros fotográficos, dados secundários e referencial teórico. A pesquisa segue como proposta de estudos de caso, que são na maioria, lineares, e para alcance dos seus objetivos são traçadas metas que compõem procedimentos teóricos, técnicos e cartográficos, levantamento de referencial teórico e documental, desde a escolha dos imóveis históricos e dos bens patrimonializados, passando pelos trabalhos de campo e observações simples, mapeamento e espacialização do recorte de análise e avaliação e discussão dos dados sobre patrimonialização. Estes estudos, são importantes para a periodização de um lugar, assim como o resgate da memória cultural e histórica, e se tornam instrumentos básicos para formulação de planos de gestão territorial e diagnósticos dos impactos ocasionados pela transformação da própria paisagem cultural, sem deixar de mencionar na análise das contradições não reveladas para além do contexto cidade-patrimônio. Dentre as quase 4 mil edificações pertencentes ao conjunto arquitetônico-urbanístico do Setor Tradicional de Planaltina, 21 edificações preexistentes à construção de Brasília mereciam tombamento individual e proteção por parte do Governo local. Essas edificações foram selecionadas para inventariação pela relevância histórica e cultural e assim compõem o estudo de caso. Doze dessas edificações estão situadas no polígono de preservação e conservação proposto pela legislação distrital, e as outras nove estão localizadas no entorno da área patrimonializada pelo estado. Em campo foi constatado o avanço no processo de alteração e descaracterização de alguns imóveis, o que compromete não apenas na preservação, mas também na conservação desses bens. O Setor Tradicional de Planaltina mergulha em um processo de descaracterização e arruinamento de sua paisagem pretérita, estamos falando de um apagamento histórico e cultural. Os imóveis, as quadras, as praças, as ruas e avenidas ora tombadas por decretos locais não garantem a preservação e conservação dos mesmos, assim como nas áreas de entorno.

Palavras-chave: Setor Tradicional; Planaltina; Usos; Patrimônio; Apagamento.

ABSTRACT

The Administrative Region of Planaltina is considered the only urban center in the Federal District that pre-existed the construction of Brasilia, the current capital of Brazil, annexed at the end of the 20th century to its lands and which previously belonged to the territory of Goias. The history of this location was marked by the apogee, but mainly by the decadence of the post-mining period in Minas Gerais and its surroundings, and by the agricultural activity of the Central West. The memories of this historic city are recorded in its big house, streets, squares, celebrations, and festivities over almost two centuries, thus producing diverse cultural landscapes and transformations in the sociospatial relations of the Traditional Sector of Planaltina. The general objective of this dissertation is to understand from the geographical point of view, the Traditional Sector of Planaltina, demonstrating the sense of place present in its historical, property, and cultural aspects. The present study follows a qualitative approach focusing on direct observation and analysis of photographic records, secondary data, and theoretical reference. The research follows as a proposal for mostly linear case studies, and to achieve its objectives, goals are set that make up theoretical, technical, and cartographic procedures, a survey of theoretical and documentary references, from the choice of historic buildings and patrimonialism assets, passing through fieldwork and simple observations, mapping and spatialization of the analysis and evaluation and discussion of data on patrimonialization. These studies are important for the periodization of a place, as well as the rescue of cultural and historical memory, and become basic instruments for the formulation of territorial management plans and diagnoses of the impacts caused by the transformation of the cultural landscape itself, without forgetting to mention in the analysis of unrevealed contradictions beyond the city-heritage context. Among the nearly 4,000 buildings belonging to the architectural-urban complex of the Traditional Sector of Planaltina, 21 buildings that pre-existed the construction of Brasilia deserved individual listing and protection by the local government. These buildings were selected for inventory due to their historical and cultural relevance and thus make up the case study. Twelve of these buildings are located in the preservation and conservation polygon proposed by the district legislation, and the other nine are located in the surroundings of the state's heritage area. In the field, progress was made in the process of alteration and de-characterization of some properties, which compromises not only the preservation but also the conservation of these assets. The Traditional Sector of Planaltina plunges into a process of de-characterization and ruination of its past landscape; we are talking about a historical and cultural erasure. The properties, blocks, squares, streets, and avenues now listed by local decrees do not guarantee their preservation and conservation, as well as in the areas where they are located.

Keywords: Traditional Sector; Planaltina; Uses; Heritage; Deletion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Estudo de Caso	23
Figura 2 – Procedimentos metodológicos utilizados para coleta de dados	27
Figura 3 – Manifestações culturais e religiosas da RA de Planaltina	35
Figura 4 – Mapa de localização da RA de Planaltina (DF)	41
Figura 5 – Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF)	42
Figura 6 – Imóvel de alto padrão no atual Setor Tradicional de Planaltina	43
Figura 7 – Casa de Dona Negrinha em 2016	44
Figura 8 – Paisagem atual do lote onde se encontrava a Casa de Dona Negrinha	45
Figura 9 – Casa do Artesão, Setor Tradicional de Planaltina	46
Figura 10 – Mapa de localização do Setor Tradicional de Planaltina (DF)	50
Figura 11 – Mapa de uso e ocupação do solo do Setor Tradicional de Planaltina (DF)	52
Figura 12 – Mapa da expansão urbana do Setor Tradicional de Planaltina (DF)	61
Figura 13 – Características gerais da Praça Padre Antônio Marcigaglia e seu entorno próximo	63
Figura 14 – Av. Goiás e no fundo a antiga Igreja de São Sebastião	64
Figura 15 – Condições físicas/estruturais e equipamentos urbanos presentes na Praça Padre Antônio Marcigaglia	65
Figura 16 – Festa do Divino em junho de 2022	66
Figura 17 – Vista parcial da Avenida Goiás	66
Figura 18 – Deterioração na fachada de um casarão situado no entorno da Praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães	67
Figura 19 – Características gerais da Praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães e seu entorno	68
Figura 20 – Condições físicas/estruturais e equipamentos urbanos presentes na Praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães e seu entorno	70
Figura 21 – Características gerais da Praça São Sebastião de Mestre D'armas e seu entorno	71

Figura 22 – Principais usos e funcionalidades da Praça São Sebastião	74
Figura 23 – Equipamentos urbanos presentes na Praça São Sebastião	75
Figura 24 – Pichação na placa de identificação	76
Figura 25 – Descarte irregular do lixo	76
Figura 26 – Mapa de localização das áreas patrimonializadas do Setor Tradicional de Planaltina (DF)	82
Figura 27 – Mapa de localização dos imóveis de interesse histórico do Setor Tradicional de Planaltina (DF)	85
Figura 28 – Estado de conservação e preservação dos bens imóveis do Setor Tradicional de Planaltina em 2023	86
Figura 29 – Principais problemas de conservação e preservação dos bens imóveis do Setor Tradicional de Planaltina	90

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Projeção do crescimento populacional da RA de Planaltina entre 2020 e 2030	39
Gráfico 2 – Número de processos abertos de tombamento pelo IPHAN no Distrito Federal entre 1958 e 2022	78
Gráfico 3 – Situação da conservação dos bens imóveis do Setor Tradicional de Planaltina entre os anos de 2012 e 2023	92
Gráfico 4 – Situação da preservação dos bens imóveis do Setor Tradicional de Planaltina entre os anos de 2012 e 2023	93

QUADROS

Quadro 1 – Setores da Zona Urbana de Consolidação de Planaltina	48
Quadro 2 – O uso do solo nos lotes e nas projeções do Setor Tradicional de Planaltina	53
Quadro 3 – Lista de bens tombados pelo Iphan no Distrito Federal entre 1959 e 2007	79
Quadro 4 – Situação da conservação e preservação dos bens imóveis do Setor Tradicional de Planaltina entre os anos de 2012 e 2023	88

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AACHP	Associação do Amigos do Centro Histórico de Planaltina
AEN	Áreas Especiais Norte
APLAC	Academia Planaltinense de Letras, Artes e Ciências
Av.	Avenida
BR	Brasil
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
Cel.	Coronel
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CSIIR	Comercial, Prestação de Serviços, Institucional, Industrial e Residencial
CSIIR NO	Comercial, Prestação de Serviços, Institucional, Industrial e Residencial não obrigatório
DePHA	Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal
DePHA	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DF	Distrito Federal
ETA	Estação de Tratamento de Água
GDF	Governo do Distrito Federal
GO	Goiás
GTPI	Grupo de Trabalho do Patrimônio
Hist.	Histórico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Infraestrutura de Dados Espaciais
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
Inst EP	Institucional Equipamento Público
Inst.	Institucional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Km	Quilômetro
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
Nº.	Número
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PDL	Plano Diretor Local
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal
PEC	Ponto de Encontro Comunitário
PHEIC	<i>Public Health Emergency of International</i>
RA	Região Administrativa
RE	Residencial Exclusivo
SECEC	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa
SEDUH	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
SEGETH	Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação
SETUR	Secretaria de Turismo
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIRGAS	Sistema de Referência Geodésico para as Américas
SITURB	Subsecretaria de Gestão Urbana
SRL	Setor Residencial Leste
SRO	Setor Residencial Oeste
ST	Setor Tradicional
T.	Tombamento
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília
UOS PAC	Posto de Abastecimento de Combustíveis
UOS	Uso e Ocupação do Solo
UPT	Unidade de Planejamento Territorial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	21
2 PELAS PRAÇAS E RUAS DO SETOR TRADICIONAL DE PLANALTINA	29
2.1 Planaltina (DF): síntese geográfica e histórica	32
2.2 O Setor Tradicional de Planaltina: recorte espacial da pesquisa	47
3 CARTOGRAFIA DO PRETÉRITO E HODIERNO SETOR TRADICIONAL DE PLANALTINA: OLHARES PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL	56
3.1 Os valores e usos atribuídos às praças do Setor Tradicional de Planaltina	59
3.2 Tombar para conservar e preservar o patrimônio local	77
3.3 O apagamento do patrimônio histórico do Setor Tradicional de Planaltina	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A – FICHA DE ATIVIDADE DE CAMPO	107
APÊNDICE B – LISTA DE BENS TOMBADOS DO DISTRITO FEDERAL EPROCESSOS EM ANDAMENTO PELO IPHAN	108
APÊNDICE C – FACHADAS DOS IMÓVEIS HISTÓRICOS (2012 – 2023)	113
APÊNDICE D – LISTA DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DE INTERESSE HISTÓRICO DO SETOR TRADICIONAL DE PLANALTINA	120

INTRODUÇÃO

Estátua de Louis Cruels, Praça São Sebastião
de Mestre D'Armas, Planaltina (DF)
Autor: MENDONÇA NETO, 2022.



INTRODUÇÃO

A organização e percepção do espaço geográfico são representadas na maioria das vezes por meio de documentos cartográficos. Ao longo do tempo, essas representações foram classificadas de acordo com diferentes nomenclaturas, conforme os padrões artísticos que evidenciavam, sendo consideradas desde pinturas que serviam como quadros para decoração a documentos de grande valor estratégico, em 2023 produzidas e reproduzidas em telas digitais de computadores, *smartphones* e diversos outros aparelhos eletrônicos.

Para Harvey (2009), às diferentes escalas espaciais são produzidas pelos seres humanos por meio de uma hierarquização pautada na forma de organizar suas atividades e de perceber o ambiente no qual estão inseridos. Para compreender a problemática de um dado recorte espacial deve-se mergulhar em uma análise do tempo-espaço e nas relações sociais que são reproduzidas nessas localidades.

Inserido nesse contexto, o Setor Tradicional da Região Administrativa de Planaltina, localizado no Distrito Federal, ao mesmo tempo é o nosso recorte espacial e o objeto de estudo de caso da dissertação. Tal estudo, segue uma abordagem qualitativa com foco na observação direta e na análise de registros fotográficos, dados secundários e referencial teórico.

Os estudos de casos seguem uma linearidade, e para alcance dos seus objetivos de investigação, são traçadas metas que compõem procedimentos teóricos, técnicos e cartográficos. Dessa forma, os percursos metodológicos percorridos para realização desta pesquisa, foram:

- a) levantamento de referencial teórico e documental;
- b) trabalhos de campo e observação direta;
- c) mapeamento e espacialização da área de estudo; e
- d) avaliação e discussão dos dados sobre patrimonialização, apagamento e usos do Setor Tradicional de Planaltina.

Quando penso em justificativas para realização deste estudo, resgato a memória afetiva da qual o pesquisador possui com o lugar que investiga, ou talvez vá além da forma, do simbólico e do imaginário que esse lugar pode provocar nas reflexões de um geógrafo ou de uma geógrafa.

O Setor Tradicional de Planaltina, além de sua história, de seus refúgios, lamúrias, de suas ruas, praças, setores, festejos e celebrações, provoca ao

pesquisador um resgate daquilo que é visível ou na verdade do que se passa na invisibilidade do dia, da noite, na chuva ou no sol escaldante.

Os momentos felizes e de amargura, definem ser planaltinense, filhos de uma cidade pioneira, de uma ideologia imposta por Juscelino Kubitschek, na transferência da capital do Brasil para o centro desse país, a centralidade e totalidade. Então pensar nesse recorte, vai além da perspectiva de uma produção cartográfica, de um relatório de campo, de uma dissertação, mas a construção de uma percepção enquanto sujeito e pesquisador.

Dessa forma, justificar a necessidade desse trabalho é voltar à 2015, quando saio do ponto mais privilegiado perante locomoção e redes que é o Plano Piloto, e me desloco para uma região administrativa, que até então não apresentava muitas perspectivas favoráveis, Planaltina.

Planaltina é uma área predominante rural (voltada para o agronegócio, turismo rural e agricultura familiar), porém dispõe de uma mancha urbana, área onde está inserido recorte da pesquisa. Vislumbra a modernidade e a paisagem de um passado pós-colonial, de uma paisagem sertaneja e cerradense, onde marca o início de rios, no caso de bacias tão importantes para o território brasileiro, e para a história de uma nação.

O tombamento distrital não assegura totalmente a conservação e preservação do patrimônio material, e conseqüentemente do patrimônio imaterial. No lugar de suas ruas, praças, casas seculares, derrubam e constroem estacionamentos, edificações contemporâneas que configuram como crime aos bens imateriais e materiais do Setor Tradicional de Planaltina.

Este estudo não só caracteriza e descreve o Setor Tradicional de Planaltina enquanto forma, mas enxerga e percebe esse espaço pelos seus movimentos, suas funções, sua evolução histórica, seu crescimento urbano, seus usos e o processo de ocupação, indo além, busca compreender a partir do olhar geográfico, o Setor Tradicional de Planaltina, demonstrando o sentido de lugar presente em seus aspectos históricos, patrimoniais e culturais, objetivo geral da pesquisa.

A partir do objetivo geral, o estudo está sustentado em outros específicos:

I – contextualizar a história de Planaltina e caracterizar geograficamente o recorte espacial da pesquisa;

II – identificar os diferentes valores e usos atribuídos aos espaços patrimonializados do Setor Tradicional de Planaltina;

III – discorrer sobre os desafios para a preservação dos patrimônios do Setor Tradicional de Planaltina;

IV – expor sob a ótica da Geografia a imagem e o apagamento dos bens históricos do Setor Tradicional de Planaltina.

Para melhor apresentação e discussão dos dados levantados durante quase dois anos, a dissertação está estruturada em três seções. A primeira seção possui como objetivo apresentar os percursos metodológicos da pesquisa, bem como as técnicas, as ferramentas, os procedimentos e os métodos utilizados para realização do estudo.

A segunda seção está dividida em duas seções secundárias, a primeira subseção contribui para uma síntese geográfica e histórica da Região Administrativa de Planaltina, região onde está situado o recorte espacial da pesquisa; a segunda apresenta aos leitores esse recorte: o Setor Tradicional de Planaltina com foco nos usos e nas categorizações dos setores geográficos.

A terceira seção desdobra-se na expansão urbana do Setor Tradicional de Planaltina a partir de uma análise cartográfica e teórica, apresenta conceitos importantes sobre patrimônio. A mesma está estruturada em três seções secundárias e visa aprofundar na cartografia do pretérito e hodierno Setor Tradicional de Planaltina, por meio de sua expansão urbana entre os anos 1958 e 2009, período de maior crescimento urbano e consolidação.

A discussão avança nas seguintes subseções para um debate sobre os novos usos e valores atribuídos às principais praças desse bairro, bem como reflete sobre a importância do tombamento e da inventariação na conservação e preservação do patrimônio local com base na produção e interpretação cartográfica do ano de 2023.

Além desses apontamentos, a última seção ainda conta com uma análise da real situação dos principais imóveis históricos do Setor Tradicional de Planaltina e sua descaracterização. No qual caminha para as considerações finais, onde são abordadas e apontadas as principais conclusões do olhar geográfico na pesquisa, do levantamento de possíveis estudos futuros e de ferramentas para minimizar os apagamentos observados em campo.

1 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Adorno Divino Espírito Santo
Autor: MENDONÇA NETO, 2021.



1 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Os percursos traçados até o momento para o desenvolvimento desta pesquisa, foram embasados na perspectiva qualitativa, no qual o foco está diretamente relacionado à realização de um estudo de caso. Para Ramires e Pessôa (2013, p. 25), o objetivo da pesquisa qualitativa é o:

[...] reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre sujeito e objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas.

A primeira relação e problemática apontada por esses autores, diz respeito ao mundo real e seus sujeitos, no nosso estudo o primeiro se refere ao Setor Tradicional de Planaltina, como uma particularidade do todo, e o segundo se refere ao olhar geográfico do pesquisador. Essa relação se torna complexa uma vez que as percepções extraídas geram linhas de pensamentos e análises diversas, porém quando investigadas pelo viés de técnicas e embasadas teoricamente o objetivo de investigação é alcançado.

A segunda está diretamente relacionada aos conflitos e tensões promovidas entre o sujeito e o objeto de pesquisa, e pela busca de resultados de forma imediata. Ainda, segundo Pessôa e Ramires, os estudiosos que se baseiam nesta metodologia estão “[...] mais preocupados com o processo, e não simplesmente com os resultados, tendo o ambiente natural como fonte direta dos dados, e grande destaque é dado à interpretação do significado das ações sociais” (RAMIRES e PESSÔA, 2013, p. 25).

Outro estudioso da pesquisa qualitativa é Chizzotti (2003), que ao longo de sua carreira investiga a evolução dessa metodologia, sua abrangência e as críticas que vem recebendo. Depois de quase duas décadas, as Ciências Humanas e Sociais ainda são as principais detentoras dessa abordagem que vem

[...] assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar que as pessoas dão a eles (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

A pesquisa em alguns momentos apresenta características de um estudo pragmático, voltada para o positivismo, devido a riqueza de detalhamento promovida pelo viés da observação direta e descrição, além dos recursos utilizados para análise do recorte espacial, escolhido como ponto de partida para o nosso estudo de caso.

De acordo com Souza (2013, p. 57-58), o estudo de caso é uma metodologia interessante, pois “[...] privilegia a análise minuciosa e profunda de um ambiente ou sujeito particular. Nesse tipo de pesquisa, é importante a apreensão completa do fenômeno em estudo, considerando suas dimensões, multiplicidades e divergências”.

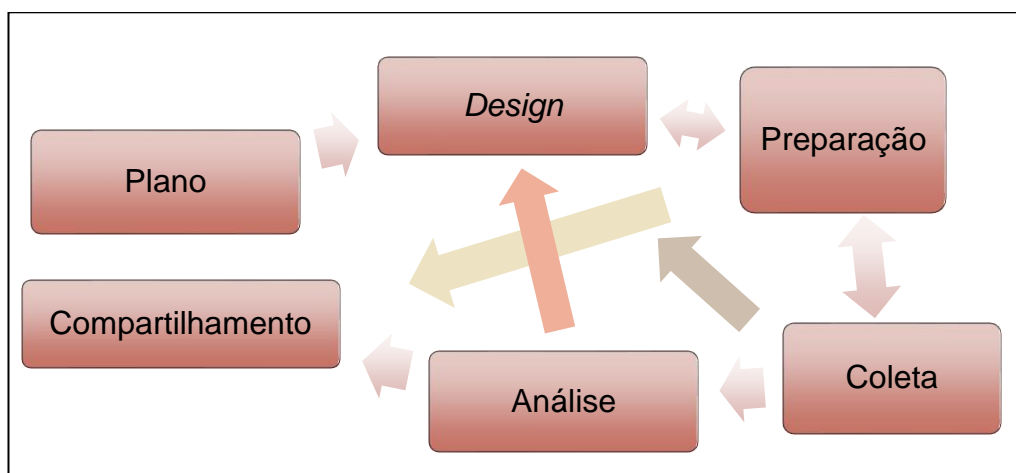
Quando mencionarmos o termo “sub” na dissertação não estaremos nos referindo a algo inferior presente no espaço geográfico, e sim, a um recorte, a algo particular, um bairro e ao mesmo tempo um setor geográfico, que pertencente a uma Região Administrativa (RA) do Distrito Federal (SOUZA, 2013).

Diferentes ciências utilizam o estudo de caso como método científico, e cada uma delas conseguem sanar suas necessidades conforme os procedimentos, literatura bibliográfica, técnicas e ferramentas que utilizam. De acordo com Yin (2015, p. 4):

[...] um estudo de caso permite que os investigadores foquem um “caso” e retenham uma perspectiva holística e do mundo real – como no estudo dos ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação das indústrias.

Nesse caso, é utilizado esse aparato metodológico, classificado por Yin (2015) como metodologia, para compreender e analisar os diversos usos e valores dos espaços públicos e privados, bem como os estados de conservação e preservação dos imóveis históricos do Setor Tradicional de Planaltina. Yin (2015) resume sua proposta de pesquisa como um processo linear e interativo (Figura 1), e por meio dele novos estudos podem ser originados.

Figura 1 – Estudo de Caso: um processo linear, mas interativo.



Fonte: Adaptado de YIN, 2015.

Esse processo linear apresenta um plano básico que consiste nos procedimentos iniciais, como revisão do referencial teórico, definição do método e do recorte de análise; o *design*, também denominado de projeto de pesquisa, onde estão presentes os componentes para o desenvolvimento da investigação (problemática, objetivos, justificativa, hipóteses etc.) (YIN, 2015).

Além de uma preparação, que reúne a testagem, a escolha dos pontos de visitação, fichas, modelos; a coleta, escolha e aplicação da metodologia, bem com utilização de técnicas e ferramentas em campo; a análise e tomada de decisão a partir dos dados coletados; e por fim o compartilhamento das informações por meio de relatórios, artigos, dissertações, teses etc. (YIN, 2015).

Partindo para essa linearidade, e para alcance dos objetivos da investigação já apresentados, foram realizados procedimentos teóricos, técnicos e cartográficos, que a partir desse momento serão descritos:

a) Levantamento de referencial teórico e documental:

Essa etapa consiste na parte primordial de sustentação e embasamento teórico para fundamentação das análises e discussões produzidas e que serão apresentadas por meio dos resultados parciais e finais. Por isso, foram coletados conceitos, dados e informações em artigos, monografias, dissertações, teses, documentos *online*, juntamente de fichamentos e resenhas.

b) Trabalho de campo e observação direta:

Para coleta de dados, caracterização geográfica e mapeamento do Setor Tradicional de Planaltina, foram realizados 4 (quatro) trabalhos de campo:

- 2º semestre de 2021: foi realizada a primeira visita técnica, ou revisita, pois o recorte espacial passou a ser analisado pelo olhar do geógrafo, na busca de fugir da ótica de morador;
- 1º semestre de 2022: mais uma vez foi utilizada a técnica da observação direta, agora acompanhado de um diário de campo, que além da descrição simples dos principais usos e valores das praças e ruas localizadas na área patrimonializada do Setor Tradicional de Planaltina, também buscou avaliar suas características básicas;

- 2º semestre de 2022: etapa da validação da espacialização cartográfica e descrição mais apurada da infraestrutura das principais praças do Setor Tradicional de Planaltina, concluída no final do mês de julho;
- 1º semestre de 2023: realizado no início do mês fevereiro, dividido em dois dias de caminhadas pelas ruas, esquinas e praças do Setor Tradicional de Planaltina para coleta de dados fotográficos, observação direta e anotações, com objetivo de coletar dados referente a uso e cobertura do recorte espacial estudado, bem como uma revisita aos bens tombados pelo Governo do Distrito Federal (GDF) em 1982, assim como os bens imóveis inventariados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2012, para analisar a situação atual de preservação e conservação.

O trabalho de campo, denominado também de visita técnica ou pesquisa de campo, é uma das etapas mais importantes para o desenvolvimento dos trabalhos geográficos segundo Matos e Pessôa (2013, p. 162):

[...] pode ser considerada uma arte em que o pesquisador, por meio da observação e de instrumentos de coleta de dados, pode desvendar o que está atrás das aparências e esculpir uma interpretação do que está visível e do que não está ao alcance dos olhos.

Durante a realização dessa etapa e da observação simples, foram utilizadas as seguintes ferramentas para coleta de dados: pranchetas, lapiseiras, diário de campo para anotações; ficha de atividade de campo (Apêndice A); dois smartphones para registros fotográficos das principais paisagens, dos equipamentos públicos, dos bens tombados, dos espaços públicos, das interações sociais e culturais; e mapas produzidos e impressos da localização dos bens patrimonializados e do uso e ocupação da área estudada.

c) Mapeamento e espacialização:

Os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) são de grande relevância para a análise, produção e interpretação de dados geoespaciais no que se refere à delimitação, espacialização e análise da área de estudo. A maioria dessas informações foram coletadas na página da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF (SEDUH/DF), vinculados à plataforma Geoportal.

Para produção das representações cartográficas utilizamos o *software* livre QGIS Desktop versão 3.16.9 (anteriormente Quantum GIS), para espacialização de imagens de satélites, e posteriormente a confecção de mapas temáticos do recorte espacial, com base em dados secundários no georreferenciamento dos pontos de GPS disponíveis na página do Geoportal e no inventário do Setor Tradicional de Planaltina de 2012 produzido pelo Iphan, compatibilização das escalas dos mapas e imagens para escala de trabalho para região em 1:15.000.

As principais representações cartográficas produzidas foram:

- ❖ Mapa de localização da RA de Planaltina (DF) (em escala menor que os outros mapas);
- ❖ Mapa de localização do Setor Tradicional de Planaltina (DF) em escala 1:15.000;
- ❖ Mapa de uso e ocupação do solo do Setor Tradicional de Planaltina (DF) em escala 1:15.000;
- ❖ Mapa da expansão urbana do Setor Tradicional de Planaltina (DF) em escala 1:15.000;
- ❖ Mapa de localização das áreas patrimonializadas do Setor Tradicional de Planaltina (DF) em escala 1:3.500;
- ❖ Mapa de localização dos imóveis de interesse histórico do Setor Tradicional de Planaltina (DF) em escala 1:5.000.

d) Avaliação e discussão dos dados sobre a patrimonialização, apagamento e usos dos espaços públicos e privados do Setor Tradicional de Planaltina:

Na pesquisa, a inventariação é compreendida como uma ferramenta normativa e instrumento técnico/político, que faz parte do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), que serviram de apoio à formulação, confecção de mapas temáticos e de diagnósticos do recorte territorial abordado de forma qualitativa.

A seção 3 da dissertação traz uma análise e a espacialização pautada em fotografias e representações cartográficas baseadas no inventário de 2012 em comparação com o estado de preservação e conservação das edificações históricas no início do ano de 2023.

O inventário utilizado como fonte secundária, serviu para resgatar e avaliar o estado da preservação e conservação dos bens tombados e do conjunto arquitetônico

e urbanístico do Setor Tradicional de Planaltina. O inventário é constituído pela correlação de informações em um banco de dados específico confeccionado.

Para a identificação dos bens inventariados foram utilizado um conjunto de formulários (fichas de identificação e caracterização, lista de processos e ficha de campo – Apêndices A, B, C, D), disponibilizados em versão digital para apresentação dos quadros, gráficos e mapas.

Concomitante às etapas apresentadas anteriormente, foi levantado e organizado todo o material disponível, para produção final da escrita da dissertação. Na Figura 2 podemos observar os procedimentos metodológicos pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa, que facilitaram no uso das técnicas e instrumentos propostos pelo estudo de caso, descritos anteriormente.

Figura 2 – Procedimentos metodológicos utilizados para coleta de dados.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Essas etapas foram trabalhadas de modo sucinto, abrangendo um olhar geográfico. Tal procedimento consiste na caracterização espacial e histórica, descrição empírica, registro fotográfico, trabalho de campo, produção cartográfica e criticidade por meio das categorias teóricas da Geografia.

A partir do percurso metodológico apresentado nessa seção, seguiremos pelas praças e ruas do Setor Tradicional da cidade de Planaltina expostos na Seção 2. Nela percorreremos por uma caracterização descritiva do recorte espacial, de sua história, de seus usos e valores, bem como sua evolução urbana e sua cartografia.

2 PELAS PRAÇAS E RUAS DO SETOR TRADICIONAL DE PLANALTINA

Antiga Coletoria, Planaltina (DF)
Autor: MENDONÇA NETO, 2023.



2 PELAS PRAÇAS E RUAS DO SETOR TRADICIONAL DE PLANALTINA

Para Costa e Steinke (2013, p. 165), as cidades históricas brasileiras são classificadas como cenários produzidos a partir de uma “[...] ideologia espacial da consagração da própria nação, onde o território foi assimilado apartando-se aqueles que, historicamente, o habitavam e produziram em germe”. Nesse contexto, o Setor Tradicional de Planaltina enquanto primeiro núcleo urbano foi importante para formação e transformação histórica da atual RA de Planaltina.

Esses espaços apresentam lugares, paisagens diversas e objetos símbolos (compostos por cores, traços e ângulos únicos), sendo eles: suas ruas, suas praças, seus casarões, os imóveis reconhecidos como bens pelo Estado e, acima de tudo, pela comunidade local. Todos esses elementos fazem parte da história de uma cidade, que ao longo do tempo sofre diversas transformações, principalmente quando esses espaços não são preservados ou compreendidos como parte da identidade cultural de uma sociedade.

Vale ressaltar que o conceito de praça aqui não será considerado apenas para fins de uso público e coletivo, mas também de uso individual e valor, como afirmam autores como Santos e Souza Júnior (2013, p. 365):

Existe um equívoco na compreensão da praça como um espaço público, na medida em que seu uso acaba sendo condicionado por diversos fatores inerentes a diferentes relações e interesses sociais. Para as pessoas que a utilizam apenas como via de acesso, a praça, ou o que esta pode fornecer em termos de atratividade, é bem menos importante do que para outras pessoas que se habituaram a utilizá-la diariamente como lazer. Para aquelas que comercializam nesse local, ela adquire um valor de troca, e não de uso, pois essas pessoas não se encontram preocupadas (ou em condições) de usá-la como espaço de lazer.

Ainda sobre essa reflexão, nem sempre as relações sociais propiciam condições para seu uso coletivo, dessa forma esses lugares acabam:

[...] tendo seu uso condicionado a determinado segmento da sociedade, o qual é responsável pela criação de territorialidades voltadas para esse condicionamento. Dessa forma, embora na aparência seja de fato um espaço público, este passa a ser restrito ou privado a alguns grupos que coordenam o uso e as territorialidades nesse local. [...] Não é apenas a forma que dá o significado ao objeto, mas também sua função, seu valor de uso [...] (SANTOS e SOUZA JÚNIOR, 2013, p. 365).

As ruas e avenidas seguem os mesmos preceitos, nem sempre utilizadas como locais públicos e/ou coletivos, mas na maioria das vezes como caminhos, trajetos, pontos de ligações entre quadras, esquinas, blocos, conjuntos, setores, ou cruzamentos utilizados pelos seres humanos, animais e diferentes veículos,

acompanhadas de calçamento com acessibilidade ou sem, pavimentadas ou em chão batido.

O local, aqui sinônimo de lugar é denominado de Setor Tradicional de Planaltina, o mesmo possui uma grande complexidade e diversos graus de significados, expressos em poemas, poesias, livros, jornais e atualmente nas mídias digitais. Para o Geógrafo Britânico, estudioso da Geografia Cultural, Denis Cosgrove (2004), todo local “[...] é um lugar simbólico, onde muitas culturas se encontram e talvez entrem em conflito [...]” (2004, p. 93).

O conceito de lugares simbólicos de Cosgrove (2004) está pautado na ideia que a Geografia está em toda parte e só pode ser compreendida a partir da percepção do olhar do Geógrafo ou da Geógrafa. Para esse autor, esses lugares podem ser abordados através de três termos, ou melhor, três categorias de análise: a paisagem, a cultura e o simbolismo.

A primeira categoria é compreendida a partir da percepção humana, ou como Cosgrove (2004) menciona, a partir da “maneira de ver” o mundo externo, através de uma “cena”, que se restringe a uma “unidade visual” composta por diversos elementos harmoniosos. Onde suas implicações são propostas da seguinte maneira:

I – As ruas, as praças, as quadras, os setores e os bairros de Planaltina são “[...] as formas visíveis de nosso mundo, sua composição e estrutura espacial”;

II – Os rios, os morros, a pedologia local, o clima, o cerrado etc. são “[...] unidade, coerência e ordem ou concepção racional do meio ambiente”; e

III – As manifestações culturais, as relações sociais, as organizações políticas e partidárias, o comércio, compõem “[...] a ideia de intervenção humana e controle das forças que modelam e remodelam [...]” a própria paisagem planaltinense.

A segunda categoria permeia entre os fenômenos não-visíveis e a paisagem concreta. Para Cosgrove (2004, p. 101), a cultura é “[...] um conjunto de práticas compartilhadas comuns a um grupo humano em particular, práticas que foram aprendidas e transmitidas através de gerações [...]”. Esse autor afirma que as “[...] transformações na cultura vêm de mudanças, rápidas ou lentas, em sua prática, no ato de reprodução cultural [...] e ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas”.

Todas as paisagens possuem significados simbólicos e são fruto da cultura de um povo. Os casarões, as praças, as ruas do Setor Tradicional de Planaltina possuem significado simbólico e neles estão expressas e impressas a cultura

planaltinense ao longo de quase dois séculos, isso se contarmos apenas com os primeiros registros oficiais disponíveis nos arquivos públicos (COSGROVE, 2004).

Através do tempo se reconfiguram novos lugares e novas paisagens, essa reprodução quando considerada uma imaginação do espaço total, onde é representado sobre uma superfície, a localização é importante, a separação do dito “lugar local” em relação ao espaço externo, são mecanismos para controlar o desafio da espacialidade (MASSEY, 2012).

Compreender a organização do espaço geográfico é tão difícil quanto compreender as ações que os seres humanos realizam sobre ele, onde os mesmos alteram suas características físicas e biológicas com o desenvolvimento das atividades econômicas, das relações sociais e pelas redes sociais. A percepção do espaço é uma tomada de consciência do ambiente pelo ser humano, ou seja, o ato de perceber o ambiente no qual está inserido e como será reproduzido (FERNANDES et al., 2009).

Para a compreensão do todo, o ponto de partida é primordial na realização de um estudo de caso, dessa forma esta seção possui como objetivo contextualizar de forma breve a história de Planaltina e caracterizar geograficamente o recorte espacial da pesquisa por meio de representações cartográficas dos novos usos e valores em relação aos lotes e nas projeções do Setor Tradicional de Planaltina.

Essa seção está estruturada em duas seções secundárias, a primeira mergulha em uma síntese geográfica e histórica de Planaltina, Região Administrativa onde está situado o recorte espacial da pesquisa; e a segunda apresenta aos leitores esse recorte: o Setor Tradicional de Planaltina.

2.1 Planaltina (DF): síntese geográfica e histórica

A história de uma sociedade fica registrada na paisagem cultural de suas cidades, que com o passar do tempo sofrem transformações e novas paisagens surgem. Dessa forma, seguindo os preceitos do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DF), extinto em 2000 e denominado de Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DePHA), “toda cidade é histórica”, sendo ela nova ou antiga, uma vez que são produtos da cultura de grupos sociais (DEPHA, 1998).

Antes de continuarmos, precisamos esclarecer por que a palavra cidade está entre aspas. Dessa forma é necessário frisar que Planaltina é uma Região Administrativa do Distrito Federal, as chamadas RAs¹, que até o final da década de 1990 eram conhecidas como “cidades-satélites”, cidades essas situadas no território do Distrito Federal que tenham o Plano Piloto como referência. Essas cidades não existiam antes da construção de Brasília, com exceção de Planaltina e Brazlândia, porém novos núcleos urbanos foram surgindo com o tempo.

Segundo Derntl (2019, p. 4-5), esses novos núcleos:

[...] foram situados à distância do Plano Piloto e caracterizaram-se, inicialmente, pelas construções precárias, ruas sem pavimentação e ausência de serviços urbanos básicos, em evidente contraste com os apartamentos espaçosos em meio a amplos espaços para lazer no Plano Piloto.

As RAs não se configuram como cidades, ou melhor dizendo município, no que tange a legislação brasileira, uma vez que foram criadas para fins de descentralização e coordenação dos serviços de natureza local, porém Planaltina foge dessa caracterização quando enxergamos em seus edifícios, nas relações sociais e culturais com suas raízes goianas, contrapondo a nova cultura de cidade em referência às transformações provocadas pela construção de Brasília e sua fixação no Planalto Central.

Entretanto, utilizaremos a expressão “cidade histórica” como “[...] objeto concreto e simbólico do vir a ser de um território que é material e é imaginado [...]” (COSTA e STEINKE, 2013, p. 166), proposta teórica e agenda de pesquisas sobre as cidades históricas do estado de Goiás (GO) dos autores Everaldo Batista da Costa (2013) e Valdir Adilson Steinke (2013).

Pensar no presente requer voltar ao passado. Compreender uma dada paisagem ou local quer ele seja “histórico” ou “moderno” deve-se analisar a partir de vários olhares, assim como o processo de colonização e povoamento, fatores sociais e culturais, além do planejamento e gerenciamento político. Autores como, Milton Santos (2012) e Maria Laura Silveira (2012) consideram importante esses processos,

¹ Instituídas pela Lei de número 4.545, de 10 de dezembro de 1964, na qual dispõe sobre a reestruturação administrativa do DF, e dá outras providências. Conforme o artigo nº 31, o DF foi estruturada em apenas 8 (oito) RAs, chamadas de: Taguatinga, Planaltina, Sobradinho, Brazlândia, Gama, Jardim, Paranoá e Brasília; divididas em áreas urbanas, áreas de expansão urbana e áreas rurais a serem fixadas por decreto do Prefeito do Distrito Federal, atualmente pelo Governador.

visto que a história do território brasileiro é formada por um conjunto de síntese e soma das histórias de cada uma de suas regiões.

Santos e Silveira (2012) apresentam o conceito de periodização, o qual é compreendido como a organização histórica do espaço através de um dado período, sendo que as variáveis do espaço são assíncronas, ou seja, transmissão de informações sem sincronia, onde cada lugar deve funcionar sincronicamente e de forma global.

Antes denominada de Mestre d'Armas, a RA-VI de Planaltina do Distrito Federal era apenas um ponto de passagem, ou como os locais preferem chamar, "pouso" para viajantes e suas mercadorias que vinham de Minas Gerais e da Bahia em direção a Goiás, realidade essa após o período de maior exploração mineral durante o século XVIII no Brasil.

Esses deslocamentos proporcionaram o surgimento e o povoamento da região do Planalto Central, a exemplo do vilarejo chamado de Mestre d'Armas, que por sua vez, o seu processo de registro cartográfico e toponímico pode ser conferido segundo Silva (2016) em quatro documentos: I - A "Carta do Ouvidor Geral de Goiás ao rei de Portugal", escrita por Villa Boa de Goiás em 30 de abril de 1758, onde estão representadas as primeiras referências cartográficas da região; II - o "Mapa do giro que deu o tenente José Roiz Freire", de 1773; III - do mesmo ano que o documento anterior, o "Relato de Viagem do quarto Capitão-General da Capitania de Goiás, D. José de Almeida"; e IV - referência documental - a "Jornada que fez Luiz da Cunha de Meneses da Cidade de Bahia para Vila Boa Capital de Goyaz" em 1778.

Mesmo com os documentos mencionando a existência e a localização das terras de Mestre d'Armas², a sua relevância para o resgate e preservação de sua história é questionado. Entretanto, com o passar do tempo, a região que em 2023 é Planaltina, onde a economia era baseada na subsistência, constituída por pequenos núcleos rurais, formou um grande conjunto de fazendas.

Essas fazendas apresentavam grande importância para economia local, na qual baseava-se sobretudo na agricultura e pecuária, com forte influência da religiosidade sertaneja do século XIX. Planaltina surge após o processo de povoamento provocado pela exploração mineral e do controle do governo, atrelado à consolidação das fazendas e ao "Patrimônio do Santo" (SILVA, 2016).

² Em 19 de agosto de 1859, pela Lei nº 03 da Assembleia Provincial de Goiás, o Vilarejo de Mestre D'armas torna-se Distrito, até então ligado por lei às terras do município de Formosa (GO).

No final do século XIX, essa localidade testemunhou o crescimento e consolidação de pequenos povoados, que futuramente se transformaria no espaço urbano da RA-VI de Planaltina. Falar dessas transformações é refletir e questionar sobre a totalidade urbana dessa RA, uma vez que o seu próprio desdobramento foi “[...] intencional, livre e espontâneo dos donos de fazendas da região e está intimamente ligado à criação do ‘Patrimônio do Santo’ e a consequente construção da capela dedicada a São Sebastião e do cemitério” (SILVA, 2016, p. 7).

Essa região foi construída sobre os alicerces da fé católica, instruída pela própria Igreja, o que justifica as várias celebrações religiosas até os dias atuais, como a Festa do Divino, a Folia de Reis, a Folia do Divino Pai Eterno, a Via Sacra e alguns outros festejos que homenageiam o padroeiro da cidade, São Sebastião (Figura 3).

Figura 3 – Manifestações culturais e religiosas da RA de Planaltina: (A) 138ª Festa do Divino Espírito Santo (Encontro das Bandeiras); (B) 36ª Festa Folia Santos Reis; (C) Folia do Divino Pai Eterno (Alvorada no Núcleo Rural de Tabatinga, Planaltina); (D) Via Sacra ao vivo de Planaltina.



Fontes: (A) Equipe de Comunicação Festa do Divino - @festadodivinooficial_df, 2022; (B) SALGADO - @jairiodiogosalgado, 2022; (C) MENDONÇA NETO, 2021; (D) MENDONÇA NETO, 2018.

Antes de avançar para as disputas territoriais em relação às terras planaltinenses do final do século XIX, surgem alguns questionamentos:

- a) Como se explica o fato de que diferentes percepções do espaço geográfico são produzidas sem uma organização e participação da sociedade local?
- c) Como e onde essas mesmas percepções se existem são reproduzidas?
- b) Como o processo de patrimonialização contribui para preservação dos patrimônios materiais e imateriais da RA-VI de Planaltina?

Esses questionamentos são basilares para investigação da pesquisa proposta. Principalmente, quando voltamos para o contexto histórico da consolidação da região, que no início do XX continuava como espaço de conflito entre duas cidades goianas, Santa Luzia, atual município de Luziânia e Formosa da Imperatriz, no ano de 2023, apenas Formosa (SILVA, 2016).

Entre os séculos XIX e XX, logo após sua emancipação, a região que em 2023 constitui Planaltina foi alvo da Comissão Exploradora do Planalto Central, sob responsabilidade de Louis Cruls, que tinha como principal objetivo a produção de estudos ambientais e cartográficos para transferência da capital do Brasil para o Planalto Central.

Porém, os relatórios produzidos por Cruls desconsideravam a “fala do sujeito local planaltinense”, e muito menos referenciava a história urbana e social dessa localidade. Sua única preocupação era caracterizar os aspectos físicos e as ligações viárias com as cidades e núcleos rurais que existiam nessa região (PALAZZO, 2015).

A RA-VI de Planaltina é considerada o único núcleo urbano do Distrito Federal preexistente à construção de Brasília, atual capital do Brasil, anexada no final do século XX às suas terras. Após a construção da nova capital brasileira, Planaltina foi dividida em duas grandes áreas: “[...] a sede ficou dentro da área do Distrito Federal e a outra parte passou a se chamar Planaltina de Goiás [...], em Goiás. Assim foi que Planaltina-GO tornou-se Planaltina-DF em 1964 [...]” e novas RAs foram fundadas no DF (MENDES, 2011, p. 8).

Nesse período, Planaltina apresentava uma estrutura urbana já consolidada, chamada de “cidade tradicional”, em 2023 é o bairro conhecido como Setor Tradicional de Planaltina. Tal setor possuía a maioria dos lotes com origem na década de 1950 e a nova cidade, dispondo de alguns traços modernistas.

No final da década de 1950, surge o Setor de Integração “[...] com a intenção de ‘facilitar e até mesmo intervir no processo de integração das duas comunidades’, a goiana (tradicional) e a do Distrito Federal (símbolo da modernização pretendida para o centro-oeste)” (DEPHA, 1998, p. 11).

Na geografia, as categorias de análise são importantes para reflexão, debate e construção de qualquer estudo “sócio-espacial”. Nesta pesquisa, abordar o termo “setor” é ir ao encontro da categoria região, uma vez que qualquer recorte da superfície terrestre estará associado a divisão dela em partes menores ou subunidades espaciais (SOUZA, 2013).

Na maioria dos textos científicos e até mesmo em abordagens políticas, a categoria região é abordada, como “[...] uma entidade espacial maior que uma cidade ou município e menor que um país, ou em todo caso, como uma categoria que se refere a um espaço ‘intermediário’ entre o local e o nacional ou o global” (SOUZA, 2013, p. 144-145).

Essa análise, como qualquer recorte espacial, está atrelada a uma escala, ponto de partida para os estudos socioespaciais, onde a região é identificada como um nível ou uma escala geográfica específica. Para Souza (2013), a noção de região está relacionada a uma extensa variação histórico-geográfica-cultural, que é abordada para além do tamanho, extrapolando até mesmo “regiões dentro de regiões”, ou como um “tipo de lugar” ou “identidade regional”.

O resgate do conceito dessa categoria de análise foi necessário para chegarmos ao nosso recorte espacial, que também é o objeto de estudo dessa dissertação: o setor. Para Souza (2013), é uma escala intraurbana, que abrange uma organização interna de uma cidade, que possui bairros, no qual dependendo da organização e gestão administrativa-política são definidos como setores geográficos.

Entenderemos aqui, que bairros e setores geográficos são sinônimos para nossa discussão, que possui como base as reflexões do autor Marcelo Lopes de Souza (2013) em “Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial”. Esses espaços, ou melhor, subespaços possuem componentes, que perpassam pela vivência e refletem em uma “identidade sócio-espacial”.

Para Souza (2013), os bairros podem ser caracterizados por meio de três conteúdos: o composicional, o interacional e o simbólico. O primeiro está ligado diretamente à morfologia espacial e a composição de classe, suas características objetivas. Já o segundo, abrange as relações sociais, no qual elas que vão definir se

existe algum tipo de ponto central para os encontros dos indivíduos com seus grupos, o tempo de permanência e a motivação, seja ela comercial, de serviço ou de individualidade. De uma forma mais abstrata temos o terceiro, o conteúdo simbólico que reflete a percepção e vivência de um dado subespaço intraurbano.

As imagens e os limites dos bairros podem:

[...] ser condicionados por intervenções do Estado e, na verdade, pelo próprio capital imobiliário, que pode ter interesse em “ampliar” os limites de certos bairros valorizados, criar ou recriar imagens e identidades, e assim segue. Os próprios moradores, diante de processos de declínio do *status* de um bairro, podem atuar como agentes de alteração ou “flexibilização” dos seus limites espaciais (SOUZA, 2013, p. 155).

Por enquanto essa discussão se encerra por aqui, uma vez que seu objetivo de apresentação foi concluído. Mas, em breve será retomada pelas inquietações propostas pela escrita e interpretação do texto, visto a necessidade de sua objetividade, flexibilidade e do conteúdo composicional do Setor Tradicional de Planaltina.

A RA-VI de Planaltina é marcada pela relação campo-cidade, com mais de 95% de sua população concentrada na área urbana, o que corresponde a aproximadamente 186.498 habitantes (51,7% do sexo de nascimento feminino, com idade média de 32,1 anos) de um total de 196.086 habitantes (CODEPLAN, 2022).

Levando em consideração apenas a variável demográfica de Planaltina, podemos considerá-la uma cidade de médio porte. Os autores como Vieira, Roma e Miyazaki (2007, p. 136-137) mencionam que a maioria dos estudiosos “[...] consideram o intervalo entre 100 e 500 mil habitantes, outros entre 50 e 250 mil [...]”, para definir o tamanho de uma cidade como média, entretanto outros critérios devem ser levados em consideração para essa classificação.

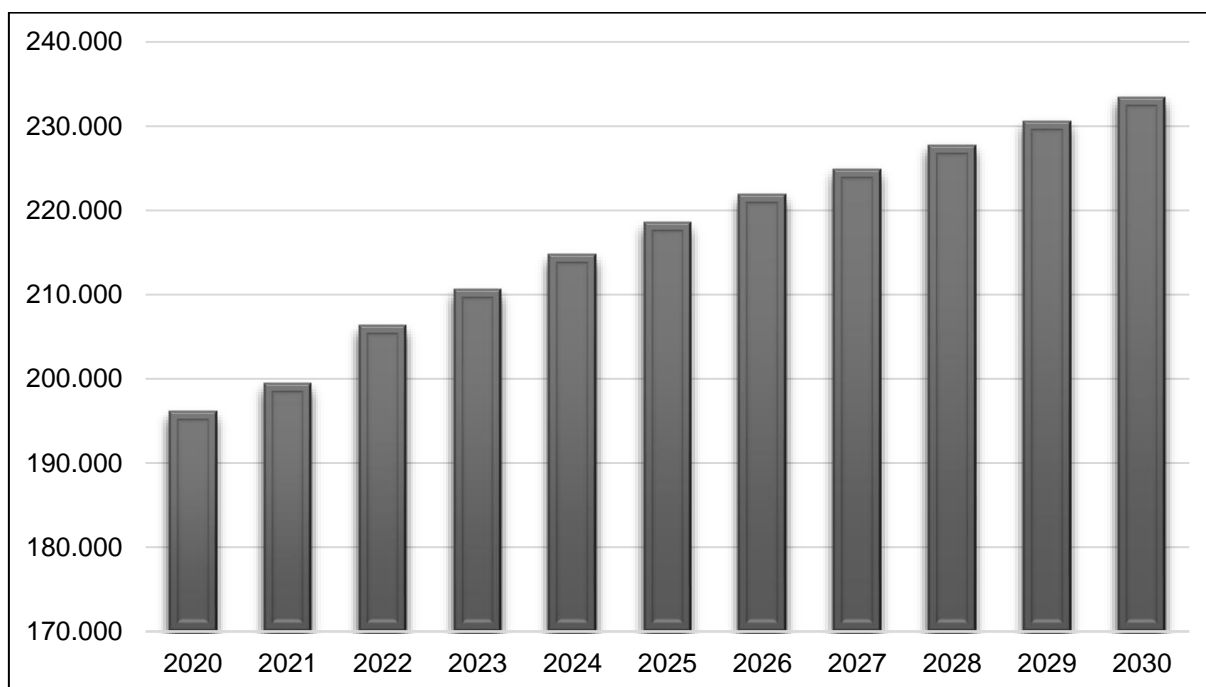
Esses mesmos autores ainda mencionam a relevância regional, a dinâmica da produção do espaço intraurbano, que por sua vez produzem uma rede urbana. Para eles as cidades médias apresentam um:

[...] nível em que o oferecimento de serviços, sua produção, sua capacidade de oferecer empregos etc. influenciam o direcionamento dos fluxos que deixam de se dirigir para as metrópoles, estabelecendo-se como centros intermediários (VIEIRA, ROMA e MIYAZAKI, 2007, p. 137).

Os dados apresentados têm como base a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021, que possui como objetivo coletar dados que retratam os aspectos socioeconômicos do Distrito Federal e de suas Regiões Administrativas.

Com base no relatório de 2021, é possível constatar que entre 2020 e 2030 a população planaltinense terá um aumento em torno de 37 mil habitantes (Gráfico 1), o que justifica, por exemplo, a construção de novos empreendimentos imobiliários adjacentes ao Setor Tradicional de Planaltina, em bairros como Arapoanga, Mestre D'Armas, Vale do Amanhecer, Buritis IV e entre outros.

Gráfico 1 – Projeção do crescimento populacional da RA de Planaltina entre 2020 e 2030.



Fonte: Adaptado de IBGE e Codeplan, Projeções Populacionais para as Regiões Administrativas do Distrito Federal 2020-2030, 2022.

Em relação às condições naturais, a RA de Planaltina está situada em uma área do DF onde se predomina um relevo plano intermediário, com predominância de regiões mais elevadas na parte central de seu território, variando entre 750 e 1.350 metros de elevação (CODEPLAN, 2020).

Nas áreas mais elevadas estão localizadas as nascentes de rios São Bartolomeu, Maranhão e Preto, três dispersores das drenagens responsáveis pelas importantes bacias hidrográficas do Brasil (Bacia do Paraná, Bacia do São Francisco e Bacia do Tocantins). Devido às condições climáticas, com predomínio do clima Tropical, da cobertura pedológica e hidrográfica, essa RA, assim como todo o DF está totalmente inserida no bioma Cerrado (CODEPLAN, 2020).

Conforme Decreto de nº 11.921 de 25 outubro de 1989, novos limites foram fixados as RAs do DF, onde a RA de Planaltina está limitada:

[...] Partindo da interseção da Rodovia DF-130 (antiga DF-015) com a Rodovia DF-260, segue para Leste, até o Rio Preto, limite Leste do Distrito Federal; pelo talvegue do Rio Preto, montante, até a interseção com o meridiano de 47°25' W.Green e por ele, para Norte, até a interseção com a linha de limite Norte do Distrito Federal, no paralelo de 15°30' Sul; deste ponto, para Oeste, até encontrar o Rio Maranhão; daí, para Sul, confrontando Oeste com a RA V - Sobradinho, pelo Rio Maranhão, Ribeirão Palmeiras, Córrego João Pires, Córrego Terra Branca, cabeceira do Córrego Chapadinha, cabeceira do Córrego Corguinho, Córrego do Meio e Rio São Bartolomeu até a interseção com a Rodovia BR-479/DF-250 (antiga DF-06); daí, para Leste, até a interseção com a Rodovia DF-130 (antiga DF-015); deste ponto, confrontando a Oeste com a RA VII - Paranoá, até a interseção com a Rodovia DF-260, ponto inicial desta descrição. (DISTRITO FEDERAL, 1989, s/p).

A RA de Planaltina pertence a Unidade de Planejamento Territorial (UPT) Norte, está localizada a nordeste da RA do Plano Piloto, a cerca 39 quilômetros. Possui 1.537,16 km², e por isso é considerada a maior região administrativa do Distrito Federal (Figura 4). Faz divisa com os municípios de Planaltina (GO) ao norte e com Formosa (GO) a leste e nordeste, ao sul e sudoeste com a RA do Paranoá, a oeste com a RA de Sobradinho e com a RA de Itapoã e no extremo noroeste com a RA de Fercal (CODEPLAN, 2022).

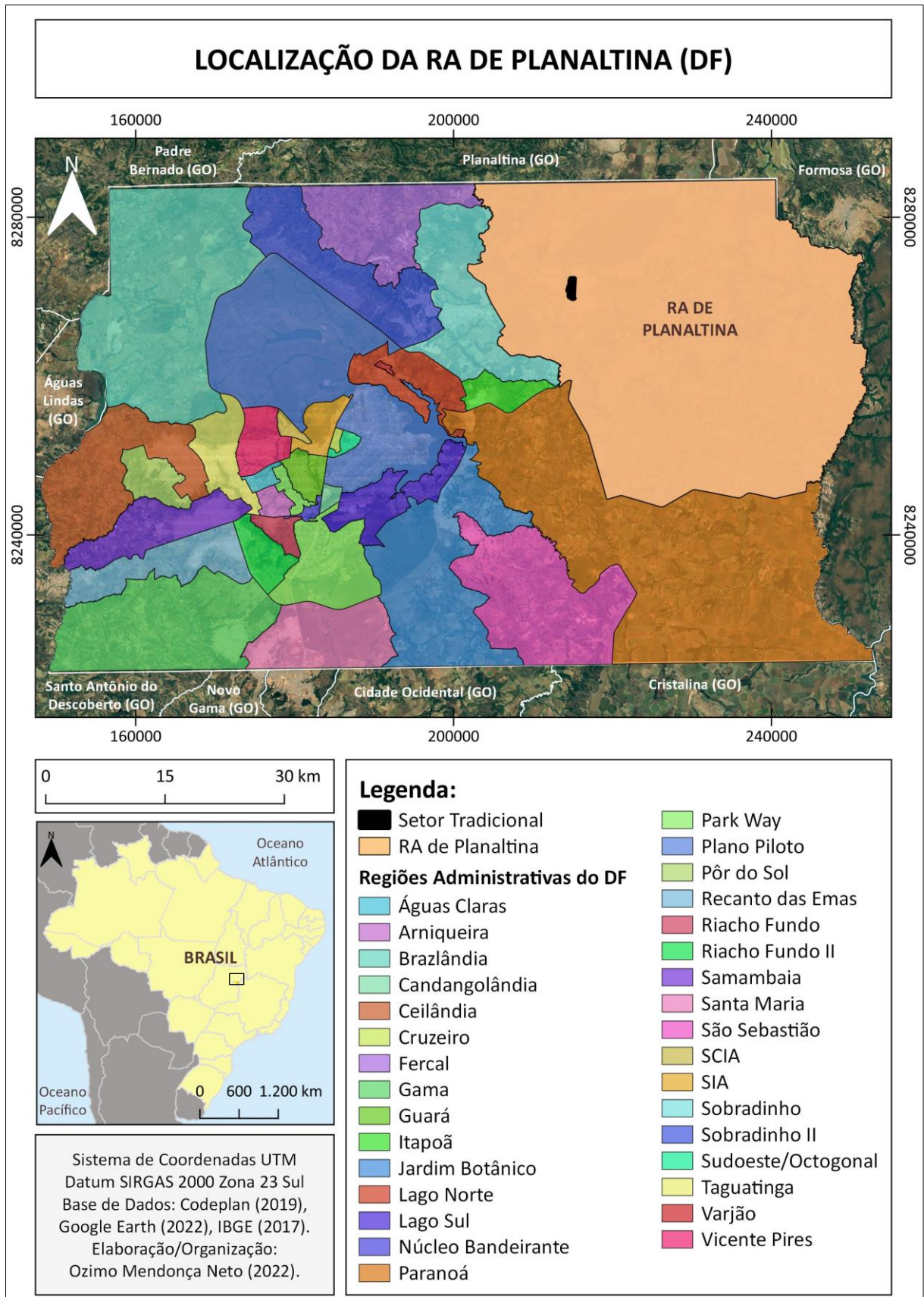
As Unidades de Planejamento Territorial são subdivisões territoriais que agregam as Regiões Administrativas – RA contíguas. Segundo o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT, 2009) existem 7 (sete) unidades:

- I) Central;
- II) Central adjacente 1;
- III) Central adjacente 2;
- IV) Oeste;
- V) Norte;
- VI) Leste; e
- VII) Sul.

Essa forma de planejamento pode contribuir para melhor ordenamento e gestão do território do Distrito Federal. O PDOT mesmo foi instituído pela Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009 e atualizado por meio da Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012.

Autores com Palazzo (2015, p. 361) classificam Planaltina sob duas óticas, uma “[...] vila centenária e parte da paisagem cultural goiana; e de outra, como cidade-satélite de Brasília, reproduzindo as lógicas de apropriação da narrativa da modernidade”.

Figura 4 – Mapa de localização da RA de Planaltina (DF).



Autor: MENDONÇA NETO, 2022.

A seguir, observa-se a ótica de Palazzo, no qual em 2023, o Setor Tradicional de Planaltina (área que deu início a formação e expansão do núcleo urbano dessa região) aflora o contraste da arquitetura colonial e da arquitetura contemporânea (Figuras 5 e 6).

Figura 5 – Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF).



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

A figura 5 apresenta o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, que, no passado, funcionava como residência de Afonso Coelho Silva Campos e sua família. Sua construção data do ano de 1905, e, posteriormente foi vendida ao Coronel Salviano Monteiro Guimarães.

Desde o início da década de 1970, o edifício abriga exposições de objetos históricos de Planaltina, artes de artistas locais e nacionais, que recebe turistas de diversos lugares do Brasil. Esse espaço foi tombado provisoriamente como um reconhecimento público da valorização inerente ao bem, por meio do Decreto de nº 6.939, em 19 de agosto de 1982 (OLIVEIRA, 2014).

Figura 6 – Imóvel de alto padrão no atual Setor Tradicional de Planaltina.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

A transformação da paisagem cultural (aquela que apresenta predominância de elementos culturais) planaltinense, foi relatada em inventários produzidos em 1998 e 2012. Nesses inventários, o Setor Tradicional de Planaltina apresenta um:

[...] grande problema de regularização fundiária nos imóveis antigos e uma população com raízes pouco representativa, que não reconhece as manifestações da Brasília candanga. A nova cidade, composta de moradores com distantes ligações culturais e cronológicas da Planaltina antiga, associa o Setor Tradicional ao passado cujos testemunhos materiais se revelam cada vez mais decadentes e pouco significativos em termos de identidade (DEPHA, 1998, p. 11).

Outro grande problema que o Setor Tradicional de Planaltina apresentava no passado e que ainda assombra no ano de 2023 é o mau estado de conservação de seus edifícios históricos. Aos poucos os que ainda existem estão literalmente “indo ao chão”, seja pela força das intempéries naturais, ou demolidos por apresentar risco à sociedade.

Além de serem substituídos por novos edifícios modernos que com pequenos intervalos vão descaracterizando as raízes culturais, estéticas e arquitetônicas da paisagem sertaneja-goiana, registradas nos casarões neocolônias, no modo de vestir e falar sertanejo ou pela simples figura dos cavaleiros em cavalos trotando nas ruas de Planaltina.

De acordo com o art. 3º do Decreto de nº 6.939 de 1982, “[...] qualquer ato que importe na destruição, mutilação ou alteração dos bens referidos nos artigos anteriores, será considerado crime contra o Patrimônio do Distrito Federal, e como tal, punível de acordo com o disposto nas Leis penais” (DISTRITO FEDERAL, 1982, s/p).

Entretanto, esses descasos, ou melhor, crimes ao patrimônio local vem acontecendo desenfreadamente e vários casos podem servir como exemplo. A Casa ou Casarão de Dona Negrinha, edificação datada da década de 1940, se localizava na esquina da Rua 13 de Maio (Quadra 56, Casa 602), situada entre a Avenida Salvador Coelho, próxima a Praça Salviano Monteiro, na esquina da Praça São Sebastião, sendo um importante bem histórico de Planaltina e que representava a paisagem sertaneja de outrora (Figura 7).

Figura 7 – Casa de Dona Negrinha em 2016.



Fonte: CUNHA, 2016.

Antes de sua demolição em meados de 2020, segundo Oliveira (2014, p. 57) essa edificação apresentava “[...] muitos problemas em sua estrutura física tais como: rachadura nas paredes, infiltração, as partes de madeira estão apodrecidas ou corroídas por insetos, o telhado apresenta várias telhas quebradas e rachadas”, e como previsto, “[...] demonstrando que se não houver uma interferência rápida a casa corre o risco de desmoronar” (Figura 8).

Ainda sobre os relatos de Oliveira (2014, p.57), observava-se a

[...] má conservação do Casarão, percebem-se falhas no telhado, com telhas quebradas, algumas diferentes das outras, as vigas de madeira estão podres com presença de cupins, as portas de madeira apresentam também o desgaste próprio do tempo. A estrutura da cobertura está exposta e aparenta por trechos de inexistência de forro.

Figura 8 – Paisagem atual do lote onde se encontrava a Casa de Dona Negrinha.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

O antigo lote onde se situava o Casarão de Dona Negrinha, apresentado pela figura 8, representa o grande descaso do poder público local pela conservação e preservação de sua história, além da implementação de políticas públicas como a

Educação Patrimonial nas redes de ensino, que promoveria uma luta coletiva por espaços. Tal situação avança para outras edificações centenárias do Setor Tradicional de Planaltina, como a Casa do Artesão (Figura 9).

Figura 9 – Casa do Artesão, Setor Tradicional de Planaltina.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Na figura 9 observa-se o único exemplar da tradicional Casa de Câmara e Cadeia Luso-Brasileira no Distrito Federal, atual Casa do Artesão, está passando por uma situação parecida como a da Casa de Dona Negrinha, podendo ir ao chão a qualquer momento. Entretanto, dessa vez os representantes da sociedade local em conjunto com representantes políticos lutam para reverter tal situação e manter em pé sua história.

Nesse breve contexto histórico e geográfico, nota-se que novas metodologias são importantes para gerenciar um território, dessa forma, lideranças comunitárias utilizam, a princípio, por incentivo de antropólogos, geógrafos e sociólogos, os inventários como forma de resgate da memória e da história de um recorte espacial,

o que se constitui em uma técnica de representação e análise da percepção do espaço geográfico e contribui para o diagnóstico da situação real de uma dada localidade e sua população.

Essas ferramentas podem ser adotadas para compreensão da lógica denominada por “Patrimonialização Global” (COSTA, 2015), e seu rebatimento sobre a RA-VI de Planaltina e sua subunidade espacial, o Setor Tradicional de Planaltina. Tal conceito fundamenta a análise da RA enquanto Totalidade Urbana, ou seja, uma análise que extrapola seu Centro Histórico e avança para outras redes espaciais.

Essas análises podem ser apoiadas nos conceitos “Totalidade Urbana; Desenvolvimento Geográfico Desigual; Patrimonialização Global e Etnozoneamento” (HARVEY, 2009; COSTA, 2015). O presente estudo contribui para as Ciências Sociais e Humanas, a partir, da ressignificação simbólica do Setor Tradicional da RA-VI de Planaltina, no seu contexto de “desenvolvimento” socioespacial ao longo de quase dois séculos.

Em relação aos estudos voltados para a pesquisa socioespacial, os mesmos englobam os esforços de investigação científica, filosoficamente embasada e informada, em que as relações sociais e o espaço são, ambos, devidamente valorizados e entre si [...]” (SOUZA, 2013, p. 12), para compreensão do objeto e desenvolvimento da própria pesquisa.

Ainda segundo Souza (2013), a pesquisa socioespacial é compreendida como um campo interdisciplinar, mesmo que nem todos os estudos tenham esse caráter ou ultrapassam seus “muros” e “cercas”. E seus conceitos são entendidos como:

- a) imprescindíveis;
- b) não se enquadram como correntes; e
- c) nativos.

2.2 O Setor Tradicional de Planaltina: recorte espacial da pesquisa

Segundo a última versão do Projeto de Lei do Plano Diretor Local (PDL) de 2017, a área urbana da RA de Planaltina, está dividida em duas categorias, a Zona Urbana de Consolidação e de Uso Controlado. Dessa forma, a Zona Urbana de Consolidação de Planaltina (Quadro 1) compreende cerca de dez setores.

No Art. 316. da Lei Orgânica do Distrito Federal promulgada em 08 de junho de 1993, atualizado até a emenda à Lei Orgânica nº 118, de 25 de maio de 2020,

menciona que o DF terá, como instrumento básico das políticas de ordenamento territorial e de expansão e desenvolvimento urbanos, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e, como instrumentos complementares, à Lei de Uso e Ocupação do Solo e os Planos de Desenvolvimento Local; conforme a mesma aprova o Plano Diretor Local da RA de Planaltina (RA-VI).

Quadro 1 – Setores da Zona Urbana de Consolidação de Planaltina.

Setor	Descrição
Setor Tradicional	Subdivido em Setor Tradicional Central, Norte e Sul.
Setores Hospitalar, de Educação, de Comércio Central, de Hotéis e Diversões, Administrativo, Recreativo e Cultural	Denominados Centro Urbano.
Vila Vicentina	--
Setor Residencial Leste – SRL, Quadras 1 a 6	Conhecido como Buritis I.
Setor Residencial Leste – SRL, Quadras 10 e 20	Denominado Buritis II.
Setor Residencial Leste – SRL, Quadras 11 a 17	Denominado Buritis III.
Setor Residencial Norte A – SRN A	Conhecido como Jardim Roriz.
Setor Residencial Norte 1	Denominado PAPE.
Setor Residencial Oeste – SRO	Nomeado de Vila Nossa Senhora de Fátima.
Setor de Oficinas, Áreas Especiais Norte – AEN, Cemitério Santa Rita e Setor de Desenvolvimento Econômico	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Projeto de Lei do PDL de Planaltina, 2022.

Na Zona Urbana de Consolidação, segundo o Art. 15 do Projeto de Lei, a ocupação deve ser para:

I – o incentivo às atividades de turismo, lazer, cultura e educação por meio de parcerias com o setor privado;

- II – a capacidade de suporte dos corpos hídricos;
- III – o reforço à autonomia e revitalização da centralidade da cidade;
- IV – a flexibilização e a diversificação de usos na consolidação das funções urbanas;
- V – a ocupação das áreas ociosas com disponibilidade de infraestrutura; e
- VI – a viabilidade de abastecimento de água (DISTRITO FEDERAL, 2017).

Enquanto a Zona Urbana de Uso Controlado compreende, segundo o Art. 28, os:

- I – setores e áreas regularizadas;
- II – setores que deverão ser objeto de estudo urbanístico;
- III – as áreas com possibilidade de parcelamento;
- IV – setores e áreas objeto de Projetos Especiais de Urbanismo; e
- V – a Zona Tampão (DISTRITO FEDERAL, 2017).

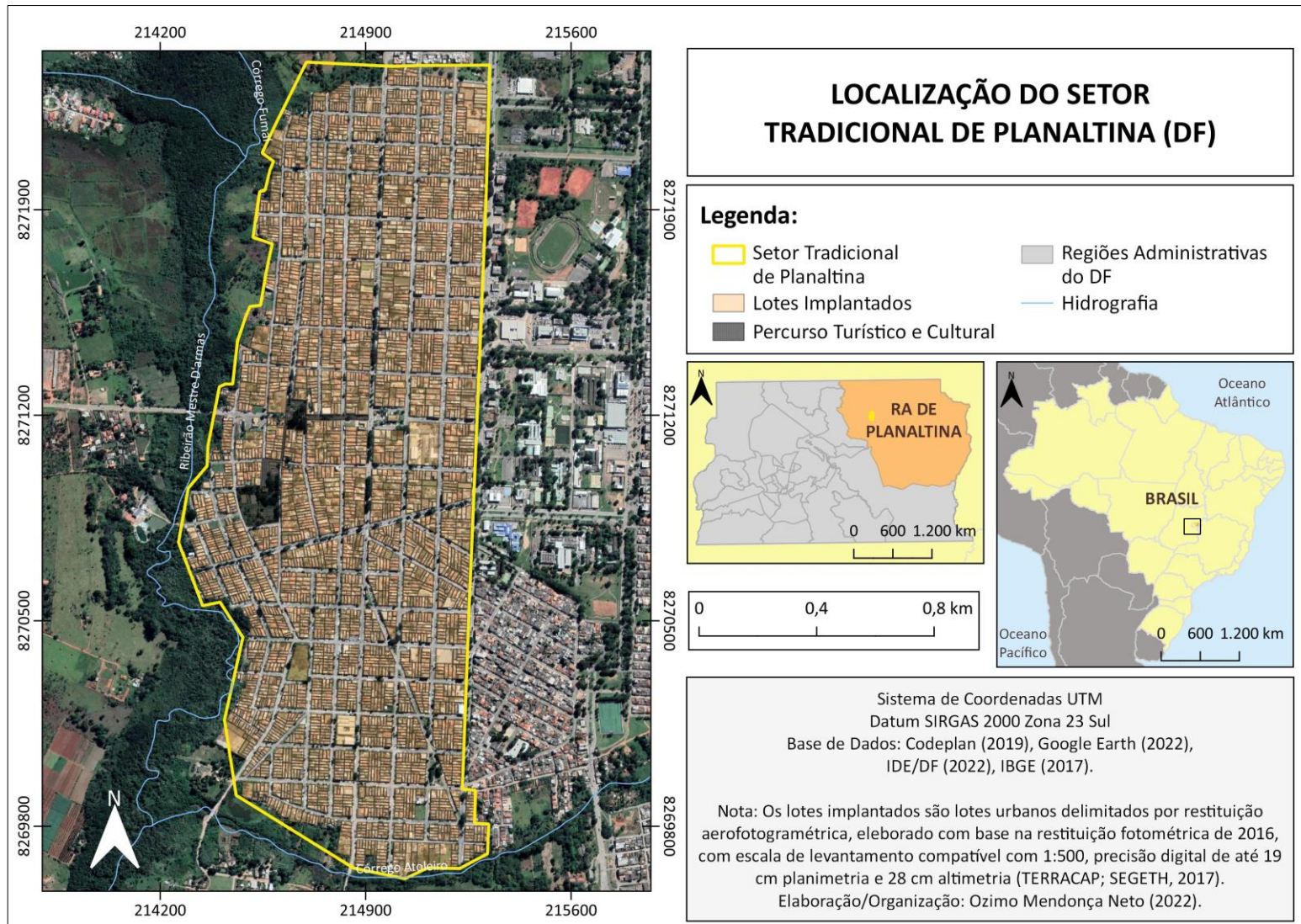
Dentre os setores mencionados, temos o Setor Tradicional de Planaltina (Figura 10), recorte espacial da pesquisa, também conhecido como núcleo inicial, que, ainda em 2023 é referido pelos moradores locais como, “Planaltina” ou Centro.

Legalmente, o Setor Tradicional de Planaltina compreende:

[...] Área de Interesse de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, composta pela poligonal traçada pelas seguintes vias: Avenida Hugo Lobo, entre a Rua 13 de Maio e a Rua Eugênio Jardim, Rua Eugênio Jardim, entre a Avenida Hugo Lobo e a Rua 1º de Junho, Rua 1º de Junho, entre a Rua Eugênio Jardim e a Rua Benjamim Constant, Rua Benjamim Constant, entre a Rua 1º de Junho e a Avenida Maranhão, Avenida Maranhão, entre a Rua Benjamim Constant e a Rua Padre Jurandir Ribeiro, Rua Padre Jurandir Ribeiro, Rua Salvador Coelho, entre a Rua Padre Jurandir Ribeiro e a Rua 13 de Maio, Rua 13 de Maio, entre a Avenida Salvador Coelho e a Avenida Hugo Lobo (DISTRITO FEDERAL, 2017, p. 7).

Segundo Saraiva (2013), o núcleo urbano inicial de Planaltina ganhou esse nome, posteriormente à expansão da cidade, com ampliação a partir de 1965, nesse ano o administrador dessa RA era Paulo Coelho, arquiteto local. O avanço da mancha urbana aconteceu para o sul do Setor Tradicional e com a criação de novos setores a leste, com a fixação da Vila Vicentina a sudeste, entretanto essa discussão continuará na próxima seção.

Figura 10 – Mapa de localização do Setor Tradicional de Planaltina (DF).



Autor: MENDONÇA NETO, 2022.

Nessa área está localizado o Eixo Histórico, que compreende os trechos da Rua Salvador Coelho e da Avenida Goiás (onde estão situadas a Praça São Sebastião de Mestre D'Armas, a Praça Coronel Salviano Monteiro Guimarães e a Praça Antônio Marcigaglia) até a Avenida Independência, onde estão presentes as principais quadras comerciais desse setor.

Por sua vez, a Zona Urbana de Uso Controlado de Planaltina é dividida em:

[...] Setor Residencial Leste, Quadras 18, 19 e 21 a 26, também denominado Buritis IV; II – Área universitária nº 01; III – Área destinada à Clube Esportivo – Avenida Goiás, margem esquerda, trecho DER e Córrego Mestre D'armas; IV – Área Isolada nº 01 – entre a Avenida Goiás e Rodovia DF-130 – Lote destinado à CAESB; V – Setor de áreas isoladas – SAI, Lote nº 01, próximo ao Buritis III – Reservatório e Estação de Tratamento de Água – ETA da CAESB; VI – Setor de Hospedaria e Motéis. VII – Rodovia BR-020 Km 17, sentido Brasília/Fortaleza – Reservatório e Estação de Tratamento de Água – ETA da CAESB; VIII – Rodovia DF-130 Km 16,5 - margem direita, sentido Rodovia BR-020/Planaltina, destinado a Posto de Abastecimento de Combustíveis - PAC; IX –Área nº 02 destinada a PAC - Rodovia BR-020 Km 19,2; X – Fazenda Mestre D'armas MR 05/L, via de acesso ao Vale do Amanhecer, margem esquerda, sentido Planaltina/Vale do Amanhecer; XI – Rodovia DF-130, Km 24, margem direita, sentido Planaltina/Unai; XII – Rodovia BR-020, Km 18, margem direita – sentido Brasília/Fortaleza, destinado a PAC; XIII – as áreas e setores regularizados descritos nos incisos I a V [...] (DISTRITO FEDERAL, 2017, p. 10-11).

Nos trechos do inventário produzido pelo DEPHA em 1998, já era registrado a tradição e modernidade do recorte espacial da pesquisa, nessa área:

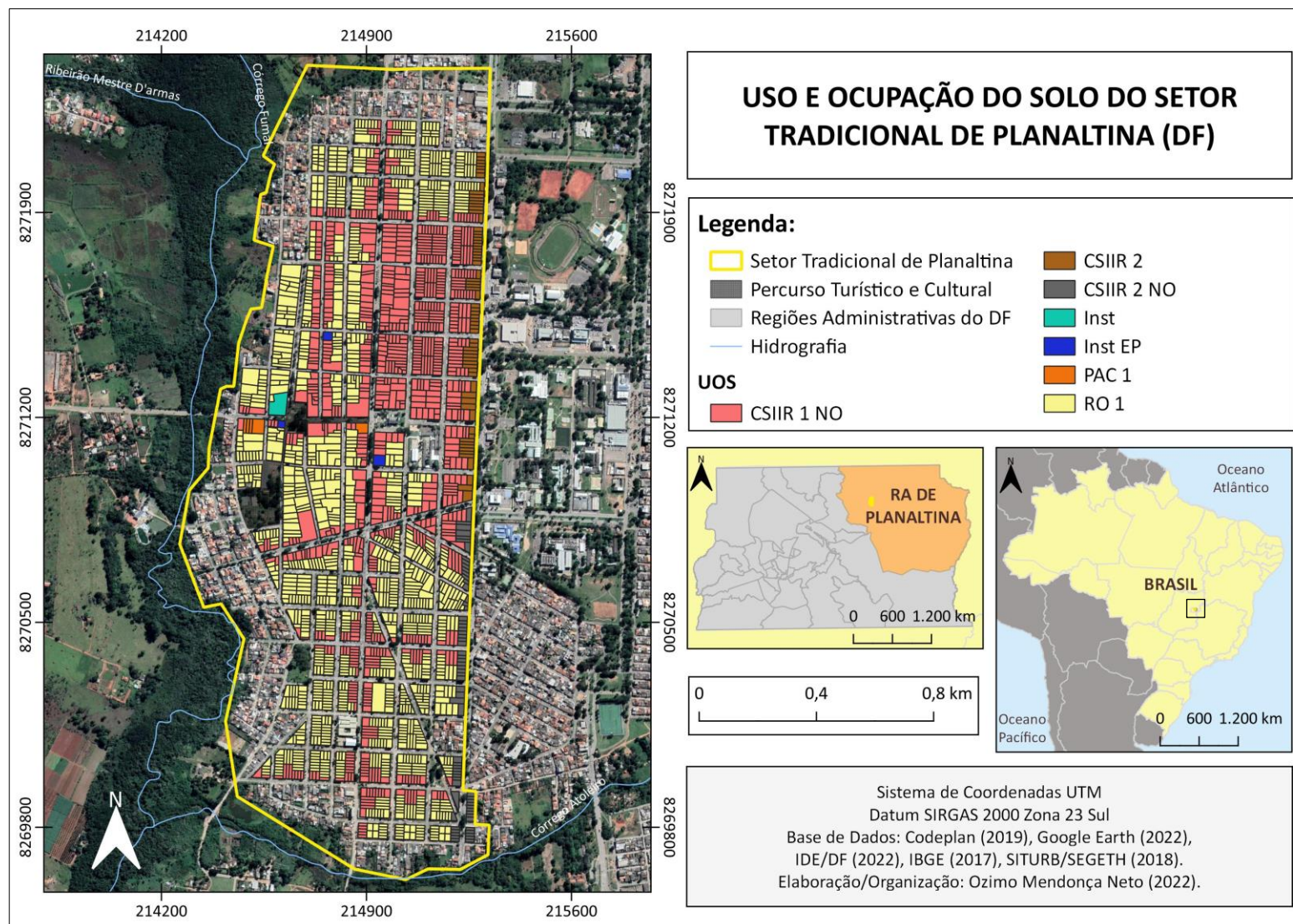
[...] estão representadas no modo de vida das pessoas e materializadas nas construções, esquinas, ruas, largos e praças da cidade, ou seja, na sua estrutura urbana. A arquitetura popular das casas reflete alguns modos de viver, a relação do morador com o espaço coletivo e com o espaço doméstico. Diferentemente das demais áreas de Planaltina, a parte mais antiga não teve um projeto urbanístico elaborado pelo governo (DEPHA, 1998, p.15).

Autores como Saraiva (2013, p. 9), compartilham da mesma ideia:

O Setor Tradicional de Planaltina traz a marca da origem da cidade (marca da Planaltina sertaneja), representado nos antigos casarões que existem, mas que sofrem constantes ameaças de desaparecimento. O núcleo original da cidade foi se ampliando ao longo do tempo e foi se adaptando aos ares de modernidade que a cidade assumiu ao ser parte de Brasília [...].

O Setor Tradicional de Planaltina é conhecido pelos seus diversos casarões históricos que remetem ao período compreendido entre o final do Século XVIII e o início do Século XIX, pelas suas praças e ruas bucólicas, que, em 2023, apresentam novos usos, principalmente aqueles voltados para o turismo, diversão e lazer. Para exemplificar esses novos usos, podemos observar o mapeamento das unidades de uso e ocupação desta área, construído a partir de dados cartográficos, disponíveis na página eletrônica do Geoportal/DF (Figura 11).

Figura 11 – Mapa de uso e ocupação do solo do Setor Tradicional de Planaltina (DF).



Autor: MENDONÇA NETO, 2022.

As informações apresentadas no mapa de uso e a ocupação do solo extraídas da página do Geoportal/DF foram fornecidos pela Subsecretaria de Gestão Urbana (SITURB) e Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (SEGETH), órgãos responsáveis pela gestão e planejamento urbano do Distrito Federal.

Essas unidades são categorizadas pela Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, denominada Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal (LUOS) e, estabelece critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo para lotes e projeções localizados na Macrozona Urbana do DF, que sejam registrados em cartório de registro de imóveis competente e aqueles implantados e aprovados pelo poder público.

Segundo a legislação, o Setor Tradicional de Planaltina apresenta as seguintes categorias (Quadro 2):

- a) Comercial, Prestação de Serviços, Institucional, Industrial e Residencial (UOS CSIIR);
- b) Comercial, Prestação de Serviços, Institucional, Industrial e Residencial não obrigatório (UOS CSIIR NO);
- c) Institucional (UOS Inst);
- d) Institucional Equipamento Público (UOS Inst EP);
- e) Posto de Abastecimento de Combustíveis (UOS PAC); e
- f) Residencial Exclusivo (UOS RE).

Quadro 2 – O uso do solo nos lotes e nas projeções do Setor Tradicional de Planaltina.

Categoria (Sigla)	Uso	Subcategoria (Sigla)	Uso
UOS CSIIR	Comercial, prestação de serviços, institucional e industrial, simultaneamente ou não, e admitido o uso residencial desde que este não ocorra voltado para o logradouro público no nível de circulação de pedestres.	CSIIR 2	Áreas de maior acessibilidade dos núcleos urbanos, em vias de atividades, centros e subcentros.
Continuação do quadro na página seguinte			

Categoria (Sigla)	Uso	Subcategoria (Sigla)	Uso
UOS CSIIR NO	Simultaneamente ou não uso comercial, prestação de serviços, institucional, industrial e residencial, nas categorias habitação unifamiliar ou habitação multifamiliar em tipologia de casas ou habitação multifamiliar em tipologia de apartamentos, não havendo obrigatoriedade para qualquer um dos usos.	CSIIR 1 NO	Áreas internas dos núcleos urbanos, próxima a áreas habitacionais, e possui abrangência local.
		CSIIR 2 NO	Áreas de maior acessibilidade dos núcleos urbanos, em vias de atividades, centros e subcentros.
UOS Inst	Exclusivamente o uso institucional público ou privado.	--	--
UOS Inst EP	Atividades inerentes às políticas públicas setoriais, constituindo lote de propriedade do poder público que abrigue, de forma simultânea ou não, equipamentos urbanos ou comunitários.	--	--
UOS PAC	Atividades de comércio varejista de combustíveis e lubrificantes, com permissão para outras atividades comerciais e de prestação de serviços.	PAC 1	Atividades de comércio varejista de combustíveis e lubrificantes, facultada a atividade de comércio varejista de mercadorias em loja de conveniências.
UOS RO	Exclusivamente residencial.	RO 1	Exclusivamente residencial, na categoria habitação unifamiliar.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na LUOS, 2022.

As projeções são unidades imobiliárias peculiares do DF, quando registradas em Cartório de Registro de Imóveis, com taxa de ocupação obrigatória de 100% de sua área com, no mínimo, três de suas divisas voltadas para área pública. A figura 11 representa e espacializa o uso do solo nos lotes e nas projeções do Setor Tradicional de Planaltina.

Na próxima seção, a revisão teórica e de leis sobre patrimônio material fundamentam o processo de tombamento e inventariação do Setor Tradicional de Planaltina, assim como os usos e valores dos espaços de lazer e de transição pelos bens imóveis e históricos. A discussão dos usos, valores, preservação e conservação desses bens é realizada a partir de dados coletados em trabalho de campo e da espacialização cartográfica do recorte da pesquisa em *software*.

3 CARTOGRAFIA DO PRETÉRITO E HODIERNO SETOR TRADICIONAL DE PLANALTINA: OLHARES PARA O PATRIMÔNIO MATERIAL

Edificação Contemporânea, Quadra 57, Lote
10, Setor Tradicional, Planaltina (DF)
Autor: MENDONÇA NETO, 2023.



3 CARTOGRAFIA DO PRETÉRITO E HODIERNO SETOR TRADICIONAL DE PLANALTINA: OLHARES PARA O PATRIMÔNIO MATERIAL

O conceito de Patrimônio Cultural para o Iphan se restringe ao “[...] conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas, e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade de um povo” (IPHAN, 2012, p. 12), entretanto apenas a palavra patrimônio pode estar atrelada à diversos elementos, desde bens de grande estima de forma individualizada para os seres humanos ou para todo o conjunto da humanidade.

Esses bens são classificados em material e imaterial. Na Constituição Federal de 1988, o primeiro pode ser compreendido pelos sítios arqueológicos, obras arquitetônicas, urbanísticas e artísticas, que compõem os bens materiais, enquanto o segundo está relacionado as celebrações e saberes da cultura popular, as festas, a religiosidade, a musicalidade e as danças, as comidas e bebidas, as artes e artesanatos, mitologias e narrativas, as línguas, a literatura oral, sendo esses os bens imateriais (BRASIL, 2020).

Os bens culturais materiais, também conhecidos como bens culturais tangíveis, são classificados de acordo com a sua natureza em móveis ou imóveis. Os bens imóveis são as cidades históricas, os sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais. Por outro lado, os bens móveis podem ser constituídos de coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2023, s/p).

De acordo com a legislação que cria a Política de Patrimônio Cultural do Iphan, Portaria de nº 375, de 19 de setembro de 2018, os bens culturais imóveis, podem ser configurados em:

I. Bem isolado, quando a sua materialidade compreende um componente em uma unidade territorial; II. Bem integrado, quando a sua materialidade compreende um componente coeso ou interligado a outro bem; III. Bem em conjunto, quando a sua materialidade compreende a associação de vários componentes em uma unidade territorial; IV. Bem seriado, quando a sua materialidade compreende a associação de vários componentes distribuídos em diferentes unidades territoriais; V. Bem transfronteiriço, quando a sua materialidade ultrapassa os limites do território nacional; e VI. Bem seriado transnacional, quando a sua materialidade ultrapassa os limites de mais de um território nacional (BRASIL, 2018, p. 6).

Pensar o Setor Tradicional de Planaltina nesse viés de patrimonialização com base na sua territorialidade, é classificar seus imóveis, acervos, praças e quadras em bens culturais que fazem parte de um conjunto arquitetônico e urbanístico, composto

por bens de natureza isolada quando nos referimos à inventariação individual dos imóveis distribuídos pelo Setor Tradicional de Planaltina, integrada pelo tombamento proposto pela legislação vigente e em conjunto quando as particularidades são entendidas parte de um todo.

Segundo Vianna (2016, s/p), o conceito de Patrimônio Cultural está relacionado

[...] à riqueza simbólica, cosmológica e tecnológica desenvolvida pelas sociedades, e que é transmitida como herança ou legado. Diz respeito aos conjuntos de conhecimentos e realizações de uma sociedade ou comunidade que são acumulados ao longo de sua história e lhe conferem os traços de sua identidade em relação às outras sociedades ou comunidades.

Dessa forma, deve existir a proteção do patrimônio por parte da humanidade, respeitando a diversidade cultural. Ainda segundo Vianna (2016, s/p) essa proteção deve ser “[...] desenvolvida por políticas públicas e instituições específicas em cada Estado-Nação, e por meio de organismos internacionais que promovem convenções, acordos e programas de cooperação internacional para este fim” (VIANNA, 2016, s/p).

No artigo 216 da Constituição de 1988, são apresentados os mecanismos legais para proteção e incentivo a preservação, além da manutenção dos bens culturais de natureza material e imaterial. O Poder Público, com apoio da comunidade local, “[...] promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 2020, p. 126).

Por meio de referências culturais, edificações históricas, sítios arqueológicos, paisagens ímpares e saberes tradicionais, o Iphan, a UNESCO e outras instituições tentam preservar, fiscalizar, reconhecer e garantir a conservação de vários bens tombados espalhados pelo território brasileiro e pelo mundo.

Para garantir a segurança desses bens, o Iphan utiliza como um de seus vários instrumentos, o SICG, desenvolvido para “[...] integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia [...]” (IPHAN, 2000, s/p).

Quando abordado o estudo do Patrimônio Cultural do Distrito Federal, a temporalidade é um dos principais elementos utilizados para sua classificação. Com base na temporalidade, são propostos três grandes grupos:

[...] (1) bens e valores preexistentes à construção de Brasília, correspondendo ao patrimônio que testemunha a presença de grupos humanos desde o

período pré-histórico na área ocupada atualmente pelo DF; fazendas antigas; núcleos urbanos, edificações isoladas referenciais para grupos específicos; (2) por bens e valores constituídos e produzidos durante o processo de implantação de Brasília, como os acampamentos pioneiros, as cidades e conjuntos urbanos localizados no entorno do conjunto urbanístico do plano piloto, edificações de porte e uso diferenciados, logradouros, parques e praças, entre outros; e (3) em um terceiro grupo, encontram-se os bens culturais referenciados ao processo de consolidação do DF (IPHAN, 2023, s/p).

Por meio dessa classificação, os patrimônios culturais de Planaltina, ora tombados pelo próprio Governo do Distrito Federal, fazem parte do primeiro grupo, aquele que compõem os bens materiais moveis e imóveis, de valores preexistentes à construção de Brasília, uma vez que testemunharam o período pré-histórico de ocupação dessa região.

A partir dessa breve introdução do conceito institucional sobre patrimônio, o objetivo desta seção, estruturada em três subseções, visa aprofundar na cartografia do pretérito e hodierno Setor Tradicional de Planaltina, por meio de sua expansão urbana entre os anos 1958 e 2009, período de maior crescimento urbano.

A discussão avança no debate sobre os novos usos e valores atribuídos as principais praças desse bairro, bem como reflete sobre a importância do tombamento para a conservação e preservação do patrimônio local. Além desses apontamentos, a seção ainda conta com uma análise da real situação dos principais imóveis históricos do Setor Tradicional de Planaltina.

3.1 Os valores e usos atribuídos às praças do Setor Tradicional de Planaltina

Em meados da década 1950, essa localidade recebeu muitos dos primeiros migrantes que vieram para a construção da atual capital do Brasil, Brasília. Com isso o núcleo urbano que já existia em Planaltina, sobretudo na área que, em 2020 é denominada de Setor Tradicional de Planaltina tem sua primeira expansão, associada à influência cultural e a hibridação com a típica tradição interiorana de Goiás (DEPHA, 1998).

Vale ressaltar que o termo tradicional, nomenclatura dada a área de estudo não deve ser entendido apenas como uma área arcaica, antiquada, obsoleta ou associado a algo pejorativo. E, sim, como o núcleo inicial responsável por propagar a transmissão de suas lendas, ritos, usos e hábitos das primeiras gerações planaltinenses.

Segundo Eleutério (2013) antes da inauguração da atual capital do Brasil, ainda na gestão do prefeito Veluziano Antônio da Silva, deu-se início a primeira expansão do núcleo original. Nessa expansão surgiram as avenidas Gomes Rabelo, São Paulo, Independência e os Setores Sul e Norte.

Nesse período, o Setor Tradicional de Planaltina abrangia as ruas “[...] desde a rua 1º de Junho até a rua Hugo Lobo, no sentido a avenida Floriano Peixoto, no sentido Leste-Oeste, e, desde a rua Sergipe até a avenida Floriano Peixoto, no sentido norte-sul, além de algumas ruas da Vila Vicentina [...]” (DEPHA, 1998, p. 15).

Essa descrição pode ser observada na figura 12, em destaque vermelho na figura, área onde estão localizadas algumas das residências mais tradicionais e grande parte do Centro Histórico de Planaltina, o qual foi tombado pelo Governo do Distrito Federal em 1982.

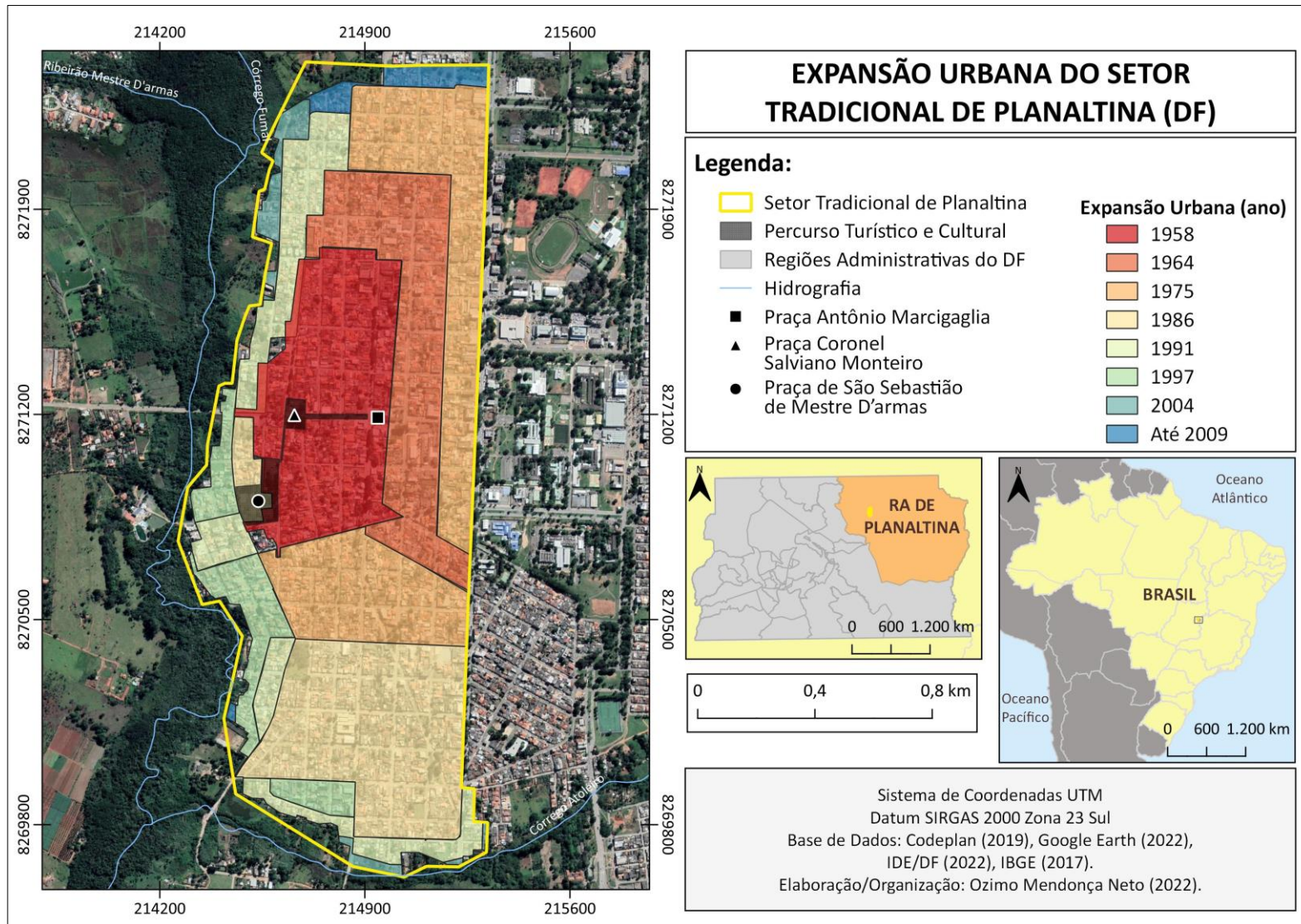
Já em meados da década de 1960, novos bairros operários surgiram para compor a moradia definitiva dos trabalhadores que edificaram a capital brasileira, com isso a leste do Setor Tradicional foi criada a Vila Buritis, também conhecida como Setor Residencial Leste, que abriga os bairros Buritis I, II, III e IV (SARAIVA, 2013).

Para Saraiva (2013, p. 9), a criação desses novos setores propôs à RA de Planaltina a condição de modernidade, provocando o surgimento de novos conflitos culturais e sociais. “Havia, nos primeiros anos, uma clara insatisfação, entre os mais tradicionais, com o fato de a cidade ter que abrigar pessoas que vinham de fora. Os moradores da ‘antiga Planaltina’ se viram diante da condição de ter que conviver com o novo”.

Para Oliveira (2014), o Setor Tradicional de Planaltina sofreu muitas mudanças ao longo do tempo na sua organização espacial, nas relações sociais, e sobretudo na paisagem, observado pelos contrastes entre as edificações modernas e as áreas onde estão seus principais monumentos e a história desta cidade:

a) A Praça de São Sebastião de Mestre D’armas: onde se localiza a Igreja São Sebastião, e o lote onde ficava o Casarão de Dona Negrinha; b) A Praça Coronel Salviano Monteiro: área de abrangência do Museu Histórico e Artístico, da Casa das Artes, do Casarão Azul, da Casa do Idoso, do Hotel “Casarão” e do Colégio Franciscano Irmã Maria Assunta (atual Colégio COC); e c) A Avenida Goiás, a Avenida Salvador Coelho e outras ruas menores que se entrelaçam formando o Percurso Turístico e Cultural.

Figura 12 – Mapa da expansão urbana do Setor Tradicional de Planaltina (DF).



Autor: MENDONÇA NETO, 2022.

O mapa da expansão urbana do Setor Tradicional Planaltina (Figura 12), mostra que o processo de crescimento seguiu pela ocupação primeiramente do centro, onde em 2023 conhecemos como Setor Residencial Tradicional ou apenas Setor Tradicional, e avançou de forma expressiva para o sul, dando origem o Setor Residencial Tradicional Sul e a Vila Vicentina (localizada a sudeste da área de estudo) e nos anos mais recente o Setor Residencial Tradicional Norte avança ao encontro do Setor Residencial Oeste/Vila Nossa Senhora de Fátima.

O crescimento urbano do Setor Tradicional de Planaltina ocorreu de fato entre as décadas de 1960 e 1980 em direção à avenida Independência, conforme observamos na figura 12. Nas décadas seguintes, novos lotes são construídos no Setor, já na divisa com o Setor Militar, um dos bairros mais recentes de Planaltina.

As praças Padre Antônio Marcigaglia, Coronel Salviano Monteiro Guimarães e São Sebastião de Mestre D'Armas datam da década de 1950, ponto de início para a formação do Setor Tradicional e da história da RA de Planaltina. A partir desse momento, vamos apresentar os principais os usos, valores e as condições estruturais desses espaços.

A praça Padre Antônio Marcigaglia, também conhecida como praça Antônio Marcigaglia ou praça da Matriz (Figura 13-A), está localizada no início do Percurso Turístico e Cultural de Planaltina, na parte Central do Setor Tradicional de Planaltina, situada na Quadra 78, no cruzamento entre a Avenida Marechal Deodoro e Goiás, na área interna do núcleo urbano, próxima a áreas habitacionais, com abrangência local.

Entretanto, são poucas as literaturas ou trabalhos científicos que abordam e detalham minuciosamente essa localidade, ela é apenas citada timidamente ou aparece em estudos e relatórios urbanísticos mais abrangentes como referência. A praça possui uma igreja católica, denominada de Paróquia São Sebastião (Figura 13-B), construída em 1980, recebeu o mesmo nome e o título de Matriz, antes dado a Igreja São Sebastião, uma pequena capela localizada na praça São Sebastião do Mestre D'armas (GOMES, 2018).

Nas laterais da igreja e no entorno da praça, podemos observar a presença de dois estacionamentos, árvores de pequeno e médio porte, iluminação pública, além de uma instituição de ensino voltada para cursos de línguas estrangeiras; e nas quadras paralelas hamburguerias, cafés e sorveterias (Figura 13-C e 13-D).

Figura 13 – Características gerais da Praça Padre Antônio Marcigaglia e seu entorno próximo: (A) Área central da praça e poste de iluminação; (B) Paróquia São Sebastião; (C) Comércio, cursos de línguas estrangeiras e estacionamentos; (D) Arborização e limpeza local.



Autor: MENDONÇA NETO, 2022.

Essa localidade chama à atenção pela sua relevância religiosa e por ser um dos pontos mais altos do Setor Tradicional de Planaltina, nela está situada a igreja católica mais frequentada dessa região, onde são realizadas as principais celebrações de casamentos, batizados e missas. Segundo o Iphan (2012, p. 148), a atual igreja “[...] parece ter a mesma implantação e proporções de uma mais antiga Igreja neogótica, cuja construção foi iniciada em meados da década de 30 e nunca foi construída”.

Na figura 14, observa-se a paisagem dessa localidade em meados da década de 1950, segundo Saraiva (2017) a mesma ruiu na década seguinte, devido às intempéries e ao canal fluvial presente nas proximidades da igreja, entretanto durante os trabalhos de campo e com base nas representações cartográficas atuais, não foi possível constatar a presença de nenhum curso d’água, provavelmente sofreu uma canalização ou assoreamento.

Figura 14 – Av. Goiás e no fundo a antiga Igreja de São Sebastião.



Fonte: DePHA, 1954.

Em relação aos equipamentos urbanos e estruturas físicas presentes na área, nota-se a presença de uma parada de ônibus, onde nesse ponto é possível ter acesso às linhas 0.504, 066.2, 601.5 e 620.1, que correspondem aos ônibus que circulam por algumas ruas do Setor Tradicional de Planaltina e interligam Planaltina às rodoviárias das RAs Sobradinho e Plano Piloto.

No início do ano de 2022, essa parada foi revitalizada com as cores do Divino Espírito Santo, na tonalidade predominante vermelha, que é a fortaleza da fé cristã, além de algumas figuras símbolos dessa manifestação, como a pomba acompanhada de suas insígnias: a coroa, o cetro e a salva (Figura 15-A).

Ainda na figura 15-A é possível observar uma “carrocinha de lanches”, em destaque pela seta, em funcionamento no período noturno e durante a realização de algumas das festividades locais. A praça apresenta uma infraestrutura básica para os frequentadores do local, como bancos distribuídos por quase toda a sua área, alguns em estado de depredação (Figuras 15-B e 15-D), coletores de lixo; e uma antiga banca de jornais e revista que permanece em desuso (Figuras 15-B e 15-C).

Entre os anos de 2003 e 2004, a praça da “Matriz” passou pela sua última reforma pelo poder público, um descaso perante a uma localidade tão relevante para a comunidade local, são quase 20 anos sem melhorias (DISTRITO FEDERAL, 2003).

Percebe-se um cuidado para a parte estética da praça, sempre colorida e com seus meios-fios pintados de cal.

Um outro problema observado durante as visitas de campo foi a ausência de acessibilidade. Poucos são os acessos que apresentam rampas, nota-se a presença de várias escadas de pequena estrutura, porém elas dificultam o deslocamento de pessoas com deficiência física, sem deixar de mencionar o desnível entre os meios-fios, que podem causar graves acidentes (Figura 15-D).

Figura 15 – Condições físicas/estruturais e equipamentos urbanos presentes na Praça Padre Antônio Marcigaglia: (A) Parada de ônibus e barraca de lanches em destaque; (B) Antiga banca de jornais e revistas; (C) Lixeiras; (D) Conservação dos bancos e das áreas de entorno.



Autor: MENDONÇA NETO, 2022.

Durante dez dias, no período que precede a festividade de Pentecoste, em 9 de junho, às principais ruas, praças, casas dos foliões e paróquias de Planaltina são marcadas pela fé e celebração da Festa do Divino Espírito Santo³. Segundo Silva (2020, p. 17), essa tradicional celebração:

³ Em 2013, através do Decreto de Nº 34.370, de 17 de maio do mesmo ano, a Festa do Divino Espírito Santo de Planaltina foi registrada no Livro das Celebrações como Patrimônio Cultural Imaterial do

[...] acontece no meio urbano e no meio rural. No meio rural ela se chama folia da roça e acontece nas fazendas, ranchos e chácaras, nos arredores de Planaltina - DF. No meio urbano, chama-se folia de rua. A cada ano centenas de devotos, juntos aos foliões, seja na roça ou na cidade, celebram o Divino, expressam sua fé, rezam, se emocionam, fazem promessas, pagam promessas, se divertem, inundando o cenário rural (e urbano) com os símbolos e festejos dessa manifestação.

No ano de 2022, essa festividade em Planaltina alcançou a sua 138ª edição. Em meados de 2022, mesmo ainda em período pandêmico, o Setor Tradicional de Planaltina dando continuidade à sua tradição se manteve enfeitado pelas cores vermelhas das bandeiras expostas nos postes, portas de casas e igrejas, além das procissões e cortejos promovidos pelos devotos fiéis e os curiosos locais.

Mas por que trazer essa temática agora? Esse recorte foi realizado para apresentar duas imagens que demonstram a transformação da paisagem da Praça da Matriz durante o mês de junho e julho, uma vez que essa localidade e seu entorno são modificados, assim como a rotina semanal de seus moradores (Figuras 16 e 17).

Figura 16 – Festa do Divino em junho de 2022. Figura 17 – Vista parcial da Avenida Goiás.



Fonte: Ana Carolina, AGÊNCIA BRASÍLIA, 2022.

Autor: MENDONÇA NETO, 2022.

Enquanto a figura 16 evidencia a aglomeração provocada pela Festa do Divino na praça Padre Antônio Marcigaglia, a figura 17 exemplifica o dia a dia do Setor Tradicional, para destaque a Casa Paroquial a direita, o posto de gasolina a esquerda e a Avenida Goiás, circuito que interliga com o nosso próximo ponto de investigação, a Praça Coronel Salviano Monteiro Guimarães.

Distrito Federal. Esse decreto estabelece e toma providência para o processo de tombamento desse movimento cultural e religioso de grande relevância para comunidade de Planaltina.

A praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães está localizada no meio do Percurso Turístico e Cultural de Planaltina, na parte Central do Setor Tradicional de Planaltina, situada entre a Rua 15 de Novembro e a Avenida Salvador Coelho, na parte urbana da RA de Planaltina, próxima a áreas de uso exclusivamente institucional público/ privada, voltadas para atividades inerentes às políticas públicas setoriais, constituindo lote de propriedade do poder público, habitacionais, com abrangência local.

Em relação a caracterização desse lugar, a praça apresenta letreiros com informações sobre o local; uma ágora; vários casarões em estilo colonial, alguns desses apresentam deterioração nas suas fachadas (Figura 18); árvores de pequeno e médio porte, vários bancos (Figuras 19-A e 19-B); um restaurante italiano, uma hamburgueria, um bar e alguns carrinhos de churrasquinho (Figura 19-C).

Figura 18 – Deterioração na fachada de um casarão situado no entorno da Praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

As setas vermelhas na figura 19-C mostram a localização do comércio alimentício e o único bar no entorno da praça, porém o que chama a nossa atenção é

a “invasão” no espaço “público” por um estabelecimento “privado”, representados pelas mesas e cadeiras, o que causa restrições na circulação e presença dos demais frequentadores da praçinha em momentos de grande aglomeração.

Autores com Camelo (2021), mencionam apenas a relevância de duas praças na área do Setor Tradicional de Planaltina, desprezando o uso e valor da praça Padre Antônio Marcigaglia, são elas:

a) a Praça Coronel Salviano Guimarães, marco inicial do Centro Histórico de Planaltina, onde estão presentes em seu entorno, a Casa dos Idosos “Gabriela Guimarães” (Figura 19-D), o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, o Hotel “O Casarão”, Colégio Franciscano Irmã Maria Assunta (atual COC), além de algumas lanchonetes, restaurantes e bares;

b) e a Praça São Sebastião de Mestre d’Armas, que futuramente será apresentada nesta pesquisa.

Figura 19 – Características gerais da Praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães e seu entorno: (A) Visão parcial da praça e os casarões no entorno; (B) Arborização e placa de informação; (C) Comércio e uso do espaço público; (D) Av. Goiás e a Casa do Idoso.



Autor: MENDONÇA NETO, 2022.

A toponímia desta praça está atrelada a vida e benfeitorias do Coronel Salviano Monteiro Guimarães, contribuições voltadas para o comércio e progresso dessa região. O Cel. Salviano Monteiro Guimarães é homenageado pela Academia Planaltinense de Letras, Artes e Ciências (APLAC), ocupa, como patrono, a 19ª cadeira. Segundo a Aplac (2019, s/p), suas glórias iniciam em 1893:

[...] após ser nomeado pelo Presidente Prudente de Moraes para a Guarda Nacional Brasileira, do estado de Goiás, na Comarca da Lagoa Formosa, Salviano Monteiro Guimarães inicia sua carreira militar. Em 1900 chegou a Planaltina e daqui nunca mais saiu. Sete anos depois, com a visão que tinha, trouxe touros indianos para o Centro-Oeste. Também lutou para que a luz elétrica chegasse à cidade. Em 1920 foi a vez do telefone, que ele também fez virar realidade no Planalto Central brasileiro.

Oliveira (2014, p. 33), enfatiza o valor que outrora esse lugar possuía “[...] como ponto de manifestações políticas e sociais, o que lhe atribui importância como espaço de sociabilidades e de memória, que nos permite compreender como ocorriam as relações sociais e políticas dos seus moradores”.

Camelo (2021) segue na mesma linha em relação a classificação desse lugar, considerada como uma praça cívica, que no passado estava voltada para encontros políticos, lazer, diversão e cultura. Esses últimos representam a parte lúdica desses espaços, e que não podemos deixar, os encontros no final da tarde dos mais velhos para conversar, substituídos pelos jovens planaltinense nas últimas décadas.

Ainda sobre Camelo (2021, p. 38), a praça Cel. Salviano Guimarães, também conhecida pelos moradores locais, como Pracinha do Museu:

[...] apresenta um contexto de experiências geracionais de comunidade no sentido de que a memória coletiva se concretiza no simbolismo da praça para os habitantes da cidade de Planaltina, que reconhecem a si mesmos na própria evocação da praça.

A relevância do contexto histórico e cultural desses lugares, a manutenção e resgate das memórias individuais e coletivas estimulam a conservação e preservação desses bens materiais por meio do processo de tombamento, fato que aconteceu com a praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães e seu entorno, porém esse debate ficará para a próxima seção.

A praça dispõe de uma arquibancada e um palco a céu aberto, utilizados principalmente em apresentações culturais, festivais e celebrações religiosas (Figuras 20-A e 20-B). Esse espaço reflete a discussão fundamentada anteriormente por Souza (2013), onde a concepção do conteúdo composicional desse lugar extrapola a sua forma e é preenchida pelos conteúdos: interacional e simbólico.

Diferente da praça Padre Antônio Marcigaglia, essa já apresenta maior acessibilidade para circulação de pedestres e para pessoas com restrição motora. Entretanto em relação a conservação dos meios-fios, observa-se problemas na sua manutenção (Figura 20-C), intempéries naturais estão provocando a deterioração deles. Ainda sobre os equipamentos urbanos, a praça dispõe de coletores de lixo por toda a sua área, representada pelo destaque do círculo vermelho (Figura 20-D), também apresenta qualidade na limpeza e conservação dos jardins.

Seguindo a Rua Salvador Coelho passamos na frente do Casarão Azul (Figura 20-D), uma das edificações com características pós-moderna, que chama atenção pela coloração na tonalidade azul, com a presença de uma fachada neoclássica revitalizada recentemente (IPHAN, 2012).

Figura 20 – Condições físicas/estruturais e equipamentos urbanos presentes na Praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães e seu entorno: (A) Visão panorâmica do palco e arquibancada, ao fundo o Colégio COC; (B) Apresentação de show de Rock e seus espectadores; (C) Conservação dos meios-fios; (D) Coletor de lixo e Casarão Azul em destaque.



Autor: MENDONÇA NETO, 2022 e 2023.

Quando se avança mais ainda ao sul, nos deparamos com a maior das três praças situadas no Percurso Turístico e Cultural de Planaltina, a Praça São Sebastião de Mestre D'armas, também conhecida como “Pracinha” ou Praça da Igrejinha, tal motivo justifica-se pela presença de uma pequena capela (Figura 21-A), construída no século XIX, tombada no ano de 1982 como Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DEPHA, 1998).

A praça São Sebastião está localizada no final do Percurso Turístico e Cultural de Planaltina, na parte Central do Setor Tradicional de Planaltina, contornada pela Avenida Salvador Coelho e pelas Ruas 13 de Maio e Maranhão, com presença de árvores de vários tamanhos, inserida na área de uso exclusivamente residencial, para destaque o imóvel sede do Grupo “Via Sacra ao Vivo”, próxima a uma instituição católica de ensino e onde a mesma dispõe de uma estátua instalada recente do astrônomo Louis Ferdinand Cruls (Figuras 21-B, 21-C e 21-D).

Figura 21 – Características gerais da Praça São Sebastião de Mestre D'armas e seu entorno:
(A) Visão parcial da praça e da Igreja São Sebastião; (B) Estátua de Louis Cruls e a arborização local;
(C) Instituição de ensino privado; (D) Sede do Grupo “Via Sacra ao Vivo”.



Autor: MENDONÇA NETO, 2022.

A praça e sua igrejinha receberam esse nome, devido a graça alcançada em promessa à São Sebastião:

[...] em meados do ano 1810 a população de Mestre D'Armas foi pega por uma doença a qual não sabiam a causa e nem a cura, o que levou o povoado a buscar a fé para obter a cura. Nesse intuito, fizeram uma promessa a São Sebastião, o Santo Padroeiro da cidade, de que doariam um terreno para ser construída uma capela em devoção e agradecimento ao Santo. Com o passar do tempo, a comunidade, mediante sua fé no Santo, é curada e, como pagamento da promessa feita, realiza-se uma celebração solene para entrega das terras para ser construída a capela em honra ao padroeiro. E, assim, a edificação da cidade é feita em torno da capela São Sebastião (SANTOS, 2020, p. 18).

Assim, como Silva (2016) e Santos (2020), que refletem e afirmam a relevância da edificação da igreja de São Sebastião e de sua praça para construção de laços individuais e coletivos, Barbosa (2021, p. 162) reafirma tal colocação como a narrativa de que a:

[...] Igreja São Sebastião como um espaço agregador da comunidade por sediar festividades relacionadas à tradição regional, indicando a existência de uma comunidade de moradores que praticam tradições: as festividades do Divino Espírito Santo, novenas tradicionais, casamentos, batizados, pagamentos de promessas [...].

Corroborando com a afirmação de Barbosa (2021), Oliveira (2014), também menciona a importância dessa localidade e das edificações que ainda permanecem em seu entorno, uma vez nesse recorte espacial foi idealizada e constituída a Vila de Mestre D'armas, marco zero de Planaltina.

Entretanto, nem sempre foi assim, de acordo com o inventário de 1998 do DePHA, no final do século passado essa área era: “[...] subutilizada e a igreja só “era” usada para os rituais funerários. Cenas como ‘um casal namorando’ ou ‘crianças brincando’ são raramente vistas. Apenas a quadra de esportes nas imediações é bastante utilizada por jovens que residem no entorno” (DEPHA, 1998, p. 17).

Por outro lado, em 2022 é observado um resgate do uso e funcionalidade desses espaços. Durante as visitas de campo nota-se cada vez mais frequente eventos, reuniões, comemorações, ensaios, festividades e celebrações culturais e religiosas promovidas pela comunidade local e pelo poder público (Figura 22).

Talvez sejam algumas das consequências benéficas promovidas pelo cenário pandêmico em que Planaltina e o mundo inteiro mergulharam no ano de 2020, e que perdura em pequena proporção até 2023, desencadeada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), *Coronavírus disease* ou simplesmente pelo vírus da Covid-19.

Segundo Segata (2020, p. 280):

Em 30 de janeiro de 2020 (complementação minha), o etíope Tedros Adhanom Ghebreyesus, primeiro homem negro a ocupar a posição de diretor-geral da OMS, anunciou a – *Public Health Emergency of International Concern* (PHEIC). No seu discurso, ele acenou para caminhos de cooperação e solidariedade entre as nações. Aquele seria o momento de confiar na capacidade técnica e científica do sistema de saúde chinês; de partilhar conhecimentos e experiências sobre o vírus, a doença e a vacina de forma aberta; de combater a disseminação de rumores e desinformação; e de evitar a restrição de circulação de pessoas e mercadorias em escala internacional.

Mesmo com as medidas de restrição para circulação de pessoas, lugares como a praça de São Sebastião começaram a ser procurados, uma vez que se trata de um ambiente aberto e medidas mais flexíveis começaram a ser decretadas pelo Governo do DF.

Esses hábitos adquiridos perduram mesmo depois de quase dois anos e em 2022 são estimulados pelo próprio poder público, como:

- a) Encontro para conversas ou piqueniques entre familiares e amigos (Figura 22-A);
- b) Instalação de brinquedos infláveis durante os finais de semanas, o que estimula a presença de crianças de todas as idades (Figura 22-B);
- c) Utilização das quadras de esporte para empreendedores locais promoverem lazer as crianças e jovens (Figura 22-C);
- d) Ensaios teatrais, de quadrilhas e de danças regionais (Figura 22-D);
- e) Realização de feiras locais a partir das 18 horas aos sábados, essas voltadas para o ramo alimentício, de bebidas e de artesanato, estimulando assim o comércio local e a conexão com a culinária brasileira – Feira da Lua, Feira Alternativa ou simplesmente Feirinha (Figura 22-E); e
- f) Apresentação de festivais e manifestações culturais, como o Festival Cerratense, que aconteceu entre junho entre os dias 18 e 24, o qual possui como objetivo a consumação e a promoção da cultura e do território cerratense, realizado esse ano com recursos do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal (Figura 22-F).

São vários os usos e valores que esse subespaço promoveu no passado e continua estimulando na sociedade planaltinense, assim como seu valor histórico, morfológico, paisagístico, simbólico, patrimonial e turístico, esse último vem sendo estimulado cada vez mais pelo poder público local e distrital.

Figura 22 – Principais usos e funcionalidades da Praça São Sebastião: (A) Piqueniques e encontros coletivos; (B) Visão parcial da área de instalação dos brinquedos infláveis; (C) Utilização da quadra de esporte para outras funcionalidades; (D) Ensaio coreografado de quadrilheiros; (E) Feira Alternativa de Planaltina; (F) Festival Cerratense.



Autor: MENDONÇA NETO, 2022.

Conforme Oliveira (2014, p. 32), essa não era a mesma realidade na década passada, “[...] a presença de visitantes é pequena, não existe na Praça um centro de apoio aos turistas, o que demonstra que apesar de algumas iniciativas do governo do Distrito Federal, ainda precisa ser feito muitos benefícios [...]”.

Entretanto, no presente, algumas dessas reivindicações foram acatadas, como a instalação do Centro de Atendimento ao Turista (CAT), a poucos metros da praça, com funcionamento das 09h às 12h e 14h às 18h, das quartas aos domingos no Museu Histórico e Artístico de Planaltina.

Os diversos usos apresentados anteriormente estão relacionados à magnitude desta praça, de sua importante história de formação, de sua infraestrutura e dos equipamentos públicos disponíveis, como:

- a) a quadra de esporte que reúne vários jovens e adultos;
- b) o Ponto de Encontro Comunitário (PEC) destinado a prática de atividades físicas; um parquinho infantil revitalizado recentemente;
- c) e um teatro de arena datado de 1987, com pinturas dos principais patrimônios e paisagens dessa RA (Figura 23).

Figura 23 – Equipamentos urbanos presentes na Praça São Sebastião: (A) Ponto de encontro comunitário; (B) Visão parcial da quadra poliesportiva; (C) Parque Infantil e área residencial no seu entorno; (D) Vista parcial do teatro de arena.



Autor: MENDONÇA NETO, 2022.

O aumento frequente de pessoas nesses espaços está desencadeando alguns problemas pontuais, como a vandalização das placas informativas, da infraestrutura básica e até mesmo do patrimônio material tombado, a Igreja São Sebastião (Figura 24). Mesmo com a ronda e presença da polícia militar, casos como esses são corriqueiros e acabam assustando seus frequentadores locais e possíveis turistas.

Autores como Miranda e Soares (2020) fomentam que tais situações podem tornar esses ambientes invisíveis ou diminuir suas visitas, como já aconteceu no passado. Esses dois autores trabalham com a degradação patrimonial e de áreas verdes na cidade de Belém, capital do Pará:

[...] muitas vezes, por espaços abandonados e esquecidos, a exemplo de algumas praças do centro comercial de Belém na qual perderam seu valor histórico, caindo em desuso pela população local e, conseqüentemente, as áreas verdes que ali resistem dão lugar à degradação devido à falta de manutenção, bem como os monumentos históricos tornam-se invisíveis (MIRANDA e SOARES, 2020, p. 68).

A interação da sociedade com o espaço geográfico provoca transformações significativas na paisagem e algumas delas são permanentes, como podemos observar na Figura 25, onde o lixo coletado durante a semana se encontra espalhado por uma das principais vias de acesso da igrejazinha.

Figura 24 – Pichação na placa de identificação.



Figura 25 – Descarte irregular do lixo.



Autor: MENDONÇA NETO, 2022.

A caracterização e espacialização do Setor Tradicional de Planaltina apresentadas nessa subseção servem de embasamento para as seções seguintes, uma vez que tomamos como base a abordagem do olhar geográfico aplicado às categorias previamente apresentadas, as discussões e reflexões discorridas.

3.2 Tombar para conservar e preservar o patrimônio

A palavra tombamento já foi várias vezes citada no decorrer da dissertação, nesse momento abrimos um parêntese para defini-la. Quando nos referimos ao patrimônio cultural, o tombamento é o instrumento de maior relevância no que tange as diversas formas de proteção, assim ele garante a memória nacional por meio de dispositivos legais instituídos pelo poder público federal, estadual e municipal.

Os bens registrados e tutelados pelo poder público, podem ser definidos por meio de:

“[...] ato administrativo que tem por finalidade proteger - por intermédio da aplicação de leis específicas – bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados” (IPHAN, 2023, s/p).

Por meio do tombamento, observa-se o avanço no processo de conservação e preservação desses bens, e reforça o reconhecimento oficial do seu valor e do seu significado. Os bens tombados, podem ser móveis ou imóveis, qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar, aos órgãos públicos, a instrução do processo de tombamento (IPHAN, 2023, s/p).

Para fazer parte constitutiva do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os bens móveis e imóveis devem ser inscritos de forma separada ou em conjunto em um dos quatro Livros do Tombo. São eles: o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Livro do Tombo Histórico; o Livro do Tombo das Belas Artes; e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Segundo o Decreto-Lei de nº 25 de novembro de 1937, no primeiro livro são registradas as coisas voltadas para a arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, o segundo livro são inscritas as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica, no terceiro ganham apontamento a arte erudita, nacional ou estrangeira, e no quarto, as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

No Brasil, até o final do ano de 2022, existiam mais de 1187 (mil, cento e oitenta e sete) tombamentos registrados nesses livros, que compreendiam tanto bens móveis como imóveis. Em relação ao Distrito Federal, entre os anos de 1958 e 2022 (Gráfico 2), foram abertos cerca de 51 (cinquenta e um) processos para tombamento, classificados de acordo com a proteção em edificação, conjunto arquitetônico e urbano, bem móvel ou integrado, coleção ou acervo, jardim histórico, edificação e acervo (IPHAN, 2022).

Gráfico 2 – Número de processos abertos de tombamento pelo IPHAN no Distrito Federal entre 1958 e 2022.



Fonte: Adaptado pelo autor com base em dados do Iphan, 2022.

Com base no gráfico 2 é notório que o ano de 2007 se destacou dos demais anos. Nesse ano foram abertos 27 (vinte e sete) processos, dentre eles os classificados em edificação, conjunto arquitetônico, edificação e acervo. Entretanto, dos 27 (vinte e sete) processos, quatro foram indeferidos: o Sambódromo da Ceilândia (RA da Ceilândia); a Capela Nossa Senhor da Paz, a Casa do Teatro Amador e o Memorial Israel Pinheiro (RA do Plano Piloto).

Dos 27 (vinte e sete) tombamentos que ocorreram entre 1958 e 2022, a sua maioria está situada na Região Administrativa do Plano Piloto, com exceção do Museu do Catetinho, localizado na RA do Gama e as Remanescentes do Conjunto Hospitalar Juscelino Kubitschek de Oliveira, localizadas na RA do Sudoeste/Octogonal (Quadro 3).

Autores como Barbosa (2021), questionam essa centralidade da patrimonialização de Brasília no Plano Piloto, uma vez que grande parte dos bens tombados se concentram nesta região. Sua análise é construída a partir do “[...] conjunto de doze dossiês de tombamento referentes a construções situadas em Brasília, porém à distância de seu núcleo original, o Plano Piloto” (BARBOSA, 2021, p. 8).

Quadro 3 – Lista de bens tombados pelo Iphan no Distrito Federal entre 1959 e 2007.

Classificação	Nome atribuído	Número Processo "T"	Ano de abertura do processo
Edificação	Catetinho	594	1959
Edificação	Catedral Metropolitana	672	1962
Conjunto Arquitetônico	Remanescentes do Conjunto Hospitalar Juscelino Kubitschek de Oliveira	1099	1983
Bem móvel ou integrado	Placa de ouro oferecida a Rui Barbosa pelo Senado por sua participação no Congresso de Haya em 1907	1187	1985
Edificação	Espaço Lúcio Costa	1550	2007
Edificação	Memorial dos Povos Indígenas	1550	2007
Edificação	Teatro Nacional	1550	2007
Edificação e Acervo	Capela Nossa Senhora de Fátima	1550	2007
Edificação	Palácio do Planalto	1550	2007
Edificação	Casa de Chá	1550	2007
Edificação	Congresso Nacional	1550	2007
Conjunto Arquitetônico	Conjunto Cultural da República: Museu da República Honestino Guimarães e Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola	1550	2007
Conjunto Arquitetônico	Conjunto Cultural Funarte	1550	2007
Edificação	Edifício do Touring Club do Brasil	1550	2007
Edificação	Pombal	1550	2007
Edificação	Espaço Oscar Niemeyer	1550	2007
Edificação	Memorial JK	1550	2007
Edificação	Blocos Ministeriais e anexos	1550	2007
Edificação	Museu da Cidade	1550	2007
Conjunto Arquitetônico	Conjunto do Palácio da Alvorada (incluindo a capela)	1550	2007
Edificação	Palácio da Justiça	1550	2007
Edificação	Praça dos Três Poderes	1550	2007
Conjunto Arquitetônico	Palácio do Itamaraty e anexos	1550	2007
Conjunto Arquitetônico	Palácio Jaburu	1550	2007
Edificação	Panteão da Liberdade e Democracia	1550	2007
Conjunto Arquitetônico	Quartel General do Exército	1550	2007
Edificação	Supremo Tribunal Federal	1550	2007

Fonte: Adaptado pelo autor com base em dados do Iphan, 2022.

No desenrolar desse debate, a RA de Planaltina possui três processos instruídos em andamento quando nos referimos ao tombamento de bens materiais. O primeiro datado de 1964, corresponde ao Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Planaltina, o segundo se refere a Igreja de São Sebastião, com início de sua inscrição em 2002, e o terceiro localizado um pouco mais distante, em uma área rural, a Pedra Fundamental da Capital Federal, com início de instrução processual em 2020.

O desenrolar desses processos na maioria das vezes são demorados, não existindo um prazo determinado para sua deliberação. Vários estudos são realizados para instrução de um processo de tombamento, sendo eles burocráticos, criteriosos e complexos, compostos por uma equipe multidisciplinar que depende de fatores políticos, éticos, de mobilidade, financeiro, e por isso demandam prazos diferentes.

No levantamento e tabulação dos dados disponíveis na página do Iphan, o Museu Histórico e Artístico de Planaltina não aparece de forma individualizada enquanto edificação para proteção e tombamento, mesmo que assim como a Igreja São Sebastião façam parte do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Setor Tradicional de Planaltina.

A indicação para proteção individual ou como parte de um conjunto arquitetônico deve partir dos indivíduos, das comunidades e povos ou até mesmo das nações que vivem, conservam, preservam e transmitem a história desses bens. Porém, é papel do Estado, a promoção da inventariação e da instrução de processos para tombamento visando a conservação e preservação do patrimônio por meio de uma legislação coerente e rígida.

Entretanto, o processo de proteção do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Setor Tradicional de Planaltina caminha a passos lentos, já se passaram quase seis décadas desde a sua abertura. O tombamento de um bem pode ser realizado pela “[...] União, por intermédio do Iphan, pelos governos estaduais, por meio de suas instituições responsáveis pela área, ou pelas administrações municipais, segundo leis específicas ou a legislação federal” (IPHAN, 2023, *s/p*).

Até o início do ano de 2023, existiam duas edificações acompanhadas de seus acervos tombadas provisoriamente pelo Governo do Distrito Federal no Setor Tradicional de Planaltina, ambas tombadas por meio de decretos publicados em 1982, no dia e mês do aniversário da cidade, 19 de agosto.

O primeiro decreto, nº 6.939/82, dispõe sobre o tombamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF) e seu respectivo mobiliário histórico, situado na Praça Cel. Salviano Monteiro, nº 24, esquina com Avenida Goiás, Quadra 57, Lote nº 1. A proteção desse bem se estende ao seu entorno, que abrange toda a área do lote nº 1 e as quadras 43, 44, 55, 56 e 57 e a Praça Cel. Salviano Monteiro (Figura 26).

O mobiliário que a edificação possuía até sua desapropriação voluntária em 1973 fazem parte das exposições rotativas do museu. Dentre os móveis, podemos citar:

I - sala de visitas – ano 1930 composta de 1 mesinha de centro, 1 porta-chapéus, 6 cadeiras, 1 sofá e 2 poltronas, assento de palhinha, e encosto de veludo estampado, 2 cantoneiras; II - 1 piano importado, alemão – ano 1925 – marca Wilhelm Spaethe; III - 2 armários prateleiras – ano 1930 – madeira; IV - 1 mesa de madeira com 2,25 metros de comprimento [sic] – ano 1906; VI - 6 cadeiras de madeira; VII - cristaleira – ano 1940, 1 guarda louça – 1930; VIII - 1 filtro fiel 4 velas – ano 1935 (DISTRITO FEDERAL, 1973, p. 5-6).

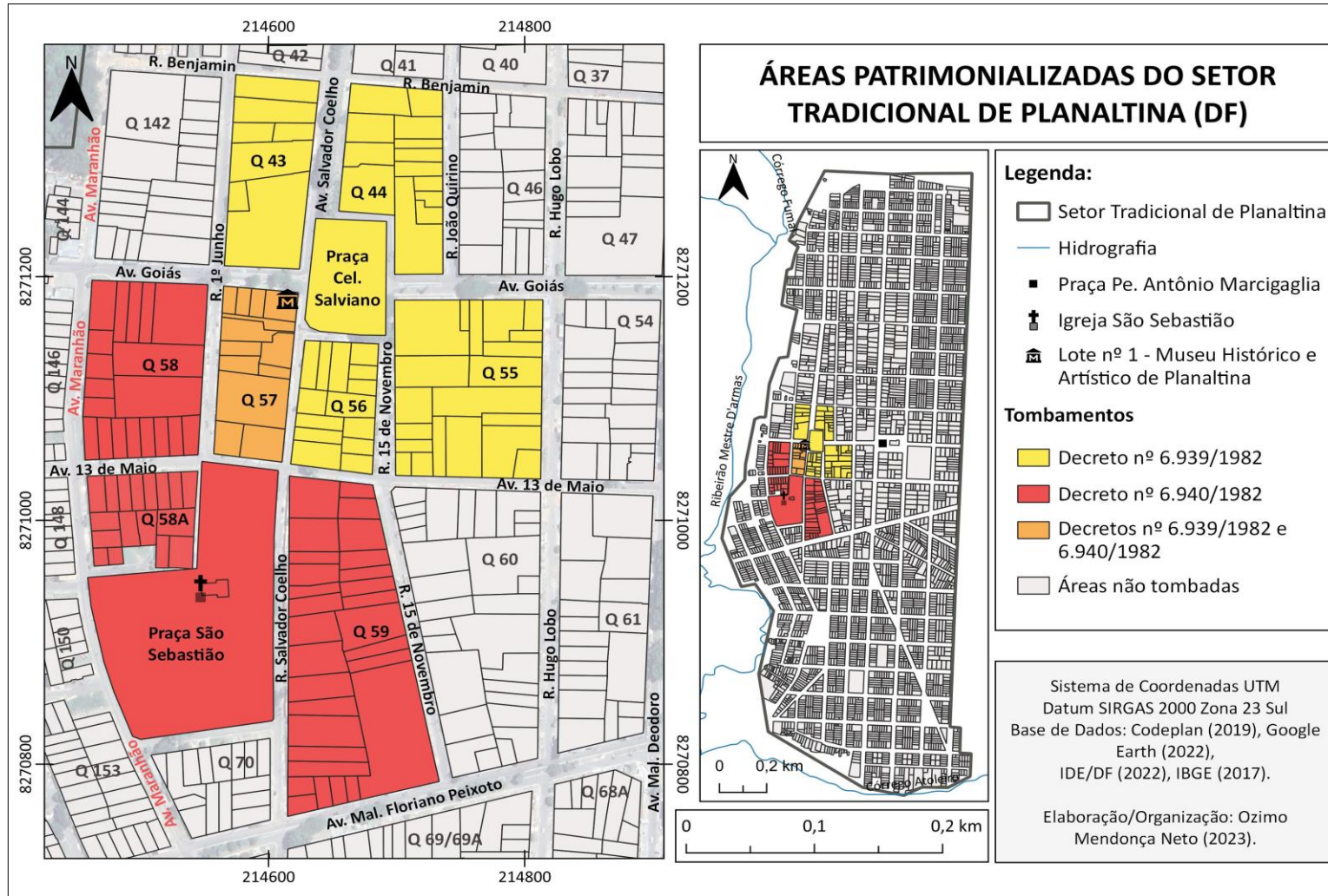
O artigo 3º do decreto nº 6.939/82 considera crime contra o Patrimônio do Distrito Federal e punível pelas leis penais, “[...] qualquer ato que importe na destruição, mutilação ou alteração dos bens [...]” (DISTRITO FEDERAL, 1982, *s/p*) do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, assim como ao seu entorno.

O segundo decreto, nº 6.940/92, assegura o tombamento provisório da Igreja São Sebastião, imóvel situado na Praça de São Sebastião de Mestre D’Armas, a qual também proferida proteção, assim como as Quadras 57, 58, 59 e Avenida Maranhão (Figura 26).

Da mesma forma, que o artigo 3º do decreto nº 6.939/82 criminaliza e pune qualquer ato de destruição, mutilação ou alteração dos bens anunciados nas legislações vigentes, o artigo 3º do decreto nº 6.940/82 reafirma e pune tais atos de acordo com o disposto nas leis penais.

Na Quadra 43 está situado o Colégio COC, no passado era conhecido como Colégio Franciscano Irmã Maria Assunta, na Quadra 44 estão localizados três imóveis históricos, o Hotel O Casarão (em 2023 constitui uma residência familiar), o Antigo Armazém Goiás e a Casa das Artes Dona Nilda Campos, esses dois últimos constituem espaços sem uso.

Figura 26 – Mapa de localização das áreas patrimonializadas do Setor Tradicional de Planaltina (DF).



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Além da Praça Cel. Salviano, o Decreto nº 6.939/82 tomba a Quadra 55, onde estão situadas a Casa dos Idosos e a Antiga Coletoria (herança dos antigos moradores), reconhece a importância da Quadra 56, onde se localizava o antigo Casarão de Dona Negrinha, demolido em 2020.

Por outro lado, o Decreto nº 6.940/82, assegura o tombamento das Quadras 58, 58 A e 59, que por sua vez não apresentam imóveis de relevância histórica. Entretanto, configuram e testemunharam a expansão urbana do núcleo inicial, bem como estão atreladas ao recebimento dos migrantes nordestinos ou dos descendentes dos primeiros habitantes do Vilarajo Mestre D'armas.

Um fato curioso em relação aos polígonos propostos para tombamento do Setor Tradicional de Planaltina é a Quadra 57, a única quadra que é aderida ao mesmo tempo pela prescrição legislativa dos decretos nº 6.939/82 e 6.940/82. Talvez seja porque no passado estavam situados quatro imóveis de relevância histórica, o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, o Casarão Azul, a Antiga Farmácia (em 2023, uma residência familiar) e o Casarão Cinco Irmãos (demolido e substituído por pequeno condomínio residencial).

Vale ressaltar, que nem sempre o tombamento de um imóvel ou de um conjunto arquitetônico irá garantir sua preservação. Brasília é um exemplo nesse caso, autores como Perpétuo (2016, p. 66), afirmam que “[...] não foi o processo de tombamento que originou sua normativa de proteção; antes, foi uma normativa de proteção que ensejou e encerrou o posterior processo de atribuição de valores e subsequente tombamento”.

O debate sobre tombamento envolve dois conceitos básicos e que são de relevância quando nos referimos ao processo de patrimonialização de áreas urbanas, o termo preservação e o de conceito de conservação. Segundo Sant'Anna (2015), a preservação é compreendida

“[...] como um conjunto de ações que constituem o que, atualmente, se denomina “processo de patrimonialização”, o qual tem início com a atribuição de valor a determinados objetos, construtos, obras da natureza, paisagens, saberes e práticas e se completa com ações concretas que visam mantê-los ou lhes dar continuidade” (SANT'ANNA, 2015, p. 1).

A preservação configura um ato de gestão prática do patrimônio, no qual são implementados instrumentos de identificação, gestão e proteção. No estudo de caso proposto, o estado de preservação dos imóveis históricos do Setor de Planaltina, os vinte e um imóveis foram diagnosticados em íntegros, pouco alterado, muito alterado

e descaracterizado, levando em consideração comparativa o inventário realizado pelo Iphan em 2012.

Por sua vez, o conceito de conservação está relacionado a “[...] manutenção permanente, utilização adequada e preservação da ambiência” (SANT’ANNA, 2015, p. 15), ora entendida como sinônimo de preservação. Entretanto, para a discussão da próxima subseção, o termo conservação está atrelado à condição dos imóveis históricos no ano de 2023, que foram selecionados para análise, classificando o estado de suas fachadas em: bom, precário, em arruinamento e arruinado.

3.3 O apagamento do patrimônio histórico do Setor Tradicional de Planaltina

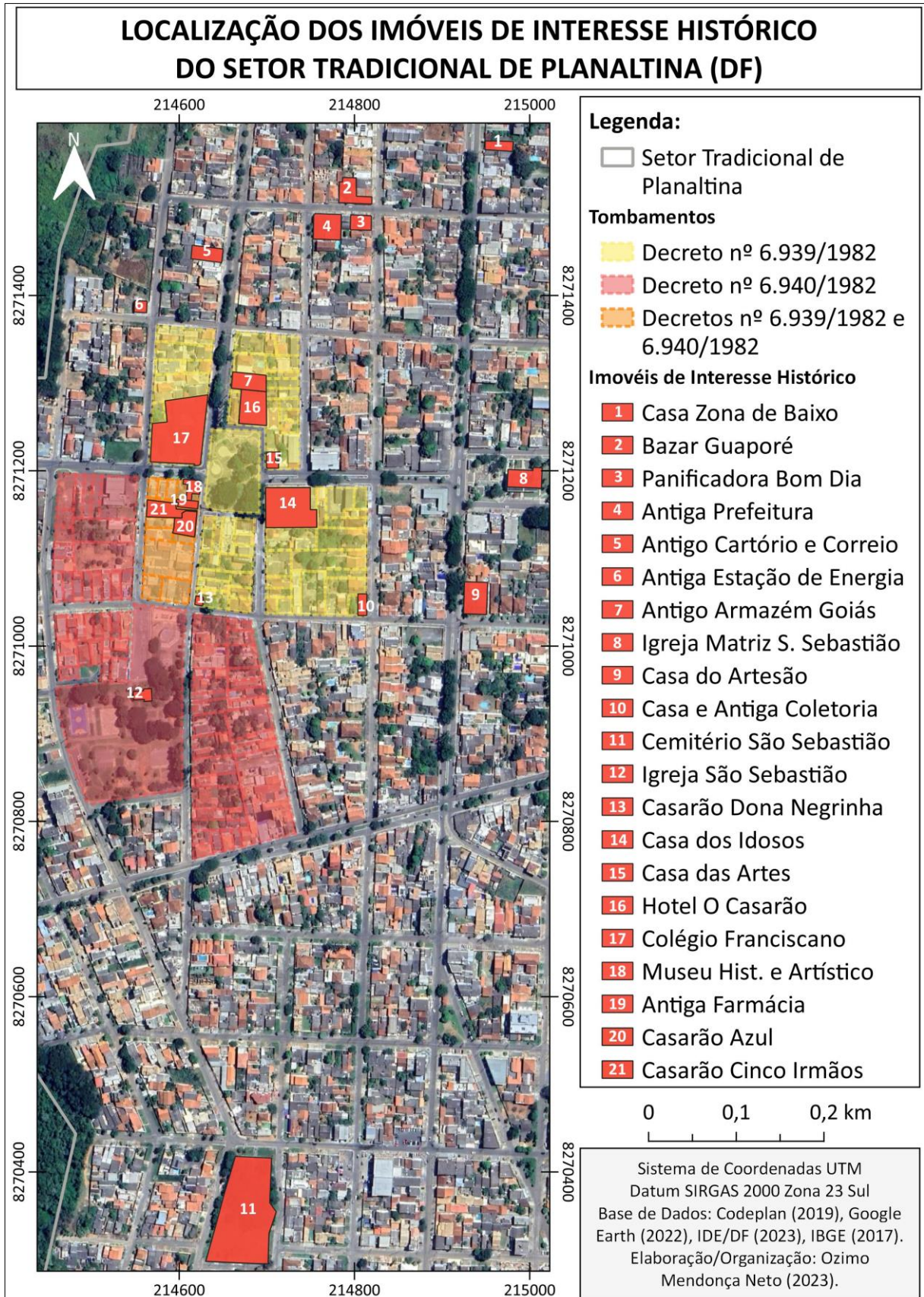
Em 2012, a empresa Ábaco - Arquitetura e *Design* Ambiental produziu o inventário do Setor Tradicional de Planaltina para a Superintendência do Iphan no Distrito Federal. O objetivo do estudo consiste na produção de materiais que venham a proteger e preservar o patrimônio arquitetônico e urbanístico preexistente à construção de Brasília.

A confecção desse inventário seguiu os procedimentos metodológicos disponibilizados pelo SICG do Iphan, abrangendo a área do Setor Tradicional, da Vila Vicentina e da Pedra Fundamental de Brasília. Para a identificação, mapeamento, caracterização e análise dessas áreas, optou-se no inventário pela divisão em seis setores morfológicos: I) Vila Vicentina; II) Piauí; III) Eixo Histórico e Cemitério; IV) Matriz; V) Norte; e VI) Pedra Fundamental.

Essa forma de zoneamento, levou em consideração as edificações classificadas segundo os estilos colonial, colonial de fachada *art dèco* e as casas-padrão. O Setor Tradicional de Planaltina apresenta ainda edifícios contemporâneos, que com o passar do tempo avançam e descaracterizam os estilos que outrora representavam a paisagem urbana de Planaltina.

E, por isso, dentre as quase 4 mil edificações pertencentes ao conjunto arquitetônico-urbanístico do Setor Tradicional de Planaltina, 21 edificações mereciam um tombamento individual (Figura 27). O verbo merecer está conjugado na terceira pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo, pois dois dos imóveis inventariados em 2012 foram descaracterizados totalmente, chegando a ruir pela falta de conservação, interesse particular e político.

Figura 27 – Mapa de localização dos imóveis de interesse histórico do Setor Tradicional de Planaltina (DF).



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Entretanto, até o momento, o processo de tombamento não foi finalizado e com isso avança a descaracterização e o arruinamento dos imóveis de interesse histórico e com tradição arquitetônica. Essa discussão é observada tanto nos polígonos impostos pelos decretos de tombamentos provisórios do Governo do Distrito Federal, como nas áreas de entorno que apresentam alguns dos imóveis históricos de importância cívica de Planaltina.

Dos 21 imóveis selecionados pela relevância histórica e cultural para compor o estudo de caso, 12 estão situados no polígono de preservação e conservação proposto pela legislação distrital, e as outras 9 edificações estão localizadas no entorno da área patrimonializada pelo Estado. Em campo foi constatado o avanço no processo de alteração e descaracterização de alguns imóveis, o que compromete não apenas na preservação, mas também na conservação desses bens, a exemplo o Antigo Armazém Goiás, o Casarão de Dona Negrinha, a Casa das Artes e o Casarão 5 irmãos (Figura 28).

Figura 28 – Estado de conservação e preservação dos bens imóveis do Setor Tradicional de Planaltina em 2023: (A) Parte da fachada lateral norte do Antigo Armazém Goiás; (B) Restos do Antigo Casarão de Dona Negrinha; (C) Parte da fachada lateral oeste da Casa das Artes Dona Nilda Campos; (D) Atual imóvel construído no antigo lote do Casarão 5 irmãos.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

O antigo Armazém Goiás, localizado na Av. Salvador Coelho, Quadra 44, Lote 12 ABC, construído na metade do século XX, passou por alterações ao longo das últimas décadas para atender os diversos usos, desde residência à comércio. Tal edificação é caracterizada pela sua arquitetura comercial em estilo *art déco*, apresenta uma precarização em sua conservação, como a queda parcial do telhado, desgastes nas pinturas das paredes, janelas e portões originados pela umidade e infiltração.

Por se tratar de um imóvel particular abandonado, esse antigo armazém apresenta uma faixa de “vende-se”. Diferente do antigo Casarão de Dona Negrinha, que não conseguiu sobreviver ao abandono e às intempéries naturais, atuado pela defesa civil para demolição em 2020 por comprometer a segurança dos antigos moradores e da sociedade em geral.

Mesmo com características vernaculares, datado do final do século XIX, o poder público e a população local não contribuíram para preservação desse patrimônio histórico de Planaltina, uma vez que em 2023, restam um lote vazio, cercado por tapumes, com escombros do arruinamento e um empilhado de madeiras.

Alguns imóveis, como a imemorial Casa das Artes Dona Nilda Campos, seguem abandonados pelos atuais herdeiros. Essa edificação se localiza na esquina entre a Praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães e a Av. Goiás, datada do final do século XIX e início do século XX, apresenta rachaduras e perdas do reboco (em barro e taipa) em suas fachadas oeste e sul, apodrecimento das madeiras presentes nas portas, janelas, pilastras e na base de sustentação, além do desgaste de sua pintura, o que comprova o estado precário de conservação.

O abandono de imóveis históricos pelos herdeiros é um problema crescente no Setor Tradicional de Planaltina, pois na maioria das vezes não possuem a mesma conexão emocional com a propriedade que seus antepassados possuíam. Além disso, os custos associados à manutenção e restauração de uma propriedade histórica podem ser proibitivos. Por esses motivos, os sucessores optam por desfazer-se de suas propriedades em vez de mantê-las, como é o caso do Casarão 5 Irmãos.

Esse imóvel, vendido e demolido em meados de 2015 pelo estado precário de conservação, colocava em risco a vida dos últimos herdeiros. No lote, observa-se a presença de um conjunto arquitetônico contemporâneo com acesso duplo à leste a Rua Salvador Coelho e à oeste a Rua 1º de Junho. Com base em campo outros imóveis foram avaliados enquanto a atual preservação e conservação, alguns se destacam negativamente pelo crítico processo de arruinamento (Quadro 4).

Quadro 4 – Situação da conservação e preservação dos bens imóveis do Setor Tradicional de Planaltina entre os anos de 2012 e 2023.

IDENTIFICAÇÃO		(2012) ESTADO DE							(2023) ESTADO DE								
Nº NO MAPA	IMÓVEL	PRESERVAÇÃO				CONSERVAÇÃO				PRESERVAÇÃO				CONSERVAÇÃO			
		Íntegro	Pouco alterado	Muito Alterado	Descaracterizado	Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado	Íntegro	Pouco alterado	Muito Alterado	Descaracterizado	Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado
1	Casa da Zona do Baixo Meretrício		X			X					X					X	
2	Bazar Guaporé	X				X				X				X			
3	Panificadora Bom Dia		X			X					X			X			
4	Antiga Prefeitura	X				X				X					X		
5	Antigo Cartório e Correio		X				X				X				X		
6	Antiga Estação de Energia		X				X				X			X			
7	Armazém Goiás		X				X				X				X		
8	Igreja Matriz São Sebastião				X	X				X				X			
9	Casa do Artesão			X				X				X				X	
10	Antiga Coletoria			X		X						X		X			
11	Cemitério São Sebastião		X						X		X						X
Continuação do quadro na página seguinte																	

IDENTIFICAÇÃO		(2012) ESTADO DE								(2023) ESTADO DE							
Nº NO MAPA	IMÓVEL	PRESERVAÇÃO				CONSERVAÇÃO				PRESERVAÇÃO				CONSERVAÇÃO			
		Íntegro	Pouco alterado	Muito Alterado	Descaracterizado	Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado	Íntegro	Pouco alterado	Muito Alterado	Descaracterizado	Bom	Precário	Em arruinamento	Arruinado
12	Igreja São Sebastião	X				X				X					X		
13	Casarão da Dona Negrinha		X			X						X					X
14	Casa dos Idosos	X				X				X				X			
15	Casa das Artes Dona Nilda Campos		X				X				X				X		
16	Hotel O Casarão		X			X					X			X			
17	Colégio Franciscano Irmã Maria Assunta	X				X				X				X			
18	Museu Histórico e Artístico de Planaltina		X				X				X			X			
19	Antiga Farmácia		X			X					X			X			
20	Casarão Azul			X			X					X		X			
21	Casarão Cinco Irmãos		X				X					X					X

Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Dentre os principais problemas relacionados ao estado de conservação e preservação dos bens imóveis visitados, podemos citar ainda: fissuras, rachaduras profundas, infiltrações, manchas, desgastes, vandalismo, falta de manutenção, ausência de pintura, descaracterização, abandono, dentre outros (Figura 29).

Figura 29 – Principais problemas de conservação e preservação dos bens imóveis do Setor Tradicional de Planaltina: (A) Falta de manutenção da fachada - Antiga Prefeitura; (B) Problema estrutural interno - Igreja São Sebastião; (C) Vandalismo e queda do telhado - Casa da Zona do Baixo Meretrício; (D) Descaracterização - Antiga Coletoria; (E) Abandono - Cemitério São Sebastião; (F) Improvisos e amarrações inadequadas – Casa do Artesão.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Com exceção do Cemitério São Sebastião, as figuras apresentadas anteriormente correspondem a propriedades particulares. A maioria apresenta características arquitetônicas neocoloniais, construídas no final do século XIX e início do século XX. Ambas possuem relevância histórica e cultural para a RA de Planaltina e até mesmo para o Distrito Federal, são espaços que resguardam em suas estruturas, fachadas e nas paisagens do entorno o patrimônio da primeira cidade pré-existente à construção de Brasília.

Entretanto, a descaracterização e o abandono desses imóveis históricos podem gerar graves consequências para o patrimônio histórico-cultural do nosso país. O abandono dos imóveis históricos do Setor Tradicional de Planaltina causa a deterioração de seus bens e monumentos, que estão sendo arruinados pelo tempo, pelo vandalismo e pela negligência do governo e da comunidade local, o que foi comprovado em campo.

Esses arruinamentos podem resultar em um grande prejuízo para a história local, pois esses bens são testemunhas de importantes acontecimentos históricos. Além disso, os imóveis históricos do Setor Tradicional de Planaltina representam símbolos e significados relevantes para a comunidade local e até mesmo para a história do país. Para evitar tais situações, podem ser tombados como museus, espaços culturais, bibliotecas e/ou centros de pesquisa.

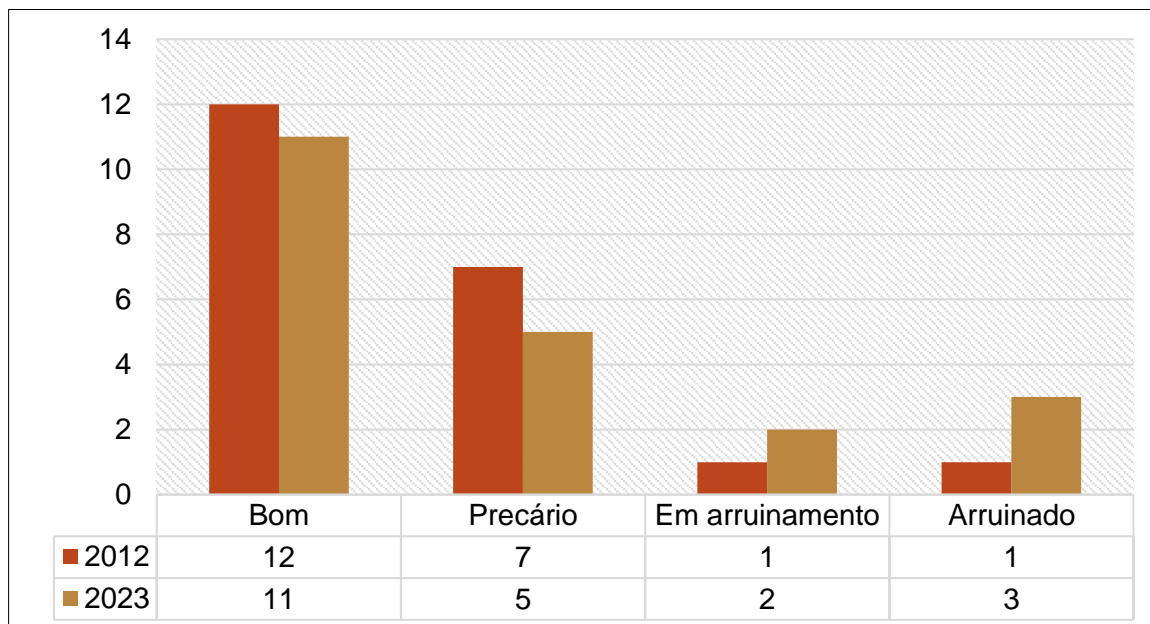
Como hipóteses para justificar os principais problemas de conversão e preservação dos imóveis históricos do Setor Tradicional de Planaltina, são citados:

1. os Custos elevados: o valor necessário para conservar ou preservar um imóvel pode ser muito alto, o que é uma barreira para muitos dos atuais proprietários;
2. a Falta de conhecimento: alguns herdeiros não possuem conhecimento sobre os procedimentos de conversão e preservação necessários para preservar um imóvel tombado ou não-tombado;
3. as Barreiras burocráticas: existem leis e regulamentos que podem impedir a conversão ou preservação de um imóvel, o que pode tornar o processo difícil;
4. o Desgaste do imóvel: o tempo e as intempéries podem causar desgaste ao imóvel, reduzindo sua qualidade e aumentando os custos de conversão e preservação; e
5. a Falta de financiamento: proprietários de imóveis podem ter dificuldade em conseguir financiamento para conservar e preservar seu imóvel sendo ele público ou particular.

Observa-se que entre os anos de 2012 e 2023, os imóveis inventariados pelo Iphan sofreram várias alterações, comprometendo o estado de conservação e preservação. Dos 21 imóveis, apenas 11 apresentam uma boa conservação, são eles: Bazar Guaporé, Panificadora Bom Dia, Antiga Estação de Energia, Igreja Matriz São Sebastião, Casa e Antiga Coletoria, Casa dos Idosos, Hotel O Casarão, Colégio Franciscano Irmã Maria Assunta, Museu Artístico e Histórico de Planaltina, Antiga Farmácia e Casarão Azul.

Por outro lado, a situação das edificações enquadradas em estado de precarização, em arruinamento e ou já arruinadas tiveram um avanço expressivo. A Casa da Zona de Baixo Meretrício encontra-se em processo de arruinamento, assim como a Casa do Artesão. Em relação aos imóveis arruinados, existia em 2012 apenas o Cemitério de São Sebastião, primeiro cemitério de Planaltina; e, em 2023 ganham destaque negativamente dois outros imóveis, o Casarão de Dona Negrinha e o Casarão 5 Irmãos (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Situação da conservação dos bens imóveis do Setor Tradicional de Planaltina entre os anos de 2012 e 2023.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

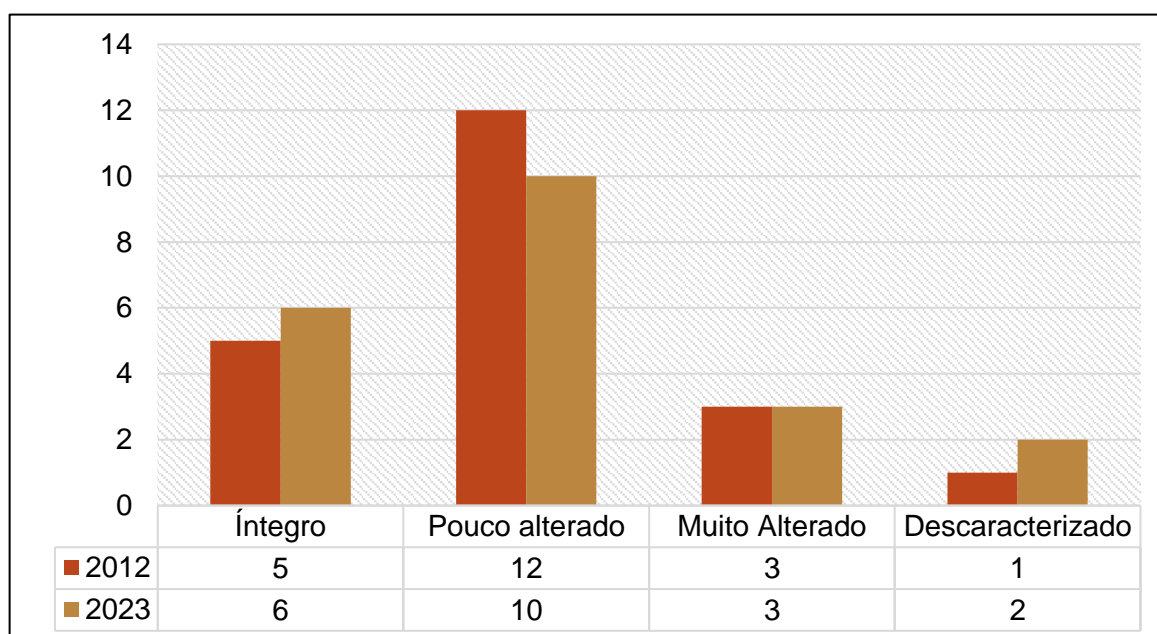
Os agentes químicos ou biológicos que se acumulam no ambiente, danificam e contribuem para destruição dos patrimônios materiais do Setor Tradicional de Planaltina. Esses processos contribuem para a perda e descaracterização de seus prédios, monumentos e casarões ao longo do tempo.

A ação dos elementos climáticos, as infiltrações provocadas pelas águas pluviais ou pela falta de manutenção, atrelada ao uso excessivo ou inadequado do patrimônio por parte dos seres humanos, incluindo o vandalismo, abandono, desmatamento, construção de edifícios contemporâneos e a falta de conscientização da população local é outro fator que contribui para o apagamento dos patrimônios materiais dessa região.

A sociedade em geral precisa estar ciente dos riscos que os patrimônios materiais sofrem devido ao uso inadequado ou excessivo, assim como as alterações que são feitas para atender as necessidades atuais de uso ou a modernização por meio da arquitetura contemporânea.

As edificações presentes no Setor Tradicional de Planaltina sofreram várias alterações para atender ao aumento populacional ao longo de quase duzentos anos, bem como aos novos usos. Os imóveis tombados pelo poder público e patrimonializados pela sociedade civil, entre os 2012 e 2023 padeceram em relação a preservação, seja de forma discreta ou pela total descaracterização, como é o caso do Casarão Azul, que ganhou novas cores em sua fachada e anexos; do Casarão 5 Irmãos, com seus tijolinhos imponentes; do Bazar Guaporé, com suas rampas de acessibilidade ou com a nova pintura de sua fachada em amarelo, dentre outros (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Situação da preservação dos bens imóveis do Setor Tradicional de Planaltina entre os anos de 2012 e 2023.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Para evitar o abandono, a descaracterização e/ou o apagamento dos imóveis históricos do Setor Tradicional de Planaltina, o poder público deve incentivar os herdeiros ou até mesmo as instituições públicas a mantê-los, oferecendo benefícios fiscais ou outros tipos de apoio. Por exemplo, podem ser criados fundos destinados ao financiamento de projetos de restauração desses imóveis.

A educação pública também desempenha um papel importante na preservação e conservação das edificações históricas, pois ajuda a sensibilizar as pessoas sobre a importância de seus bens, sejam eles materiais ou imateriais. Finalmente, para evitar o vandalismo e a descaracterização do patrimônio cultural, é necessário que haja um sistema de vigilância nos locais, que garanta a segurança e punição rígida para quem descumprir a legislação vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Igreja São Sebastião, Planaltina (DF)
Autor: MENDONÇA NETO, 2023.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Setor Tradicional de Planaltina é um conjunto arquitetônico e urbanístico de extrema relevância para a Região Administrativa de Planaltina, para o Distrito Federal e talvez até para o Brasil. O conjunto abrange edificações de arquitetura colonial, colonial de fachada *art dèco*, casas-padrão e contemporâneas, algumas construídas no período pré-histórico de ocupação dessa região.

Além das avenidas, ruas e praças que se destacam pela beleza e pelo contexto histórico-cultural, a arquitetura do Setor Tradicional de Planaltina, também, tem uma grande importância para a cidade, pois evidencia o seu desenvolvimento histórico e cultural. Suas edificações são exemplos da evolução da cidade e demonstram a riqueza estética que a cidade possui. Essa localidade ganha destaque porque possui muitos espaços públicos, como praças e ruas, que são importantes áreas de convivência e lazer para a população, e contribuem também para a interação social e para a promoção de eventos culturais.

A arquitetura e a urbanização do Setor Tradicional é parte da história e da cultura de Planaltina e é um grande exemplo de beleza arquitetônica, histórica e cultural. Por isso, esse conjunto tem uma grande importância para a cidade e é importante para a sua identidade. Os espaços e imóveis levantados nos inventários anteriores fornecem subsídio para preservação da história, da cultura e da arte da cidade e da região circunvizinha.

Um bem patrimonializado é declarado pelo seu interesse cultural, histórico, arquitetônico ou artístico para uma determinada nação, determinado povo ou comunidade local. Estes bens podem incluir monumentos, edifícios, ruas, parques, arquivos ou obras de arte. A patrimonialização desses bens é importante porque preserva a herança cultural de uma sociedade, reforça seu orgulho nacional, regional e local e cria uma conexão entre as gerações.

Além disso, os bens patrimonializados oferecem benefícios econômicos para as comunidades locais. Por exemplo, a preservação e conservação de monumentos históricos gera atividade turística, que pode resultar em empregos e capital para a cidade. Os bens patrimoniais também podem ter valor simbólico para a sociedade, pois representam sua história e cultura. Essa realidade é observada nos espaços públicos, nas manifestações culturais e nos imóveis históricos que foram inventariados no Setor Tradicional de Planaltina.

A patrimonialização também tem um valor educacional inestimável. Os bens patrimonializados podem ajudar os cidadãos planaltinenses a entender melhor a história de sua região e a herança cultural de seus antepassados. A preservação de bens culturais também ajuda a incentivar a criatividade e a inspirar novas gerações de artistas e criadores de cultura.

Portanto, a patrimonialização dos bens imóveis do Setor Tradicional de Planaltina é crucial para preservar e promover o conhecimento da cultura de seus moradores, para trazer benefícios econômicos e ajudar na educação dos cidadãos, para contribuir na formação educacional de crianças, adolescentes e jovens.

Dessa forma, como sugestão, a educação patrimonial deve compor o currículo educacional das escolas planaltinenses. A educação patrimonial é uma abordagem educacional centrada na valorização do patrimônio cultural de um lugar, de uma região ou de um grupo. O seu objetivo é promover a compreensão, a apreciação e a preservação dos bens materiais e imateriais que formam parte deste patrimônio.

Essa abordagem educacional enfatiza a importância de conhecer e compreender o passado de uma região ou de um grupo, assim como os valores e as tradições que o povo possui. A Educação Patrimonial pode ser enriquecida por várias formas de expressão artísticas, como dança, música, poesia e artesanato, além de outras atividades que ajudam a preservar o patrimônio cultural, como o turismo ecológico, a restauração de monumentos históricos e a recuperação de áreas degradadas.

Outro mecanismo legal e indispensável nos estudos sobre patrimonialização é o tombamento do patrimônio material, por meio dele podemos: proteger os bens culturais da destruição e da degradação; preservar a memória, a identidade e a história de uma comunidade; e garantir a segurança de todos os bens culturais. Além disso, o tombamento também estimula a educação, a conservação, a pesquisa e a divulgação de bens culturais, permitindo que eles sejam acessados por todos.

O Setor Tradicional de Planaltina mergulha em um processo de descaracterização e arruinamento de sua paisagem pretérita, estamos falando de um apagamento histórico e cultural. Os imóveis, as quadras, as praças, as ruas e avenidas ora tombadas por decretos locais não garantem a preservação e conservação dos mesmos, assim como nas áreas de entorno.

A descaracterização de um patrimônio material é o processo de destruição de suas características originais, como sua forma, cor, textura, tamanho, e outros

elementos. Essa descaracterização é observada na área de estudo de diversas maneiras, como aplicação de tintas e materiais de construção sem autorização do poder público ou do conselho local, remoção de partes do patrimônio, ou ainda a destruição total do mesmo.

Essa descaracterização ou apagamento, como preferimos nomeá-la, é verificado *in situ* e quando comparado com o inventário de 2012 do Iphan. Como destaque da descaracterização e/ou do arruinamento, podemos citar os seguintes imóveis históricos (seção secundária 3.3):

- a Casa da Zona do Baixo Meretrício;
- a Casa do Artesão;
- a Casa e Antiga Coletoria;
- o Cemitério São Sebastião;
- a Igreja São Sebastião;
- o Casarão da Dona Negrinha;
- a Casa das Artes Dona Nilda Campos; e
- Casarão Cinco Irmãos.

A preservação de um imóvel histórico consiste na manutenção, conservação e restauração de suas características originais, de modo a preservar ao máximo sua identidade histórica, o que não é observado em algumas edificações e locais visitados em campo. É importante que esse processo seja realizado de maneira responsável e com a supervisão de profissionais qualificados, que possam preservar ao máximo as características originais do patrimônio.

A preservação de um imóvel histórico deve envolver a realização de várias medidas, tais como:

- a) Identificação de características originais do imóvel: isto é fundamental para a sua preservação. É importante documentar todos os detalhes da construção, tais como: materiais utilizados, dimensões, formas, cores, entre outros.
- b) Conservação de elementos: uma vez identificadas as características originais do imóvel, é necessário realizar a conservação dos elementos identificados, de modo a evitar a degradação e o desgaste dos mesmos.

A partir disso, é possível definir um plano de conservação que abranja as necessidades específicas do imóvel. Esse plano deve conter os seguintes elementos:

- a) Identificação de áreas de restauro e reparo: é importante identificar quais áreas do imóvel necessitam de reparos estruturais e restauração.
- b) Estabelecimento de protocolos de conservação: é fundamental estabelecer protocolos de conservação para assegurar que todas as atividades de restauração sejam realizadas de acordo com as diretrizes propostas.

Ao caminhar para os finais deste estudo de caso, algumas perguntas levantadas no início foram atropeladas, ora pelo período pandêmico desencadeado pela Covid-19, ora pela falta de recursos financeiros, emocionais e de mão-de-obra, o que desencadeou na alteração da metodologia inicial proposta.

a) Como se explica o fato de que diferentes percepções do espaço geográfico são produzidas sem uma organização e participação da sociedade local?

A forma como vemos as coisas depende da nossa própria experiência e da cultura que a cerca. Diferentes pessoas têm diferentes perspectivas e interpretações do espaço geográfico, que são formadas pelo seu contexto histórico, cultura, experiências e outros fatores. Essas percepções não necessariamente refletem a realidade do local, mas sim o que o indivíduo vê e como ele interpreta o que vê. Entretanto para o enriquecimento de qualquer pesquisa, é necessário o envolvimento da sociedade local na produção dessas percepções, pois elas são baseadas na visão e na experiência do indivíduo e contribuem para o resgate da história e na conservação de bens materiais e imateriais.

b) Como e onde essas mesmas percepções se existem são reproduzidas?

As percepções do espaço geográfico são reproduzidas de diversas maneiras, incluindo por meio da arte, do cinema, da literatura, da televisão e da internet. Essas expressões artísticas e narrativas podem refletir as percepções de um local de maneira realista ou idealizada.

Na literatura ou em inventários, por exemplo, pode ser usada para compartilhar e reproduzir essas percepções, permitindo que outras pessoas as vejam e as considerem. Além disso, o comportamento das pessoas em um local ou com os bens imóveis também pode influenciar e reproduzir as percepções existentes sobre esse mesmo local.

c) Como o processo de patrimonialização contribui para preservação dos patrimônios materiais e imateriais da RA-VI de Planaltina?

A patrimonialização contribui para a preservação de patrimônios materiais e imateriais da RA-VI de Planaltina, pois promove a valorização e a conscientização da comunidade sobre a importância de preservar o patrimônio material e imaterial. Por meio da patrimonialização são desenvolvidas ações para a conservação, preservação e restauração dos bens materiais e imateriais, tais como: promover ações de educação patrimonial; realizar inventários, levantamentos e pesquisas; criar mecanismos para o estabelecimento de sítios patrimoniais; criar museus e centros de memória; implementar sistemas de monitoramento; promover o desenvolvimento de projetos de conservação; e promover ações de divulgação.

A patrimonialização colabora no estabelecimento das relações entre os patrimônios materiais e as memórias, tradições, costumes e valores locais. Ao patrimonializar seus patrimônios materiais, a RA-VI de Planaltina protegeria os patrimônios imateriais, pois seus valores e significados são reconhecidos e integrados à memória coletiva da região. Além disso, a patrimonialização permitiria que a RA-VI de Planaltina preservasse as características culturais e históricas que dão identidade à região, o que contribuiria para o desenvolvimento econômico e turístico da região.

As ferramentas e os procedimentos metodológicos escolhidos foram essenciais para alcance dos objetivos propostos. O trabalho de campo permitiu a obtenção de dados e informações locais, o que garantiu a precisão dos dados coletados e o contato direto com o Setor Tradicional de Planaltina, favorecendo uma visão mais aprofundada do assunto em questão.

Além do desenvolvimento de habilidades importantes, como: a observação direta; a coleta de dados por meio de registros e documentações fotográficas; anotações em diário de campo; análise de dados espaciais e interpretação dos resultados obtidos que colaboraram para o entendimento das relações entre lugares, edificações e espaços patrimonializados; identificação e análise de tendências espaciais; e no desenvolvimento de hipóteses para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA PLANALTINENSE DE LETRAS, ARTES E CIÊNCIAS (APLAC).

Patronos: Cel. Salviano Monteiro Guimarães. 2019. Disponível em:

<<http://aplacdf.com.br/1035-2/>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

BARBOSA, D. P. **O patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: uma análise de dossiês de tombamento, 1959-2014.** 2021. 383 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

BRAGA, R. Fotografias. *In:* INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Inventário do Setor Tradicional de Planaltina.** Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, Brasília, 2012. 475 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1 jan. 2022.

_____. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

_____. **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018.** Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.

<<https://cpisp.org.br/portaria-no-375-de-19-de-setembro-de-2018/>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CAMELO, Y. M. **Intervenção Urbanística e Possibilidade de Participação**

Popular: análise do caso da Praça Histórica Coronel Salviano Guimarães em Planaltina – DF. 2021. 141 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2021.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, 2003, v. 16, n. 2. p. 221-236.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). **PDAD**

2021: Pesquisa Distrital por amostra de Domicílios - Planaltina. 2022. Relatório Codeplan. Disponível em: <<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Planaltina.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

_____. **Projeções populacionais para as Regiões Administrativas do Distrito Federal 2020-2030** - Resultados. 2022. Disponível em:

<<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Estudo-Projecoes-populacionais-para-as-Regioes-Administrativas-do-Distrito-Federal-2020-2030-Resultados.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

_____. **Atlas do Distrito Federal**. CASTRO, K. B. de.; LIMA, L. A. de S. (Orgs.). Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2020. 152 p.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte. Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**, EdUERJ, Rio de Janeiro, 2004. p. 92-123.

COSTA, E. B. da. **Cidades da patrimonialização global**. São Paulo: Humanistas Fapesp, 2015. 480 p.

COSTA, E. B. da; STEINKE, V. A. Cidades históricas do estado de Goiás, Brasil: uma agenda de pesquisa. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, GO, v. 7, n. 2, 2013. p. 164-195.

CUNHA, A. **Casarão centenário é derrubado no Setor Tradicional de Planaltina**. 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/09/4879027-casarao-centenario-e-derrubado-no-setor-tradicional-de-planaltina.html>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

DERNTL, M. F. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. **Regaste: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 27, n. 1 [37], jan/jun. 2019. p. 11-34.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL (DePHA). **Ruas de Planaltina**: inventário do Patrimônio Cultural de Planaltina. Brasília: Departamento Histórico e Artístico do DF, 1998. 64 p.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a organização Administrativa do Distrito Federal e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 11. 921, de 25 de outubro de 1989**. Fixa os novos limites das Regiões Administrativas do Distrito Federal.

_____. **Decreto nº 6.939, de 19 de agosto de 1982**. Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Distrito Federal e respectivo mobiliário histórico.

_____. **Decreto nº 6.940 de 19 de agosto de 1982**. Dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja de São Sebastião – Planaltina, Distrito Federal.

_____. **Decreto nº 2.452 de 29 de novembro de 1973**. Declara de utilidade pública e de interesse social imóvel e respectivo mobiliário histórico, na cidade satélite de Planaltina, e dá outras providências.

_____. **Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009**. Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT) e dá outras providências.

_____. **Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012.** Atualiza a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT) e dá outras providências.

_____. **Lei Orgânica promulgada em 08 de junho de 1993,** atualizada até Emenda à Lei Orgânica nº 118, de 25 maio de 2020.

_____. **Projeto de Lei Complementar:** Aprova o Plano Diretor Local da Região Administrativa de Planaltina/RA-VI, conforme o disposto no art. 316 da Lei Orgânica do Distrito Federal (2017). Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/planaltina_projetodelei_versao_conplan_camara.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

_____. **Lei Complementar nº 948, de janeiro de 2019.** Aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências.

_____. **Lei nº 3.257, de 29 de dezembro de 2003.** Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2004.

ELEUTÉRIO, R. **Na rota das Nascentes:** a história da região do DF. Brasília: Editora Instituto Cerratense, 2013. 100 p.

FERNANDES, R. S.; et al. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental. **Rede CEAS.** Notícias, 2009. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/Percepção_Ambiental.pdf> Acesso em: 20 out. 2020.

FESTA DO DIVINO OFICIAL (DF). **Encontro das bandeiras.** Planaltina, 16 jun. 2022. Instagram: festadodivinooficial_df. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Ce3nazpLIMi/?igshid=MDJmNzVkJmY=>>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GOIÁS. **Lei nº 03, 19 de agosto de 1859.** Dispões sobre a criação do Distrito de Planaltina, pertencendo ao Município de Formosa (GO) e dá outras providências.

GOMES, I. F. de O. **Planaltina, DF:** uma história de turismo perdida no tempo. 2018. 100 f. Monografia (Graduação em Turismo) – Curso de Graduação em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GALLIZIO, A. Fotografias. *In:* INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Inventário do Setor Tradicional de Planaltina.** Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, Brasília, 2012. 475 p.

HARVEY, D. **Espaços de esperanças.** Tradução de SOBRAL, A. U.; GONÇALVES, M. S. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 384 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Inventário do Setor Tradicional de Planaltina**. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, Brasília, 2012. 475 p.

_____. **Bens tombados**. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

_____. **Patrimônio Material – DF**. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/892/>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

_____. **O que é tombamento?** Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9>>. Acesso em: 21 jan. 2023.

_____. **Lista de bens tombados e processos em andamento, 2022**. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_dos_Bens_Tombados_e_Processos_em_Andamento_atualizado_em_29_12_2022.xls>. Acesso em 29 dez. 2022.

_____. **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000. 156 p.

KOZINETS, R. V. **Netnografia**: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014. 203 p.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de MACIEL, H. P.; HAESBAERT, R. 3. ed. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 314p.

MATOS, F. de.; PESSÔA, V. L. S. As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano: o caminho metodológico da pesquisa *In*: MARAFON, G. J. et al. (Org.) **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 151-171.

MENDES, A. C. **A participação e democracia no processo de mudança de esfera administrativa do atual Campus Planaltina do Instituto Federal de Brasília (2007-2009)**. 2011. 66 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MIRANDA, R. W. da S.; SOARES, D. A. S. Percepção da degradação patrimonial e de áreas verdes na cidade de Belém (Pará, Brasil) e as implicações para o turismo. **Revista Turismo e Sociedade**, Curitiba, PR, v. 13, n. 3, set/dez. 2020. p. 65-80.

OLIVEIRA, E. G. de. **Patrimônio Histórico e Cultural de Planaltina (DF)**: Memória e Identidade Social. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

PALAZZO, P. P. Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o século XX. **Revista Historiae**, Rio Grande, v. 6, 2015. p. 360-382.

_____. Fotografias. *In*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Inventário do Setor Tradicional de Planaltina**. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, Brasília, 2012. 475 p.

RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. Pesquisas qualitativas: referências para a pesquisa em geografia. *In*: MARAFON, G. J. et al. (Org.) **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 23-35.

SALGADO, J. D. **Trigésima Sexta Folia Santos Reis, Planaltina (DF), 2022**. Planaltina, Instagram: jairodiogosalgado. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CYcIVgZFj_H/?igshid=MDJmNzVkMjY=>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SANT'ANNA, M. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. *In*: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, Luciano; THOPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Preservação). ISBN 978-85-7334-279-6

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 475 p.

SANTOS, S. I. de L.; SOUZA JUNIOR, X. S. de S. Relação entre violência urbana e práticas sociais em espaços públicos a partir da análise do discurso: o exemplo da cidade de Campina Grande/PB. *In*: MARAFON, G. J. et al. (Org.) **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 361-378.

SANTOS, B. R. O. **Turismo e ativação popular do Patrimônio-Territorial no Centro Histórico de Planaltina – DF**. 2020. 52 f. Monografia (Graduação em Turismo) – Curso de Graduação em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SARAIVA, R. C. F. **Território, patrimônio e identidade cultural na economia criativa em Planaltina – DF**. Relatório: Chamada CNPq, MinC, SEC, n. 80, Brasília, 2013.

_____. Tradição e modernidade em Planaltina. **Blog Cerratense**. Planaltina, 2017. Disponível em: <<http://cerratense.com.br/ecotradicaoregina.html>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SEGATA, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, RS, ano 26, n. 57, mai/ago, 2020. p. 275-313.

SILVA, E. M. da. **De Mestre D'Armas a Planaltina: Reflexão histórico-crítica sobre a fundação da cidade**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://cerratense.com.br/fotosdocumento/arquivopdf3/ARTIGO_De%20Mestre%20d>

%C2%B4Armas%20a%20Planaltina%20-%20reflex%C3%A3o%20hist%C3%B3rico-cr%C3%ADtica%20(1).pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SILVA, G. L. da. **A sonoridade da Folia do Divino em Planaltina - DF: a música no contexto da Folia da Roça**. 2020. 186 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Curso de Pós-Graduação em Música, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

SOUZA, A. F. de. Saberes dinâmicos: o uso da etnografia nas pesquisas geográficas qualitativas. *In*: MARAFON, G. J. et al. (Org.) **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 55-68.

VIANNA, L. C. R. Patrimônio Imaterial. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

VIEIRA, A. B.; ROMA, C. M.; MIYAZAKI, V. K. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, SP, n. 29, 2007. p. 133-155.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de HERRERA, C. M. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 320 p.

APÊNDICE A – FICHA DE ATIVIDADE DE CAMPO⁴

IDENTIFICAÇÃO			CARACTERIZAÇÃO				ESTADO DE						OBS.	
Nº NO MAPA	USO ATUAL (2023)	LOCALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO (Arquitetura)	NATUREZA DO BEM	PROPRIEDADE		PRESERVAÇÃO			CONSERVAÇÃO				
					Pública	Privada	Íntegro	Pouco alterado	Muito Alterado	Descaracterizado	Bom	Precário		Em arruinamento
Registro:													Data do campo: / /	

⁴ Ficha adaptada do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) / Iphan.

APÊNDICE B – LISTA DE BENS TOMBADOS DO DISTRITO FEDERAL E PROCESSOS EM ANDAMENTO PELO IPHAN

Nº	Localização do processo	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome atribuído	Número Processo "T"	Ano de abertura	Estágio da Instrução (Portaria 11/86)
1	ARQUIVO	Edificação	Casa: Antiga na área de Brasília	573	1958	ANEXADO
2	ARQUIVO	Edificação	Catetinho	594	1959	TOMBADO
3	ARQUIVO	Edificação	Catedral Metropolitana	672	1962	TOMBADO
4	SUPERINT	Conjunto Urbano	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Planaltina	733	1964	INSTRUÇÃO
5	ARQUIVO	Edificação	Casa: sítio na rodovia ligando Brasília a Sobradinho	750	1964	INDEFERIDO
6	ARQUIVO	Edificação	Casa: Escola Júlia Kubitschek (Edifício de Madeira)	924	1975	INDEFERIDO
7	ARQUIVO	Conjunto Arquitetônico	Remanescentes do Conjunto Hospitalar Juscelino Kubitschek de Oliveira	1099	1983	TOMBADO
8	ARQUIVO	Bem móvel ou integrado	Placa de ouro oferecida a Rui Barbosa pelo Senado por sua participação no Congresso de Haya em 1907	1187	1985	TOMBADO
Continuação do quadro na página seguinte						

Nº	Localização do processo	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome atribuído	Número Processo "T"	Ano de abertura	Estágio da Instrução (Portaria 11/86)
9	SUPERINT	Conjunto Urbano	Conjunto urbanístico de Brasília construído em decorrência do Plano Piloto traçado para a cidade	1305	1990	RERRATIFIC.
10	ARQUIVO	Edificação	Casa: Sede da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil	1329	1983	INDEFERIDO
11	SUPERINT	Edificação e Acervo	Igreja de São Sebastião em Planaltina	1503	2002	INSTRUÇÃO
12	SUPERINT	Edificação	Antiga sede da Fazenda Gama, setor de Áreas Isoladas Sul, ao lado do PHN Catetinho - ParkWay	1525	2005	INSTRUÇÃO
13	SUPERINT	Bem móvel ou integrado	Mesa da funcionária da sede do Conselho Federal da OAB, Lydia Monteiro da Silva - Museu da OAB, SAS Quadra 05 Bloco N, Lote 02, Brasília/DF	1537	2006	INSTRUÇÃO
14	ARQUIVO	Edificação	Espaço Lúcio Costa	1550	2007	TOMBADO
15	ARQUIVO	Edificação	Memorial dos Povos Indígenas	1550	2007	TOMBADO
16	ARQUIVO	Edificação	Teatro Nacional	1550	2007	TOMBADO
17	ARQUIVO	Edificação e Acervo	Capela Nossa Senhora de Fátima	1550	2007	TOMBADO
18	ARQUIVO	Edificação	Palácio do Planalto	1550	2007	TOMBADO
Continuação do quadro na página seguinte						

Nº	Localização do processo	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome atribuído	Número Processo "T"	Ano de abertura	Estágio da Instrução (Portaria 11/86)
19	ARQUIVO	Edificação	Casa de Chá	1550	2007	TOMBADO
20	ARQUIVO	Edificação	Congresso Nacional	1550	2007	TOMBADO
21	ARQUIVO	Conjunto Arquitetônico	Conjunto Cultural da República: Museu da República Honestino Guimarães e Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola	1550	2007	TOMBADO
22	ARQUIVO	Conjunto Arquitetônico	Conjunto Cultural Funarte	1550	2007	TOMBADO
23	ARQUIVO	Edificação	Edifício do Touring Club do Brasil	1550	2007	TOMBADO
24	ARQUIVO	Edificação	Pombal	1550	2007	TOMBADO
25	ARQUIVO	Edificação	Espaço Oscar Niemeyer	1550	2007	TOMBADO
26	ARQUIVO	Edificação	Memorial JK	1550	2007	TOMBADO
27	ARQUIVO	Edificação	Blocos Ministeriais e anexos	1550	2007	TOMBADO
28	ARQUIVO	Edificação	Museu da Cidade	1550	2007	TOMBADO
29	ARQUIVO	Conjunto Arquitetônico	Conjunto do Palácio da Alvorada (incluindo a capela)	1550	2007	TOMBADO
30	ARQUIVO	Edificação	Palácio da Justiça	1550	2007	TOMBADO
31	ARQUIVO	Edificação	Praça dos Três Poderes	1550	2007	TOMBADO
Continuação do quadro na página seguinte						

Nº	Localização do processo	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome atribuído	Número Processo "T"	Ano de abertura	Estágio da Instrução (Portaria 11/86)
32	ARQUIVO	Conjunto Arquitetônico	Palácio do Itamaraty e anexos	1550	2007	TOMBADO
33	ARQUIVO	Conjunto Arquitetônico	Palácio Jaburu	1550	2007	TOMBADO
34	ARQUIVO	Edificação	Panteão da Liberdade e Democracia	1550	2007	TOMBADO
35	ARQUIVO	Conjunto Arquitetônico	Quartel General do Exército	1550	2007	TOMBADO
36	ARQUIVO	Edificação	Supremo Tribunal Federal	1550	2007	TOMBADO
37	ARQUIVO	Edificação	Capela Nossa Senhora da Paz	1550	2007	INDEFERIDO
38	ARQUIVO	Edificação	Sambódromo da Ceilândia	1550	2007	INDEFERIDO
39	ARQUIVO	Edificação	Casa do Teatro Amador	1550	2007	INDEFERIDO
40	ARQUIVO	Edificação	Memorial Israel Pinheiro	1550	2007	INDEFERIDO
41	SUPERINT	Edificação	Edifício denominado "Beijódromo", sede da Fundação Darcy Ribeiro, na UnB	1693	2014	INSTRUÇÃO
42	ARQUIVO	Conjunto Arquitetônico	Edifícios da Aliança Francesa de Brasília e do Liceu Francês François Miterrand	1745	2015	INDEFERIDO
43	SUPERINT	Edificação	Edifício Sede I - Banco do Brasil	1771	2015	INSTRUÇÃO
44	SUPERINT	Edificação	Torre de TV	1797	2016	INSTRUÇÃO
Continuação do quadro na página seguinte						

Nº	Localização do processo	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome atribuído	Número Processo "T"	Ano de abertura	Estágio da Instrução (Portaria 11/86)
45	ARQUIVO	Edificação	Plataforma Rodoviária	1798	2016	INDEFERIDO
46	SUPERINT	Coleção ou acervo	Acervo pessoal do compositor e maestro Cláudio Santoro	1831	2017	INSTRUÇÃO
47	SUPERINT	Coleção ou acervo	Bens do Museu de Armas da Polícia Civil do Distrito Federal	1892	2019	INSTRUÇÃO
48	DEPAM	Jardim Histórico	Pedra Fundamental da Capital Federal	1928	2020	INSTRUÇÃO
49	ARQUIVO	Edificação	Brasília Palace Hotel	1941	2021	INDEFERIDO
50	DEPAM	Edificação	Imóvel em que funcionou o Pelotão de Investigações Criminais, no Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (BPEB)	1976	2021	INSTRUÇÃO
51	SUPERINT	Conjunto Arquitetônico	Conjunto Pavilhões de Serviços Gerais da UnB	2011	2022	INSTRUÇÃO

Fonte: Elaborado pelo autor com base no banco de dados do Iphan, 2022.

APÊNDICE C – FACHADAS DOS IMÓVEIS HISTÓRICOS (2012 – 2023)

Antiga Farmácia



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Casarão Azul



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Antigo Casarão Cinco Irmãos



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Museu Histórico e Artístico de Planaltina



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Panificadora Bom Dia



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Antigo Colégio Franciscano Irmã Maria Assunta



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Antigo Armazém Goiás



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Casa das Artes Dona Nilda Campos



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Hotel O Casarão



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Igreja Matriz de São Sebastião



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Casa do Artesão



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Antiga Casa Zona do Baixo Meretrício



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Casa e Antiga Coletoria



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Antigo Cartório e Correio



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Casa dos Idosos



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Casarão de Dona Negrinha



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Antiga Prefeitura e Biblioteca



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Igreja São Sebastião



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Antigo Bazar Guaporé



Fonte: GALLIZIO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Cemitério Antigo



Fonte: BRAGA, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

Antiga Estação de Energia



Fonte: PALAZZO, 2012.



Autor: MENDONÇA NETO, 2023.

APÊNDICE D – LISTA DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DE INTERESSE HISTÓRICO DO SETOR TRADICIONAL DE PLANALTINA

IDENTIFICAÇÃO					CARACTERIZAÇÃO					
Nº NO MAPA	USO ATUAL (2023)	USO EM 2012	USO ORIGINAL	LOCALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO (Arquitetura)	NATUREZA DO BEM	CONTEXTO		PROPRIEDADE	
							Entorno transformado	Forma Conjunto	Pública	Privada
1	Residência	Residência	Casa da Zona do Baixo Meretrício	Av. Marechal Deodoro, Quadra 26, Lote 18	Comercial	Imóvel	X	X		X
2	Loja para alugar	Bazar Guaporé	Residência	Quadra 31, Lote 8D	Residencial	Imóvel	X	X		X
3	Panificadora Bom Dia	Panificadora Bom Dia	Residência	Quadra 40, Lote 3	Comercial	Imóvel	X	X		X
4	Edifício abandonado	Biblioteca Pública Sebastião do Espírito Santo	Antiga Prefeitura	Quadra 40, Lote 1	Cívica	Imóvel	X	X		X
5	Edifício abandonado	Residência	Antigo Cartório e Correio	Av. Salvador Coelho, Quadra 42, Lote 696	Comercial	Imóvel	X	X		X
6	Oficina mecânica	Edifício abandonado	Antiga Estação de Energia	Quadra 141, Lote 1A	Residencial	Imóvel	X	X		X
Continuação do quadro na página seguinte										

IDENTIFICAÇÃO					CARACTERIZAÇÃO					
Nº NO MAPA	USO ATUAL (2023)	USO EM 2012	USO ORIGINAL	LOCALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO (Arquitetura)	NATUREZA DO BEM	CONTEXTO		PROPRIEDADE	
							Entorno transformado	Forma Conjunto	Pública	Privada
7	Edifício abandonado	Edifício abandonado	Armazém Goiás	Quadra 44, Lote 12 ABC	Comercial	Imóvel	X	X		X
8	Igreja Matriz São Sebastião	Igreja Matriz São Sebastião	Igreja Matriz São Sebastião	Praça Pe. Antônio Marcigaglia, Rua Marechal Deodoro, Quadra 48, Lote 1	Religiosa	Imóvel	X	X		X
9	Edifício abandonado	Casa do Artesão	Casa de Câmara e Cadeia	Quadra 53, Lote 1073	Cívica	Imóvel	X	X		X
10	Residência	Residência	Antiga Coletoria	Quadra 55, Lote 14	Residencial	Imóvel	X	X		X
11	Cemitério de São Sebastião (abandonado)	Cemitério São Sebastião	Cemitério São Sebastião	Quadra Cemitério Antigo, Lote 1	Residencial	Imóvel	X	X	X	
12	Igreja São Sebastião	Igreja São Sebastião	Igreja São Sebastião	Praça São Sebastião do Mestre D'armas, Lote 1	Religiosa	Imóvel	X	X		X
13	Casarão da Dona Negrinha (Demolida)	Residência (Casarão da Dona Negrinha)	Residência	Quadra 56, Lote 11A	Residencial	Imóvel	X	X		X
14	Casa dos Idosos	Casa dos Idosos	Residência	Quadra 55, Lote 23	Residencial	Imóvel	X	X		X
Continuação do quadro na página seguinte										

IDENTIFICAÇÃO					CARACTERIZAÇÃO					
Nº NO MAPA	USO ATUAL (2023)	USO EM 2012	USO ORIGINAL	LOCALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO (Arquitetura)	NATUREZA DO BEM	CONTEXTO		PROPRIEDADE	
							Entorno transformado	Forma Conjunto	Pública	Privada
15	Edifício abandonado	Casa das Artes Dona Nilda Campos	Residência	Praça Salviano Monteiro, Quadra 44, Lote 11B	Residencial	Imóvel	X	X		X
16	Residência	Residência	Hotel O Casarão	Quadra 44, Lote 11	Residencial	Imóvel	X	X		X
17	Colégio COC	Colégio Franciscano Irmã Maria Assunta	Centro Educacional Irmã Maria Assunta	Praça Salviano Monteiro, Quadra 43, Lote 5	Educacional	Imóvel	X	X		X
18	Museu Artístico e Histórico de Planaltina	Museu Artístico e Histórico de Planaltina	Casa do Cel. Salviano Monteiro Guimarães	Quadra 57, Lote 1	Residencial	Imóvel	X	X	X	
19	Residência	Residência	Farmácia	Quadra 57, Lote 139	Comercial	Imóvel	X	X		X
20	Residência (Casarão Azul)	Residência (Casarão Azul)	Residência	Av. Salvador Coelho, Quadra 57, Lote 141	Residencial	Imóvel	X	X		X
21	Condomínio Residencial (Casarão Cinco Irmãos - Demolido)	Residência (Casarão Cinco Irmãos)	Residência	Quadra 57, Lote 10	Residencial	Imóvel	X	X		X

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Inventário do Setor Tradicional de Planaltina produzido pelo Iphan, 2012.